

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 211, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 594/2024****OF 638/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional, o ato constante da Portaria nº 8.942, de 3 de abril de 2023, que renova concessão outorgada à Rádio Atlântica Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santos, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 594

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 8.942, de 3 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2023, que renova, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à Rádio Atlântica Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santos, Estado de São Paulo.

Brasília, 17 de julho de 2024.

Brasília, 16 de maio de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.027200/2013-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2027/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 8.942, de 3 de abril de 2023, publicada em 11 de maio de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), nos termos do Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado em 8 de maio de 1935, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santos, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/05/2023 | Edição: 89 | Seção: 1 | Página: 146

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 8.942, DE 3 DE ABRIL DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.027200/2013-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2027/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), nos termos do Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado em 8 de maio de 1935, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 638/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, a qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 8.942, de 3 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2023, que renova, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à Rádio Atlântica Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santos, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 18/07/2024, às 19:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5911489** e o código CRC **F13F8609** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: 53000.027200/2013-07
Interessado: RÁDIO ATLÂNTICA LTDA
Assunto: RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 36(trinta e seis) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 13 /06/2013.


MARIA IVAGNA FERREIRA MENDES REIS
Chefe de Serviço
SDPOS/GTDI/SCE-MC

EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES



RÁDIO ATLÂNTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.199.233/0001-45, tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto 88.066, de 26 de janeiro de 1983, requer de V.Sa., se digne apreciar e submeter à decisão da autoridade competente o presente pedido de renovação, por novo período, da concessão que lhe foi outorgada pelo respectivo prazo residual, conforme Decreto de 10 de maio de 1991, publicado no D.O.U. do dia 13 subsequente, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Para tanto, anexa os documentos a que se refere o mencionado Decreto nº 88.066/83.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 027200/2013-07
DRMC/SP
29/05/2013-16:11
SDPUS



Outrossim, declara conhecer as cláusulas que passarão a regular suas relações com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido, e declara mais, por este instrumento, aderir às referidas cláusulas, achando-as conforme seus interesses.

Atenciosamente

Santos, 07 de Maio 2013.


P/RÁDIO ATLÂNTICA LTDA
JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES
SÓCIO ADMINISTRADOR



DECLARAÇÃO

RÁDIO ATLÂNTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.199.233/0001-45, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo, por seu sócio administrador, infra-assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais que:

- não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço de onda média na localidade objeto da concessão que será renovada.
- não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga.

Santos, 07 de Maio de 2013.


P/ RÁDIO ATLÂNTICA LTDA
JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES
SÓCIO ADMINISTRADOR



DECLARAÇÃO

RÁDIO ATLÂNTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.199.233/0001-45, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo, por seu sócio administrador, infra-assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais que:

- somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Santos, 07 de Maio de 2013.


P/ RÁDIO ATLÂNTICA LTDA
JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES
SÓCIO ADMINISTRADOR

Ministério das Comunicações
20
Roberto

BANCO ITAU - COMPROVANTE DE OPERACAO
TITULOS OUTROS BANCOS

AGENCIA DE OPERACAO:
AGENCIA: 1669 - STO ANDRE VILA GILDA

DADOS DO DOCUMENTO PAGO
REPRESENTACAO NUMERICA DO CODIGO DE BARRAS:
00194.56979 40202.257206 76003.081213 6
56540000013200
VALOR PAGO: 132,00
DATA DE VENCIMENTO: 01/04/2013

PAGAMENTO EFETUADO EM 27.03.2013
VIA AGENCIA, CTRL 000142115671048

331D7CFE5EA0CA1E374A497BB71C7CA
BEF7666C
TITULO 0031 166984945 270313 132,000

NOTAS DE SANTO ANDRE
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICACAO
Autentico a presente copia conforme original apresentado

Dou fé:

Em Teste da verdade

() Francisco de Oliveira Tabelião
() Flavio Roberto de Oliveira Tabelião Substituto

() Rogério Rodrigues Escreventes
() Gislene Cristina Bizan Guerra Prepostos
() Carina Pedrosa da Silva
() Helena Santos Coelho

4º TABELIÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRE
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICACAO

Autentico a presente copia conforme original apresentado

Santo André - SP

14 MAI 2013

Em Teste da verdade

() Francisco de Oliveira Tabelião

() Rogério Rodrigues Tabelião Substituto

() Gislene Cristina Bizan Guerra Escreventes

() Carina Pedrosa da Silva Prepostos

() Helena Santos Coelho

0938AC071503

COPIA COLORIDA

14 MAI 2013

1º Boleto - TFF

COPIA COLORIDA

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento 08/03/2013	VENCIMENTO 31/03/2013
Contribuinte: RADIO ATLANTICA AM LTDA		Nosso Número (Nº Fistel-Seq-DV) 02022572076-0030-81	
(-) Valor do Documento 132,00	(+) Mora/Multa/Juros	(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Total

Autenticação Mecânica

Recibo do Contribuinte

BANCO ITAU - COMPROVANTE DE OPERACAO
TITULOS OUTROS BANCOS

AGENCIA DE OPERACAO:
AGENCIA: 1669 - STO ANDRE VILA GILDA

DADOS DO DOCUMENTO PAGO
REPRESENTACAO NUMERICA DO CODIGO DE BARRAS:
00194.56979 40202.258741 21003.014210 5
56540000026400
VALOR PAGO: 264,00
DATA DE VENCIMENTO: 01/04/2013

PAGAMENTO EFETUADO EM 27.03.2013
VIA AGENCIA, CTRL 000142115671047

EEB28D350D61FDC282844BF8B98EB9C3
8A2086DE
TITULO 0029 166984945 270313 264,000

NOTAS DE SANTO ANDRE
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICACAO
Autentico a presente copia conforme original apresentado

Dou fé:

Em Teste da verdade

() Francisco de Oliveira Tabelião

() Rogério Rodrigues Tabelião Substituto

() Gislene Cristina Bizan Guerra Escreventes

() Carina Pedrosa da Silva Prepostos

() Helena Santos Coelho

4º TABELIÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRE
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICACAO

Autentico a presente copia conforme original apresentado

Dou fé:

Santo André - SP

14 MAI 2013

Em Teste da verdade

() Francisco de Oliveira Tabelião

() Rogério Rodrigues Tabelião Substituto

() Gislene Cristina Bizan Guerra Escreventes

() Carina Pedrosa da Silva Prepostos

() Helena Santos Coelho

0938AC071505

COPIA COLORIDA

COPIA COLORIDA

1º Boleto - TFF

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento 08/03/2013	VENCIMENTO 31/03/2013
Contribuinte: RADIO ATLANTICA AM LTDA		Nosso Número (Nº Fistel-Seq-DV) 02022587421-0030-14	
(-) Valor do Documento 264,00	(+) Mora/Multa/Juros	(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Total

Autenticação Mecânica

Recibo do Contribuinte

CÓPIA COLORIDA

ITAU0032 166984945 270313 1.042,19D RADIO
 103 1669 77774-8

BANCO ITAU - COMPROVANTE DE OPERACAO
 TITULOS OUTROS BANCOS

AGENCIA DE OPERACAO:
 AGENCIA: 1669 - STO ANDRE VILA GILDA

DADOS DO DOCUMENTO PAGO
 REPRESENTACAO NUMERICA DO CODIGO DE BARRAS:
 00194.56979 40200.800684-08003.862219 1
 56540000050919
 VALOR PAGO:
 DATA DE VENCIMENTO: 01/04/2013

PAGAMENTO EFETUADO EM 27.03.2013
 VIA AGENCIA, CTRL 000142115671046

99ADF04669C3ECAD8CDFE15C3E0B0AA7
 689F69B5
 ITAU0026 166984945 270313 509,19C TITDIN

40 TABELIÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
 TABELIONATO OLIVEIRA
 AUTENTICACAO
 conforme original apresentado

Autentic
 Dou fé.
 Santo

2.50
 PAGO

Em Te

() Fl

() R

() Gl

() Carina Pedra da Silva

() Dayse Helena Santos Coelho

da verdade
 Tabelião
 Tabelião Substituto
 Escreventes
 Propriet

40 TABELIÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
 TABELIONATO OLIVEIRA
 AUTENTICACAO
 Autentico a presente copia conforme original apresentado
 Dou fé.
 Santo André - SP

R\$ 2.50
 PAGO

14 MAI 2013

Em Teste



1º Boleto - TFF

CÓPIA COLORIDA

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento 08/03/2013	VENCIMENTO 31/03/2013
Contribuinte: RADIO ATLANTICA AM LTDA		Nosso Número (Nº Fistel-Seq-DV) 02008006808-0038-62	
(=) Valor do Documento 509,19	(=) Mora/Multa/Juros	(=) Outros Acréscimos	(=) Valor Total

Autenticação Mecânica

Recibo do Contribuinte

ATENÇÃO:

OS BOLETOS DE SER PAGOS EM SEPARADO, POIS CADA CÓDIGO DE BARRA É ESP. CO A UM TRIBUTO
O VALOR PAGO COM CÓDIGO INCORRETO PERMANECERÁ PENDENTE DE QUITAÇÃO.

1. INFORMAÇÕES

AUXILIAR RADIODIF.- REPORTAGEM EXTERNA - Código - 252
- Quantidade de estações referente ao ano 2012:
A-RADIODIFUSAO SÓNORA - 2

2. MENSAGEM



Em Teste da verdade
() Francisco Carlos de Oliveira Tabelião
() Flavio Roberto de Oliveira Tabelião Substituto
() Rogério Rodrigues
() Gislene Cristina Bizar Guerra Escreventes
() Carina Pedrosa da Silva Prepostos
() Dayse Helena Santos Coelho

14 MAI 2013

2º Boleto - CFRP

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	Data do Processamento 08/03/2013	VENCIMENTO
Contribuinte: RADIO ATLANTICA AM LTDA	Nosso Número (Nº Físel-Seq-DV) 02022587421-0031-29	31/03/2013
(=) Valor do Documento 40,00	(+) Mora/Multa/Juros	(-) Valor Total

Autenticação Mecânica

Recibo do Contribuinte

BANCO ITAU - COMPROVANTE DE OPERACAO TITULOS OUTROS BANCOS

AGENCIA DE OPERACAO:
AGENCIA: 1669 - STO ANDRÉ VILA GILDA

DADOS DO DOCUMENTO PAGO
REPRESENTACAO NUMERICA DO CODIGO DE BARRAS:
00193.67234 00202.258745 21003.129216 1
56540000004000
VALOR PAGO: 40,00
DATA DE VENCIMENTO: 01/04/2013

PAGAMENTO EFETUADO EM 27.03.2013
VIA AGENCIA, CTRL 000142115671047

AUTENTICACAO

D1056F018EA32A53D03EBFD0D3F39289
023091FD

0028 166984945 270313 40,00C TITULIN



14 MAI 2013

Em Teste da verdade
() Francisco Carlos de Oliveira Tabelião
() Flavio Roberto de Oliveira Tabelião Substituto
() Rogério Rodrigues
() Gislene Cristina Bizar Guerra Escreventes
() Carina Pedrosa da Silva Prepostos
() Dayse Helena Santos Coelho

ATENÇÃO:

OS BOLETOS DEVERÃO SER PAGOS EM SEPARADO, POIS CADA CÓDIGO DE BARRA É EQUIVOCADO A UM TRIBUTO
O VALOR PAGO COM CÓDIGO INCORRETO PERMANECERÁ PENDENTE DE QUITAÇÃO.

1. INFORMAÇÕES

Rádiodifusão Sonora em Onda Média - Código - 205
- Quantidade de estações referente ao ano 2012:
C-POTENCIA ACIMA DE 5 ATEH 10 KW - 1

Referência: SP - Rio Grande da Serra

2. MENSAGEM



2º Boleto - CFRP

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento 06/03/2013	VENCIMENTO 31/03/2013
Contribuinte: RADIO ATLANTICA AM LTDA		Nosso Número (Nº Físel-Seq-DV) 02008006808-0039-89	
(=) Valor do Documento 77,00	(+) Mora/Multa/Juros	(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Total

Autenticação Mecânica

Recibo do Contribuinte

* * *
BANCO ITAU - COMPROVANTE DE OPERAÇÃO
TÍTULOS OUTROS BANCOS
AGÊNCIA DE OPERAÇÃO:
AGÊNCIA: 1669 - SÃO ANDRÉ VILA GILDA
DADOS DO DOCUMENTO PAGO
REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA DO CÓDIGO DE BARRAS:
00193.67234 00200.800688 08003.989210 1
56540000007700
VALOR PAGO: 77,00
DATA DE VENCIMENTO: 01/04/2013
PAGAMENTO EFETUADO EM 27.03.2013
VIA AGÊNCIA, CTRL 000142115671046
AUTENTICAÇÃO
2139C3F0A9726E2832D3651F603FD011
C113DCDB
ITAU 0027 166984945 270313 77,00C TITDIN



ATENÇÃO:

OS BOLETOS DEVEM SER PAGOS EM SEPARADO, POIS CADA CÓDIGO DE BARRA É ESPECÍFICO A UM TRIBUTO
O VALOR PAGO COM CÓDIGO INCORRETO PERMANECERÁ PENDENTE DE QUITAÇÃO

1. INFORMAÇÕES

AUXILIAR RADIODIF. - TRANSMISS. DE PROGRAMAS - Código - 251
- Quantidade de estações referente ao ano 2012:
A-RADIODIFUSAO SÔNORA - 1

2. MENSAGEM

40 TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ

Autentico a presente
confere com o original
Santo André - SP

RS 2,50

Em Teste 14 MAI 2013

Autenticação Mecânica

0938AC071512

Em Teste da verdade

() Francisco Carlos de Oliveira Tabelião
() Flavio Roberto de Oliveira Tabelião Substituto
() Rogério Rodrigues Escreventes
() Gislene Cristina Bizar Guerra Prepostos
() Carina Pedrosa da Silva
() Dayse Helena Santos Coelho

2º Boleto - CFRP

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento 08/03/2013	VENCIMENTO
Contribuinte: RADIO ATLANTICA AM LTDA		Nosso Número (Nº Fisl-Seq-DV) 02022572076-0031-11	31/03/2013
(=) Valor do Documento 20,00	(+) Mora/Multa/Juros	(+) Outros Acréscimos	(=) Valor Total

Autenticação Mecânica

Recibo do Contribuinte

BANCO ITAU - COMPROVANTE DE OPERACAO TITULOS OUTROS BANCOS

AGENCIA DE OPERACAO:
AGENCIA: 1669 - STO ANDRE VILA GILDA

DADOS DO DOCUMENTO PAGO
REPRESENTACAO NUMERICA DO CODIGO DE BARRAS:
00193.67234 00202.257200 76003.111218 4
56540000002000
VALOR PAGO: 20,00
DATA DE VENCIMENTO: 01/04/2013

PAGAMENTO EFETUADO EM 27.03.2013
VIA AGENCIA, CTRL 000142115671047

AUTENTICACAO
719BB222887B9A3C2D3E45F30907D8AC
3B66A45A

ITAU 0030 166984945 270313 20,00C TITDIN

*
*
*

40 TABELIA

Autentico a presente
confere com o original
Santo André - SP

RS 2,50

Em Teste 14 MAI 2013

Autenticação Mecânica

0938AC071513

Em Teste da verdade

() Francisco Carlos de Oliveira Tabelião
() Flavio Roberto de Oliveira Tabelião Substituto
() Rogério Rodrigues Escreventes
() Gislene Cristina Bizar Guerra Prepostos
() Carina Pedrosa da Silva
() Dayse Helena Santos Coelho



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Vencimento	Exercício
30/01/2009	2009

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Código da Entidade Sindical	
SIND EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST SP		000.800.02667-5	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
Rua Apinajés	1100	14º andar - cj 1403	62650809000116
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF
Vila Pompeia	05017-000	São Paulo	SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social Radio Atlantica AM Ltda				CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 58.199.233/0001-45	
Endereço Avenida Pedro Lessa		Número 1640	Complemento CJ 808/809		
CEP 11025-001	Bairro/Distrito Ponta da Praia	Cidade/Município Santos		UF SP	Código Atividade 522

Dados de Referência da Contribuição

Categoria Patronal		(=) Valor do Documento R\$ 377,19
Capital Social - Empresa R\$ 88.900,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(+) Mora / Multa
		(+) Outros Acréscimos
		(=) Valor Cobrado

104-0 | 10499.70260 67517.758198 92330.001220 8 41330000037719

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.800.02667-5	581992330001	R\$ 377,19	30/01/2009	2009

Autenticação Mecânica



STAT. ECONOMICA FEDERALE

0972 - VILA GILDA, SP

DATA: 30/01/2009

1901

40RA: 10:19:46

ALT.: 0008

111. 041005

1961

CONTRIBUANTE DE PAGAMENTO

COMPLETAMENTE ACORRADO CON EL CODIGO DE BARRAS

INSTITUTO VENEZOLANO DE INVESTIGACIONES ECONOMICAS

COMISSÃO DE CONFERÊNCIA DO CONSELHO DE BARRAS

ALAD HMERIGH DO 002111
1105 1501A /7547 750198

10499.70E80 07J17.100M.1.2

377, 19

UAI DE DOCUMENTO:

377.19

WALDE CORRAO:

100

VAL OF THE





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Comunicações
12
9

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIND EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST SP		Vencimento 31/01/2010		Exercício 2010	
Código da Entidade Sindical 000.800.02667-5		Endereço Rua Apinajés		Número 1100	
Complemento 14º andar - cj 1403		CNPJ da Entidade 62650809000116		Bairro/Distrito Vila Pompeia	
CEP 05017-000		Cidade/Município São Paulo		UF SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social Radio Atlantica AM Ltda		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 58.199.233/0001-45	
Endereço Avenida Pedro Lessa		Número 1640	
Complemento CJ 889/09		Cidade/Município Santos	
CEP 11025-001		Bairro/Distrito Ponta da Praia	
UF SP		Código Atividade 522	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria Patronal		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento R\$ 377,19	
Capital Social - Empresa R\$ 88.900,00		Nº Empregados Contribuintes	
Capital Social - Estabelecimento		Total Remuneração - Contribuintes	
Total Empregados - Estabelecimento		(-) Desconto / Abatimento	
Total Empregados - Estabelecimento		(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multa	
Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Outros Acréscimos	
Total Empregados - Estabelecimento		(-) Valor Cobrado	

104-0 | 10499.70260 67517.758198 92330.001220 9 44990000037719

Código do Cedente 000.800.02667-5	Nosso Número 581992330001	Valor do Documento R\$ 377,19	Data Vencimento 31/01/2010	Exercício 2010
--------------------------------------	------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	-------------------

4º



Autenticação Mecânica

Em Teste da verdade

() Francisco Carlos de Oliveira Tabelião

() Flavio Roberto de Oliveira Tabelião Substituto

() Rogério Rodrigues Escreventes

() Gislene Cristina Bizan Guerra Prepostos

() Carina Pedrosa da Silva Prepostos

() Dayse Helena Santos Coelho Prepostos

377,19C TITDIN

11400127 166984944 280110

GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.br

Vencimento 31/01/2011
Exercício 2011

Nome da Entidade SIND EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST SP		Código da Entidade Sindical S-02667	
Endereço Rua Apinajés	Número 1100	Complemento 14º andar - cj 1403	CNPJ da Entidade 62650809000116
Bairro/Distrito Vila Pompeia	CEP 05017-000	Cidade/Município São Paulo	UF SP

Nome/Razão Social/Denominação Social Radio Atlantica AM Ltda		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 58.199.233/0001-45	
Endereço Avenida Pedro Lessa		Número 1640	Complemento CJ 808/809
CEP 11025-001	Bairro/Distrito Ponta da Praia	Cidade/Município Santos	UF SP

Categoria Patronal		(=) Valor do Documento R\$ 391,14
Capital Social - Empresa R\$ 88.900,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(+) Mora / Multa R\$ 285,43
MULTA E JUROS CALCULADOS ATÉ 31/05/2013 PAGAMENTO SOMENTE PODE SER EFETUADO NAS AGENCIAS DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL. GUIA VALIDA ATÉ 31/05/2013 APOS ESTA DATA RETIRE OUTRA GUIA NO SITE DA ENTIDADE		(+) Outros Acréscimos R\$ 198,14
		(=) Valor Cobrado

104-0		10499.70260 67517.758198 92330.001220 2 48640000039114		
Código do Cedente S-02667	Nosso Número 581992330001	Valor do Documento R\$ 391,14	Data Vencimento 31/01/2011	Exercício 2011

Autenticação Mecânica



Em Teste 14 MAI 2013 da verdade

() Francisco Carlos de Oliveira Tabelião
() Flavio Roberto de Oliveira Tabelião Substituto
() Rogério Rodrigues Escrivão
() Gislene Cristina Bizar Guarta Escrivão
() Carina Pedrosa da Silva Escrivão
() Dayse Helena Santos Coelho Proponente

HORA: 13:47:06
AUT.: 0072

NSU: 001473

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
BLOQUETO COM CODIGO DE BARRAS

BCO DESTINATARIO: 104-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA DO CÓDIGO DE BARRAS
10499.70260 67517.758198
92330.001220 2 48640000039114

VALOR DO DOCUMENTO:
(+) MORA/MULTA:

VALOR COBRADO:
VALOR CHEQUE:

DADOS DOS CHEQUES
BANCO COMPE AGE PRZ. BLO. VALOR
341 018 1669 01 874,71

Informações, reclamações, sugestões e elogios
SAC CAIXA: 0800 726 0101
Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474
www.caixa.gov.br

1ª Via - Via do Cliente



14 MAI 2013

Em Teste da verdade

() Francisco Carlos de Oliveira Tabelião
() Flavio Roberto de Oliveira Tabelião Substituto
() Rogério Rodrigues Escrivão
() Gislene Cristina Bizar Guarta Escrivão
() Carina Pedrosa da Silva Escrivão
() Dayse Helena Santos Coelho Proponente



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIND EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST SP		Vencimento 31/01/2012		Exercício 2012	
Endereço Rua Apinajés		Número 1100	Complemento 14º andar - cj 1403	CNPJ da Entidade 62650809000116	
Bairro/Distrito Vila Pompeia	CEP 05017-000	Cidade/Município São Paulo			UF SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social Radio Atlantica AM Ltda		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 58.199.233/0001-45			
Endereço Avenida Pedro Lessa		Número 1640	Complemento CJ 808/809		
CEP 11025-001	Bairro/Distrito Ponta da Praia	Cidade/Município Santos		UF SP	Código Atividade 522

Dados de Referência da Contribuição

Categoria Patronal		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento R\$ 407,06	
Capital Social - Empresa R\$ 88.900,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outros Acréscimos	
		(-) Valor Cobrado	

104-0 | 10499.70260 67517.758198 92330.001220 6 52290000040706

Código do Cedente S-02667	Nosso Número 581992330001	Valor do Documento R\$ 407,06	Data Vencimento 31/01/2012	Exercício 2012
------------------------------	------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

407,06C TITDIN



Em Teste da verdade

() Francisco Carlos de Oliveira Tabelião

() Flavio Roberto de Oliveira Tabelião Substituto

() Rogério Rodrigues Escreventes

() Gislene Cristina Bizan Guerra Prepostos

() Carina Pedrosa da Silva

() Dáysa Helena Santos Coelho





776

CAIXA

GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência audiativa ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.br

Vencimento
31/01/2013
Exercício
2013

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade
SIND EMPRESAS DE RADIO E TV NO EST. S.P.

Código da Entidade Sindical
S-02667

Endereço	Barro Distrito	Barro Distrito	Barro Distrito	Barro Distrito	Barro Distrito
RAPINAGES	VL.POMPEIA	1100	CJ. 1403 140. AND.	62.650.809/0001-16	SP
Cep	05017-000	Cidade Município	SAO PAULO		

1ª Via - Contribuinte

Dados do Contribuinte

Nome Razão Social Denominação Social
RADIO ATLANTICA AM LTDA

CNPJ CNPJ Código do Contribuinte
CNPJ: 58.199.233/0001-45

Endereço
AV. PEDRO LESSA

Número
1640
Complemento
CJ. 808 E 809

UF
111
Código Atividade

Cep
11025-001
Barro Distrito
PONTA DA PRAIA

Cidade Município
SANTOS

Dados de Referência da Contribuição

COPIA COLORIDA

40

Categoria
☒ Patronal/Empregador
☐ Empregados
☐ Prof. Liberal
☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração Contribuintes

Mensagem Destinada ao Contribuinte

Total Empregados - Estabelecimento

BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA
Até o vencimento, pagável nas Lotéricas, Correspondentes CAIXA Aqui, Agências da CAIXA e Rede Bancária. Não recolher este documento após o vencimento - orientar o sacado a reemitir esta guia no site CAIXA, www.caixa.gov.br, opção VOCE ou EMPRESAS. Contribuição Sindical Urbana. Emissão de Guias, mantendo a mesma data de vencimento, incluir valor e pagar somente nas Agências da CAIXA. Guia vencida - cobrar multa de 10% nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% por mês subsequente de atraso e juros de mora de 1% ao mês e correção monetária (Selic).

(=) Valor Cobrado

104-0

10499.70260 67117.758192 92330.001113 6 5595000000000000

Código Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Vencimento	Exercício
S-02667	581992330001	R\$ 659.102.730.240.130	31/01/2013	2013
Autenticação: 0938A C071520				

14 MAI 2013

16
13
Secretaria de Comunicação



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP			Vencimento 30/04/2009		Exercício 2009	
Endereço R CONS RAMALHO			Número 992	Complemento		Código da Entidade Sindical 000.000.264.02693-4
Bairro/Distrito BELA VISTA		CEP 01325-000	Cidade/Município SAO PAULO		UF SP	CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO ATLANTICA AM LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 58.199.233/0001-45			
Endereço AV PEDRO LESSA			Número 1640	Complemento		
CEP 11025-001	Bairro/Distrito PONTA DA PRAIA	Cidade/Município SANTOS		UF SP	Código Atividade 601	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☐ Patronal/Empregador
 ☐ Empregados
 ☐ Prof. Liberal
 ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa N° Empregados Contribuintes
4

Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes
2.604,32

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE Total Empregados - Estabelecimento
0

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento 86,81
(-) Desconto / Abatimento
(-) Outras Deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros Acréscimos
PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.70260 93617.758193 92330.001014 7 42230000008681

Código do Cedente 000.000.264.02693-4	Nosso Número 581992330001	Valor do Documento 86,81	Data Vencimento 30/04/2009	Exercício 2009
--	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

86,81C TITDIN

166984944 220409

Autentico
contém o
Santo A



Em Te

14 MAI 2013

- Assinaturas:
- () Francisco Carlos de Oliveira
 - () Flávio Roberto de Oliveira
 - () Rogério Rodrigues
 - () Gislene Cristina Bizan Guerra
 - () Carina Pedrosa da Silva
 - () Dayse Helena Santos Coelho

Escritores
Prepostos

Depto. Pessoal

Conferido por: Ricilda

Data: 13 / 03 / 2009

04 MAI 2013




GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
 Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Vencimento	Exercício
SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238		30/04/2010	2010
Endereço		Código da Entidade Sindical	
R CONS RAMALHO		000.000.264.02693-4	
Número	Complemento	CNPJ da Entidade	
992		61.708.293/0001-50	
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF
BELA VISTA	01325-000	SÃO PAULO	SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte
RADIO ATLANTICA AM LTDA		58.199.233/0001-45
Endereço	Número	Complemento
AV PEDRO LESSA	140	
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município
11025-001	PONTA DA PRAIA	SANTOS
UF	Código Atividade	
SP	601	

Dados de Referência da Contribuição
 Categoria
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

 Capital Social - Empresa
 N° Empregados Contribuintes
 3

 Capital Social - Estabelecimento
 Total Remuneração - Contribuintes
 2.037,14

Total Empregados - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento

67,90

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

74,83

104-0

10499.70260 93617.758193 92330.001014 8 45880000006790

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.264.02693-4	581992330001	67,90	30/04/2010	2010


 Autenticação Mecânica
 CEF287204052010022241000470

74,83R\$1003

 Em Teste da verdade
 () Francisco Carlos de Oliveira Tabelião
 () Flavio Roberto de Oliveira Tabelião Substituto
 () Rogério Rodrigues
 () Gislene Cristina Bizar Gueta Escreventes
 () Carina Pedrosa da Silva Prepostos
 () Dayse Helena Santos Coelho



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
30/04/2011
Exercício
2011

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238			Código da Entidade Sindical 000.000.264.02693-4	
Endereço R CONS RAMALHO	Número 992	Complemento	CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50	
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 01325-000	Cidade/Município SAO PAULO	UF SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO ATLANTICA AM LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 58.199.233/0001-45	
Endereço AV PEDRO LESSA	Número 1640	Complemento		
CEP 11025-001	Bairro/Distrito PONTA DA PRAIA	Cidade/Município SANTOS	UF SP	Código Atividade 592

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☐ Patronal/Empregador
☒ Empregados
☐ Prof. Liberal
☐ Autônomos

Capital Social - Empresa
Nº Empregados Contribuintes
1

Capital Social - Estabelecimento
Total Remuneração - Contribuintes
800,00

Total Empregados - Estabelecimento
1

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
26,67

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

Mensagem Destinada ao Contribuinte

TABELAÇÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIONATO OLIVEIRA

Autentico a presente cópia conforme original apresentado
Doutor
Santo André - SP

104-0 1049970260 93517.758194 92330.001923 6 49530000002667

Código do Cedente 000.000.264.02693-4	Nosso Número 581992330001	Valor do Documento 26,67	Data Vencimento 30/04/2011	Exercício 2011
--	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Lote

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PRIMA: sorteios de segunda-feira a sábado, AP
120-745302839-7

HORA DE 12:20:58

TERM 026506

LOT. 21.06280-0
LOCALIDADE: CAMPINAS
VINCULADA: 2908

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

DATA DE VENCIMENTO: 30/04/2011

VALOR DO PAGAMENTO: 26,67

93517758194
1049970260
92330001923 6 49530000002667

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA - 0800 725 7474
Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

120-745302839-7

TABELAÇÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia conforme original apresentado

Do Sr. SANTO ANDRÉ - SP

0938AC071523 da verdade

Francisco Carlos da Oliveira

Flavio Roberto de Oliveira

Rogério Rodrigues

Cláudia Cristina Buan Guerra

Preposto

Escritório

14 MAI 2013



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Disque CAIXA 0800 726 0101

Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento	Exercício
30/04/2011	2011

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Código da Entidade Sindical	
SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238		000.000.264.02693-4	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
R. CONS RAMALHO	992		61.708.293/0001-50
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF
BELA VISTA	01325-000	SAO PAULO	SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO ATLANTICA AM LTDA		58.199.233/0001-45	
Endereço	Número	Complemento	
AV. PEDRO LESSA	1640		
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
11025-001	PONTA DA PRAIA	SANTOS	SP
		Código Atividade	
		592	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(=) Valor do Documento 26,67	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
	1		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
	800,00		
Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multa	
1			
SAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outros Acréscimos	
PRT		PRT (=) Valor Cobrado	

104-0 | 10499.70260 93517.758194 92330.001923 6 49530000002667

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.264.02693-4	581992330001	26,67	30/04/2011	2011

Autenticação Mecânica



Em Teste da veracidade

Francisco Carlos de Oliveira Tabellão

Flavio Roberto de Oliveira Tabellão Substituto

Rodrigues Tabellão Substituto

Gisela Cristina Bizar Guerra Escreventes

Carina Pedrosa da Silva Prepostos

Maysa Helena Santos Coelho Prepostos

0231 166984941 020511

26,67C TTIDIN

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIND. DOS TRABS. EM EMPRESAS DE RADIO E TV NO ESTADO DE SP		Vencimento 30/04/2011	Exercício 2011
Endereço RUA CONSELHEIRO RAMALHO		Número 992	Complemento
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 01325-000	Cidade/Município SAO PAULO	UF SP
CNPJ da Entidade 000.264.02693-4		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 58.199.233/0001-45	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO ATLANTICA AM LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 58.199.233/0001-45	
Endereço AVENIDA PEDRO LESSA		Número 1640	Complemento CJ 808/809
CEP 11025-001	Bairro/Distrito EMBARE	Cidade/Município SANTOS	UF SP
Código Atividade 5920100			

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronial/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomo		(=) Valor do Documento 26,67	
Capital Social - Empresa		(-) Desconto/Abatimento	
Nº Empregado Contribuintes 1		(-) Outras Deduções	
Capital Social - Estabelecimento		(-) Mora/Multa	
Total Remuneração - Contribuintes 800,00		(+/-) Outros Acréscimos	
Total Empregados - Estabelecimento 1		(-) Valor Cobrado	
		26,67	

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

104-0 10499.70260 93517.758194 92330.001923 6 49530000002667

Código do Cedente 000.264.02693-4	Nosso Número 61.708.293/0001-50	Valor do Documento 26,67	Vencimento 30/04/2011	Exercício 2011
Autenticação Mecânica				

40 TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ

Autenticado em 14 MAI 2013

0938A0071526

Em Teste da verdade

() Francisco Carlos de Oliveira Tabelião

() Flavio Roberto de Oliveira Tabelião Substituto

() Rogério Rodrigues Escreventes

() Gislene Cristina Bizan Guerra Prepostos

() Carina Pedrosa da Silva

() Dayse Helena Santos Coelho

Depto. Pessoal

Conferido por. Marde

Data: 18/03/11



04 MAI 2013



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238		Vencimento 30/04/2012		Exercício 2012	
Endereço R CONS RAMALHO		Número 992	Complemento		CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 01325-000	Cidade/Município SAO PAULO			UF SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO ATLANTICA AM LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 58.199.233/0001-45			
Endereço AV PEDRO LESSA		Número 1640	Complemento		
CEP 11025-001	Bairro/Distrito PONTA DA PRAIA	Cidade/Município SANTOS		UF SP	Código Atividade 592

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
30,67

Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 1	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa 3,68
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos 0,32
PRT (=) Valor Cobrado		34,66

104-0 | 10499.70260 93517.758194 92330.001923 3 53190000003067

Código do Cedente 000.000.264.02693-4	Nosso Número 581992330001	Valor do Documento 30,67	Data Vencimento 30/04/2012	Exercício 2012
--	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



Em Teste: 04 MAI 2013 da verdade

() Francisco Carlos de Oliveira Tabelião
 () Flávio Roberto de Oliveira Tabelião Substituto
 () Rogério Rodrigues Escreventes
 () Gislene Cristina Bizan Guerra Prepostos
 () Carina Pedrosa da Silva
 () Dayse Helena Santos Coelho

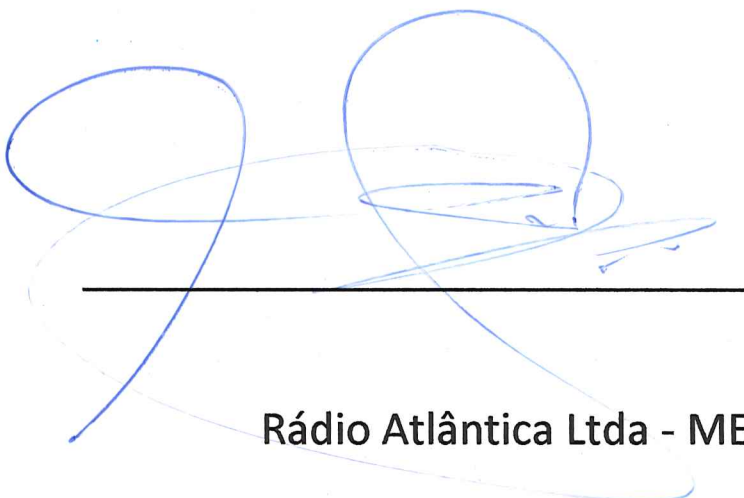
 34,66R01002
 CEF287209052012021241000586

Santos, 15 de maio de 2013.



**Guia Contribuição Sindical Ano 2013 - Sindicato dos
Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão:**

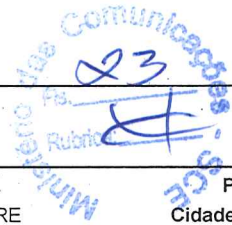
Segue em anexo os documentos, comprovando que durante este ano ficamos sem funcionário, por o mesmo estar afastado por doença, e por essa razão não foi recolhido a contribuição sindical do mesmo.



Rádio Atlântica Ltda - ME

25/04/2013 14:23:10
Pág:1

Folha de Pagamento
Apelido: 57 **Razão Social:** RADIO ATLANTICA AM LTDA



CNPJ/CEI: 58.199.233/0001-45 **Inscrição:** 842.295.868-68
Endereço: Avenida PEDRO LESSA 1640 CJ 808/809 **Bairro:** EMBARE **Cidade:** SANTOS **UF:** SP

Cód: 1 **Nome:** CARLOS ALBERTO DE JESUS **Função:** OPERADOR DE RÁDIO **Dep. IR:** 0
Admissão: 01/09/2004 **Situação:** Auxílio doença **Data:** 09/03/2011 **Ocorrência:** 1 **Salário:** 920,00

Base INSS Empresa:	0,00	Base INSS Funcionário:	0,00	Base INSS Func. 13o. Salário:	0,00
Base F.G.T.S. 13o.:	0,00	Base F.G.T.S.:	0,00	F.G.T.S.:	0,00
Base I.R.R.F.:	0,00	Deduções:	0,00		
Proventos:	0,00	Descontos:	0,00	Líquido:	0,00

FGTS Mensal (Recolhimento SEFIP)

Base F.G.T.S.:	0,00	F.G.T.S.:	0,00	C.Social:	0,00
Base FGTS 13o.Sal.:	0,00	F.G.T.S. 13o. Salário:	0,00		

FGTS Rescisório (Recolhimento GRRF)

Base F.G.T.S.:	0,00	F.G.T.S.:	0,00	C.Social:	0,00
Base FGTS 13o.Sal.:	0,00	F.G.T.S. 13o. Salário:	0,00		
Multa FGTS:	0,00	C.Social Multa 10%:	0,00		

GPS

Cod. 1031 Segurados	0,00	Cod. 1058 Dedução FPAS	0,00
Cod. 1040 Empresa	0,00	Cod. 1066 Total Líquido	0,00
Cod. 0115 Terceiros	0,00		

Total de Funcionários: 1

Total de Empregados por Ocorrência

Ocorrência (Classificação dos Agentes Nocivos):
- Com apenas 1 vínculo
Ocorrência 1: 1 Empregados

Total de Empregados Afastados

Afastamentos:
Auxílio Doença: 1

Folha de Pagamento

25/04/2013 14:23:24

Apelido: 57

Razão Social: RADIO ATLANTICA AM LTDA

Pág:1

CNPJ/CEI: 58.199.233/0001-45

Inscrição: 842.295.868-68

Período de: 01/04/2013 a 30/04/2013

Endereço: Avenida PEDRO LESSA 1640 CJ 808/809

Bairro: EMBARE

Cidade: SANTOS

UF: SP

Cód: 1

Nome: CARLOS ALBERTO DE JESUS

Função: OPERADOR DE RÁDIO

Dep. IR: 0

Admissão: 01/09/2004

Situação: Auxílio doença


Data: 09/03/2011

Ocorrência: 1

Salário:

920,00

Base INSS Empresa:	0,00	Base INSS Funcionário:	0,00	Base INSS Func. 13o. Salário:	0,00
Base F.G.T.S. 13o.:	0,00	Base F.G.T.S.:	0,00	F.G.T.S.:	0,00
Base I.R.R.F.:	0,00	Deduções:	0,00		
Proventos:	0,00	Descontos:	0,00	Líquido:	0,00



Folha de Pagamento		25/04/2013 14:23:25	
Apelido: 57	Razão Social: RADIO ATLANTICA AM LTDA		
CNPJ/CEI: 58.199.233/0001-45	Inscrição: 842.295.868-68		Período de: 01/04/2013 a 30/04/2013
Endereço: Avenida PEDRO LESSA 1640 CJ 808/809	Bairro: EMBARE	Cidade: SANTOS	UF: SP

RESUMO

Lançamentos			
<i>Proventos</i>		<i>Descontos</i>	
Proventos: 0,00		Descontos: 0,00	
		Líquido: 0,00	

Totais

Base INSS Empresa:	0,00	Base INSS Funcionário:	0,00	Base I.R.R.F.:	0,00
Base INSS Empresa 13o. Sal.:	0,00			Deduções:	0,00

FGTS Mensal (Recolhimento SEFIP)

Base F.G.T.S.:	0,00	F.G.T.S.:	0,00	C.Social:	0,00
Base FGTS 13o.Sal.:	0,00	F.G.T.S. 13o. Salário:	0,00		

FGTS Rescisório (Recolhimento GRRF)

Base F.G.T.S.:	0,00	F.G.T.S.:	0,00	C.Social:	0,00
Base FGTS 13o.Sal.:	0,00	F.G.T.S. 13o. Salário:	0,00		
Multa FGTS:	0,00	C.Social Multa 10%:	0,00		

G P S

Cod. 1031	Segurados	0,00	Cod. 1058	Dedução FPAS	0,00
Cod. 1040	Empresa	0,00	Cod. 1066	Total Líquido	0,00
Cod. 0115	Terceiros	0,00			

Total de Funcionários: 1

Total de Empregados por Ocorrência

Ocorrência (Classificação dos Agentes Nocivos):

- Com apenas 1 vínculo

Ocorrência 1: 1 Empregados

Total de Empregados Afastados

Afastamentos:

Auxílio Doença: 1

PREFEITURA DE
SANTOS

Consulta de Processo

Nº do Processo 102672 2012 11
Setor Abertura COPOUP
Título Processo REQ.
Nome Interessado RÁDIO ATLANTICA LTDA
Assunto ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL, ALTERAÇÃO CONTRATUAL E OUTRO

Data Abertura 09/10/2012 10:32:58
Situação ATIVO

Cx.Arquivo



15 registro(s) encontrado(s)

Nº And.	Setor Entrada	Dt. Entrada	Decisão	Dt. Decisão	Autor Decisão	Setor Saída	Dt. Saída
15	SEAP-OP	16/05/2013 10:51:43	exp. cadastro	17/05/2013 11:49:58	SANDRA CRISTINA CARASSINI AGUIAR		
14	SEFISO- ZOI/RCH	14/05/2013 11:17:52	A SEAP-OP	15/05/2013 09:28:15	ALICE DE OLIVEIRA CORTEZ	SEAP-OP	15/05/2013 09:28:15
13	SEAP-OP	07/05/2013 17:52:08	ao fiscal dst 17	14/05/2013 10:55:37	SANDRA CRISTINA CARASSINI AGUIAR	SEFISO- ZOI/RCH	14/05/2013 10:55:37
12	DEFISCO	08/04/2013 14:39:04	PARA PROSSEGUIMENTO.	06/05/2013 09:38:29	WILSON ROBERTO ROSA	SEAP-OP	06/05/2013 09:38:29
11	SEFIS-MER	14/11/2012 10:10:16	Para prosseguimento.	08/04/2013 13:56:12	ROBSON DE PAULA	DEFISCO	08/04/2013 13:56:12
10	SAAF- DEFISCO	13/11/2012 14:04:31	PARA PROSSEGUIMENTO.	14/11/2012 09:14:38	ROSANA CRISTINA TORTAROLO SALES	SEFIS-MER	14/11/2012 09:14:38
9	CAEFIS	08/11/2012 10:11:33	AO DEFISCO.	12/11/2012 09:22:13	DINA ELISABETH EVANGELISTA SANTOS	SAAF- DEFISCO	12/11/2012 09:22:13
8	CAEFIS	08/11/2012 10:11:33	SRA. CHEFE. PROVIDENCIADA A REABERTURA DA INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº5.790-1.	08/11/2012 11:12:46	RENATO FONSECA		
7	DEATRI	24/10/2012 09:50:34	À CAEFIS.	07/11/2012 13:08:14	ANTONIO CARLOS MOURA	CAEFIS	07/11/2012 13:08:14
6	CAEFIS	17/10/2012 14:32:59	AO POUPEMPO: RUA JOÃO PESSOA Nº 246. PARA CADASTRAMENTO E DEMAIS PROVIDÊNCIAS.	23/10/2012 15:39:23	DINA ELISABETH EVANGELISTA SANTOS	DEATRI	23/10/2012 15:39:23
5	COPLAT	15/10/2012 09:22:39	PARA PROSSEGUIMENTO.	17/10/2012 08:56:34	MARIA CRISTINA AGUIAR DOS SANTOS LEITE	CAEFIS	17/10/2012 08:56:34
4	DEATRI	10/10/2012 10:02:21	À COPLAT.	10/10/2012 16:44:23	ANTONIO CARLOS MOURA	COPLAT	10/10/2012 16:44:23
3	DEATRI	10/10/2012 10:02:21	PROCESSO SENDO TRATADO COMO REABERTURA DA I.M nº5.790-1	10/10/2012 15:04:39	ANTONIO CARLOS MOURA		
2	CAEFIS	10/10/2012 09:59:54	AO POUPEMPO: RUA JOÃO PESSOA 246. PARA CADASTRAMENTO E DEMAIS PROVIDÊNCIAS.	10/10/2012 10:01:07	DAYANE GOMES DOS SANTOS	DEATRI	10/10/2012 10:01:07
1	COPOUP	09/10/2012 10:32:58	PARA PROV.	09/10/2012 10:32:58	MARIA DE LOURDES SOARES PEREIRA	CAEFIS	09/10/2012 10:32:58



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 000362013-21033233

Nome: RADIO ATLANTICA LTDA - ME

CNPJ: 58.199.233/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 17/04/2013.

Válida até 14/10/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 58199233/0001-45
Razão Social: RADIO ATLANTICA AM LTDA
Nome Fantasia: RADIO ATLANTICA
Endereço: AV PEDRO LESSA 1640 CONJ 808 E 809 / PONTA DA PRAIA / SANTOS / SP / 11025-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/05/2013 a 13/06/2013

Certificação Número: 2013051508183193411237

Informação obtida em 29/05/2013, às 10:26:10.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO ATLANTICA LTDA - ME
CNPJ: 58.199.233/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 00:20:02 do dia 28/01/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/07/2013.

Código de controle da certidão: **F568.1CA5.09DD.86E0**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Coordenadoria da Dívida Ativa



Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 58.199.233

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 3448106
Data e hora da emissão 29/05/2013 10:35:36
Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.
Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Folha 1 de 1
(hora de Brasília)

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



PREFEITURA DE
SANTOS

Departamento de Administração Tributária



Certidão Negativa - Imobiliário
(IPTU, Taxa de Remoção de Lixo e Contribuição de Melhoria)

Certificamos que a inscrição imobiliária nº 68.031.017.093 referente ao imóvel situado à Avenida Doutor Pedro Lessa nº 1640 Apto/Sala 0809 , encontra-se QUITA com os tributos imobiliários até a presente data*****

Esta certidão é válida por 180 dias a contar da data de expedição, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir, nos termos da lei, os tributos que porventura venham a ser apurados.

Certidão emitida no dia: 17/05/2013

Número da certidão: 12554/2013

Válida até: 17/11/2013

Código de Controle da certidão: P40U.D95P.A69K.P62A

Término das informações referentes a esta certidão.

Observações: A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site <http://www.santos.sp.gov.br>.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO ATLANTICA LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 58.199.233/0001-45

Certidão n°: 29647810/2013

Expedição: 08/05/2013, às 15:24:43

Validade: 03/11/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO ATLANTICA LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **58.199.233/0001-45**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

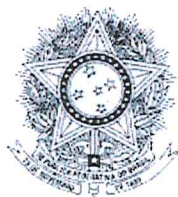
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20130000839685

CERTIFICO , revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: RADIO ATLANTICA LTDA** , ou vinculado ao **CNPJ de número 58.199.233/0001-45,**

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.ifsp.jus.br , até 60 dias da liberação, através do código de segurança: HBh4IRFZCGYE 4J9G3P KJPDRLFT68TTQ7E
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 17 de maio de 2013 às 13h38min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP**



**TERMO DE CADASTRO DE
INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 15 de julho de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto, Técnico de Nivel**, em 16/07/2015, às 14:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0608180** e o código CRC **02BB483B**.



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ
CNPJ: 58.199.233/0001-45

RADIO ATLANTICA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE MANOEL FERREIRA GONCALVES	842.295.868-68	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santos
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	44450	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos
RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA	271.792.868-50	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	44450	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos

Usuário: anatel\reginam.mc - Regina Monica de Faria Santos Data: 12/05/2016 Hora: 15:11:58



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 842.295.868-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE MANOEL FERREIRA GONCALVES	842.295.868-68	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santos
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	44450	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos

Usuário: anatel\reginam.mc - Regina Monica de Faria Santos Data: 12/05/2016 Hora: 15:28:10



BOA TARDE
Regina Monica de Faria Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 271.792.868-50

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA	271.792.868-50	RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Indaiatuba
		RADIO EMISSORA ABC LTDA	57.512.410/0001-39	Diretor (DIRETOR ARTÍSTICO)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santo André
		RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Sócio	38209	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Indaiatuba
		AMPLA RADIODIFUSAO LTDA	56.300.288/0001-74	Sócio	64000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Amparo
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	44450	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos
		RADIO EMISSORA ABC LTDA	57.512.410/0001-39	Sócio	6000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santo André

Usuário: anatel\reginam.mc - Regina Monica de Faria Santos Data: 12/05/2016 Hora: 15:28:18

**Sistemas
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM****UF: SP****Município: Santos**

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
CBS COMUNICACOES BRASIL SAT LTDA	Santos	30/07/1995	30/07/2005
RADIO ATLANTICA LTDA	Santos	01/11/1993	01/11/2003
RADIO DIFUSORA CACIQUE LTDA	Santos	01/05/1984	01/05/1994
RADIO METROPOLITANA SANTISTA LTDA	Santos	01/11/1993	01/11/2003
SOCIEDADE RADIO UNIVERSAL LTDA	Santos	01/05/1984	01/05/1994

Usuário: - **Data: 12/05/2016** **Hora: 15:09:45****Registro 1 até 5 de 5 registros****Página: [1]** **[Ir]** **[Reg]**

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

BOA TARDE
Regina Monica de Faria SantosSistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | internet | teia | menu | ajuda

Tela Inicial

Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
590 kHz	RADIO ATLANTICA LTDA	SP	Santos	OM	3	N	
590 kHz	RADIO ATLANTICA LTDA	SP	Santos	OM	3	N	

Usuário: [anatel\reginam.mc](#) - Regina Monica de Faria Santos Data: 12/05/2016 Hora: 15:29:41

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.027200/2013-07 (Relacionado ao de nº 53000.024443/2003-11).		
Entidade: RÁDIO ATLÂNTICA LTDA		
Localidade: SANTOS	UF: SP	Serviço: OM
Períodos: 01/11/2003 a 01/11/2013 e 01/11/2013 a 01/11/2023.		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl (S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			2 e 3
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			4
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			5
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		x		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			11 a 15 (2009 a 2013)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			16 a 24 (2009 a 2013)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;		x		
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			29
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			30
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			31

11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			32
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;		x		33 (incompleta) a certidão apresentada não traz o CNPJ ou o nome da Empresa.
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	x			34
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);		x		
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;		x		
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		x		

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI (S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;			x		x		
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;			x		x		
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;			x		x		
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;			x		x		
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais (quitação e criminal) , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;			x		x		
23- certidões de protestos de títulos ;	NOME (S)	SIM		NÃO		NÃO SE APLICA	FL (S).
				x			

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada NÃO ATENDE ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: REGINA MÔNICA DE FARIA SANTOS Cargo: ANALISTA/CHEFE DE SERVIÇO Data: 12/05/2016

NOTA TÉCNICA Nº 11650/2016/SEI-MC

Processo n.º: 53000.027200/2013-07 (Relacionado ao de nº 53000.024443/2003-11).

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Atlântica Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Santos, estado de São Paulo, referente aos seguintes períodos: 01/11/2003 a 01/11/2013 e 01/11/2013 a 01/11/2023.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjur, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (cujo inteiro teor se encontra disponível no sítio desta Pasta).

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 1132010), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;

3.2. comprovante de regularidade com o FISTEL;

3.3. provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço, tendo em vista que certidão apresentada consta apenas endereço de imóvel;

3.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);

3.5. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual, Federal (1ª e 2ª instâncias) e Eleitoral (quitação e criminal), de todos os sócios e administradores (**em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de objeto e pé dos processos relacionados**);

3.6. certidões de protesto de títulos de todos os sócios e administradores;

3.7. certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente atualizada), a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;

3.8. laudos de ensaio dos transmissores e de vistoria técnica, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão.

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 19/05/2016, às 16:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 23/05/2016, às 09:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1132018** e o código CRC **86F32B62**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 17083/2016/SEI-MC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO ATLÂNTICA LTDA
Avenida Pedro Lessa, nº 1640, Cj. 809
11025-002 Santos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.027200/2013-07 (Relacionado ao de nº 53000.024443/2003-11).**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica nº 11650/2016/SEI-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Coluna de Oliveira**, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga, em 23/05/2016, às 09:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1132142** e o código CRC **159A19F4**.

Data de Envio:

23/05/2016 13:53:22

De:

MC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

clipvoz@uol.com.br
radioabcam@uol.com.br
roser_rocha@hotmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.027200/2013-07

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1132142.html
Nota_Tecnica_1132018.html



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO ATLANTICA LTDA - ME
CNPJ: 58.199.233/0001-45

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:43:04 do dia 07/12/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/01/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - RADIO ATLANTICA LTDA - ME

CNPJ: 58199233000145

Presidente:

Endereço: Avenida Doutor Pedro Lessa - Ponta da Praia

E-mail:

Capital Social: 88.900,00

Reserva de Capital:

Total: 88.900,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
271.792.868-50	RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA	44.450	44.450,00
842.295.868-68	JOSE MANOEL FERREIRA GONCALVES	44.450	44.450,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
842.295.868-68	JOSE MANOEL FERREIRA GONCALVES	GERENTE	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

[Exportar Excel](#)

 **Menu Principal** ▼**Sistemas
Interativos**SRD » » Relatórios » » **Outorga** | menu ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM****UF: SP****Município: Santos**

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
CBS COMUNICACOES BRASIL SAT LTDA	Santos	30/07/1995	30/07/2005
RADIO ATLANTICA LTDA	Santos	01/11/1993	01/11/2003
RADIO DIFUSORA CACIQUE LTDA	Santos	01/05/1984	01/05/1994
RADIO METROPOLITANA SANTISTA LTDA	Santos	01/11/1993	01/11/2003
SOCIEDADE RADIO UNIVERSAL LTDA	Santos	01/05/1984	01/05/1994

Usuário: - Data: 07/12/2016 Hora: 07:45:44**Registro 1 até 5 de 5 registros****Página: [1] [Ir] [Reg]**

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD >>> Consultas >>> Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: Santos
Frequência: 590 kHz
Classe: B

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: RADIO ATLANTICA LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 7803621
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 02008006808
CNPJ: 58.199.233/0001-45
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento:

☒ **Dados do Plano Básico**

☐ **Dados da Outorga**

Dados da Entidade

CNPJ:
Razão Social: RADIO ATLANTICA LTDA
Nome Fantasia: **Tipo de Usuário:** Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 11025000 **Logradouro:** Avenida Doutor Pedro Lessa
Número: 1640 **Complemento:** CONJ 809 **Bairro:** Ponta da Praia **Estado:** SP
Município: Santos **Distrito:** **SubDistrito:**
Telefone: 11 32736900 **Fax:**

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 09190210 **Logradouro:** AVENIDA PEREIRA BARRETO
Número: 1.200 **Complemento:** VILA GILDA **Bairro:** PARAISO **Estado:** SP
Município: Santo André **Distrito:** **SubDistrito:**
Telefone: **Fax:** **E-mail:**

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: **Data Publicação**
SCRAD Técnico: **Contrato/Convênio:**
Data Limite **Número do Processo:**
Instalação: **Fistel:** 02008006808

☒ **Documentos Emitidos**

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	18/11/1983	Renovação
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Autoriza Equipamento
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Enquadramento Plano Básico
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Enquadramento Plano Básico
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Multa

		- Selecione -				Multa	Jur.
		- Selecione -	DMC			Mudança de Local	Jur.
		- Selecione -	DMC			Mudança de Local	Jur.
		- Selecione -	DMC			Substituição de Equipamento	Jur.
		- Selecione -	DMC			Mudança de Local	Jur.
		- Selecione -			16/10/1995	Transferência Indireta	Jur.
		- Selecione -			13/12/1995	Renovação	Jur.
		- Selecione -			30/01/1996	Multa	Jur.
		- Selecione -			27/02/1997	Advertência	Jur.
		- Selecione -			07/11/1997	Advertência	Jur.
		- Selecione -	DMC			Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
		- Selecione -			25/07/2000	Multa	Jur.
		- Selecione -			07/06/2001	Multa	Jur.
		- Selecione -			11/01/2002	Multa	Jur.
		- Selecione -	ER		15/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
		- Selecione -			23/06/2005	Deliber. do C. Nacional	Jur.
		- Selecione -				Advertência	Jur.
		- Selecione -				Advertência	Jur.
		- Selecione -			11/01/2013	Multa	Jur.

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

Tela Inicial

Imprimir



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Sonia Valesca Menezes Monteiro
Sistemas Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO » » Consultas Gerais » » **Consolidado Participação e Composição**

[internet](#) [teia](#) [menu](#) [ajuda](#)



Dados da consulta



Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 58.199.233/0001-45

RADIO ATLANTICA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE MANOEL FERREIRA GONCALVES	842.295.868-68	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santos
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	44450	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos
RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA	271.792.868-50	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	44450	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos

Usuário: sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro

Data: 07/12/2016

Hora: 09:35:54



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Sonia Valesca Menezes Monteiro
Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

SIACCO » » Consultas Gerais » » **Consolidado Participação e Composição**

internet teia menu ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 842.295.868-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE MANOEL FERREIRA GONCALVES	842.295.868-68	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santos
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	44450	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos

Usuário: [sonia.mc](#) - Sonia Valesca Menezes Monteiro

Data: 07/12/2016

Hora: 09:36:06



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Sonia Valesca Menezes Monteiro
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 271.792.868-50

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA	271.792.868-50	RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Indaiatuba
		RADIO EMISSORA ABC LTDA	57.512.410/0001-39	Diretor (DIRETOR ARTÍSTICO)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santo André
		RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Sócio	38209	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Indaiatuba
		AMPLA RADIODIFUSAO LTDA	56.300.288/0001-74	Sócio	64000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Amparo
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	44450	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos
		RADIO EMISSORA ABC LTDA	57.512.410/0001-39	Sócio	6000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santo André

Usuário: sonia.mc - Sonia Valesca Menezes Monteiro

Data: 07/12/2016

Hora: 09:36:30

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº 53900.027200/2013-07 (apenso: 53000.024443/2003-11 (Protocolos/Respostas nº 53900.038758/2016-17; nº 53900.045024/2016-86; nº 53900.0550. 280/2016-81) SEI-MCTIC		
Entidade: RÁDIO ATLÂNTICA LTDA.		
Localidade: SANTOS	UF: SP	Serviço: OM
Período(s): 1º/11/2003 a 1º/11/2013; 1º/11/2013 a 1º/11/2023		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			2 (0608178)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			4 (0608178)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		x		
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			5 (0608178)
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			11 a 15 (2009 a 2013) (0608178)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			16 a 28 (2009 a 2013) (0608178)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			6 a 9 ;1 (0608178); (1219378); (1547019)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			29 (0608178)
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			29 (0608178)

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			31 (0608178)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			32 (0608178)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			33;10 (0608178) (1219378)
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	x			34 (0608178)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	x			35;11 (0608178); (1219378)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	x			1;2 (1258634)
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	x			Ensaio - 30 a 46 Vistoria Técnica – 22 a 25

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	José M. F. Gonçalves (1258634);(1362220); (1369893); (139889)	x		x			1 a 5;1 a 6 (Positivas)
	Rodrigo Celso G.Rocha (1219378)	x		x			12 a 14 (Positivas)
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	José M. F. Gonçalves (1258634)	x		x			1 (Positivas)
	Rodrigo Celso G.Rocha (1219378)	x		x			15/16

19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	José M. F. Gonçalves (1258634) Rodrigo Celso G.Rocha (1219378)	X X		X X			1 17
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	José M. F. Gonçalves (1258634) Rodrigo Celso G.Rocha (1219378)	X X		X X			1 16/17
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	José M. F. Gonçalves (1258634) Rodrigo Celso G.Rocha	X X		X X			1 18/19
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	José M. F. Gonçalves (1258634) Rodrigo Celso G.Rocha (1219378)	X X		X X			1 20
23- certidões de protestos de títulos ;	José M. F. Gonçalves (1258634) Rodrigo Celso G.Rocha (1219378)	X X		X X			1 21

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada atende parcialmente ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
1. O Senhor <u>Jose Manoel Ferreira Gonçalves</u> , conhecido/aprovado por este órgão, como sócio e administrador da Entidade, apresenta certidões cível e criminal, positivas, expedidas pelo TJSP- nº 017819511; nº 822362, constantes dos Protocolos nº 53900.045024/2016-86 e nº 53900.052931/2016-81, sendo que, foram apresentadas somente duas Certidões de Objeto e Pé, referentes às Comarcas de Guarujá e SP, em curso nas Varas de Execuções Municipais e de Fazenda Pública, na esfera cível. Portanto, deverão ser apresentadas todas as certidões de inteiro teor, tanto cíveis quanto criminais relativas aos fatos relacionados.
Análise:
Sônia Valesca M. Monteiro Advogado

NOTA TÉCNICA Nº 32660/2016/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.027200/2013-07

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Atlântica Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de Santos, estado de São Paulo, referente ao período de 01/11/2013 a 01/11/2023.

ANÁLISE

2. Esclareça-se que o pedido de que trata o item 1 desta Nota Técnica foi analisado por esta Coordenação, conforme a Nota Técnica nº 11650/2016/SEI-MC (evento SEI nº 1132018), resultando na expedição do Ofício nº 17083/2016-SEI-MC (evento SEI nº 1132142), para que a Entidade complementasse a documentação necessária à instrução dos autos.

3. Por meio dos requerimentos nºs 53900.038758/2016-17; 53900.045024/2016-86; 53900.052931/2016-81 e nº 53900.055280/2016-81 a Entidade apresentou parcialmente os documentos exigidos pela legislação de radiodifusão, conforme se verifica da "Lista de Verificação de Documentos", inserida digitalmente nestes autos (evento SEI nº 1547112). Faz-se necessário que a Interessada apresente os seguintes documentos, em original ou cópia autenticada:

RELATIVOS À ENTIDADE:

3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES:

3.2. **certidão de inteiro teor** dos processos relacionados na Certidão nº 017819511 e nº 822362, expedidas pelo TJSP - Distribuição cível e criminal, da esfera Estadual (1ª e 2ª instâncias) do sócio e administrador aprovado pelo órgão, Senhor **Jose Manoel Ferreira Gonçalves**. Consta da certidão criminal nº 822362, 2 (dois) feitos em curso na 1ª Vara Criminal - comarca do Guarujá/SP e da comarca de Santos/SP.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Chefe de Serviço**, em 19/12/2016, às 18:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 23/12/2016, às 19:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1547032** e o código CRC **A0531752**.

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.027200/2013-07

SEI nº 1547032



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 47327/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO ATLÂNTICA LTDA.
Avenida Pedro Lessa, nº 1640, Cj. 809
11.025-002 Santos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.027200/2013-07**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 32660/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 23/12/2016, às 19:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1547193** e o código CRC **67BBE49C**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 47327/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.027200/2013-07
- Nº SEI: 1547193

Data de Envio:

04/01/2017 09:22:50

De:

MCTIC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@mctic.gov.br>

Para:

clipvoz@uol.com.br
radioabcam@uol.com.br
roser_rocha@hotmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.027200/2013-07

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1547193.html
Nota_Tecnica_1547032.html

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade:	
Nome Fantasia:	
Telefone: () 32736900	E-mail:
CNPJ: 58.199.233/0001-45	Número do Fistel: 02008006808
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/11/1993	Serviço: 205 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99;ATO 39.548/2003.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Doutor Pedro Lessa	Complemento: CONJ 809	
Bairro: Ponta da Praia	Numero: 1640	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11025000

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA PEREIRA BARRETO	Complemento: VILA GILDA	
Bairro: PARAISO	Numero: 1.200	
Município: Santo André	UF: SP	CEP: 09190210

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RODOVIA PIASSAGUERA/GUARUJA- SITIO VARGEM GRANDE	Complemento:	
Bairro: VICENTE DE CARVALHO	Numero: .	
Município: Guarujá	UF: SP	CEP: 11400000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AV PEDRO LESSA, 1640 - 8 ANDAR - CJ 808/809	Complemento:	
Bairro: APARECIDA	Numero: .	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11000000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Santos	UF: SP
Latitude: -23.94972	Longitude: -46.26972

Parâmetros Técnicos			
Canal:	Frequência: 590 KHz	Classe: B	ERP: dia: 0.01 noite: 0.001kW
Altura: 105 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Informações da Estação

Informações Gerais							
Número da Estação: 7803621				Número Indicativo: ZYK534			
Data Último Licenciamento:				Número da Licença: 000979/2001			
Sistema de Terra							
Número de Torres: 4				Número de Radiais: 120			
Altura da Torre: 30.00				Comprimento de Radiais: 82.00			
Espaçamento entre radiais: 3.00				Condutividade: 0			
Carga Topo							
Figura geométrica:							
Dimensão:				Altura:			
Campo Característico							
Campo Característico: 289.00 mV/m							
Estação Principal							
Localização							
Latitude: -23.94972		Longitude: -46.26972			Cota da base: 0 m		
Transmissor Principal							
Código Equipamento: 056781XXX0391				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: 10.000 kW			
Linha de Transmissão Principal							
Modelo:		Fabricante:					
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms				
Estação Auxiliar							
Transmissor Auxiliar							
Código Equipamento: 006180XXX0388				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: 1.000 kW			
Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: .250 kW			
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	135	Decreto	PR	26/04/1935	08/05/1983	Outorga	Jurídico
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
62561936	814	Portaria	MC	03/12/1936	22/12/1936	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	2470	Decreto	PR	05/12/1947	15/12/1947	Renovação	Jurídico
9999	74590	Decreto	PR	23/11/1974	24/11/1974	Renovação	Jurídico
1727741983	89007	Decreto	PR	16/11/1983	18/11/1983	Renovação	Jurídico

1727741983	799	Portaria	DMC	03/11/1986		Autoriza Equipamento	Técnico
1727741983	354	Portaria	DMC	16/07/1987		Enquadramento Plano Básico	Técnico
1727741983	467	Portaria	DMC	20/09/1988		Enquadramento Plano Básico	Técnico
291000012271988	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291000026381988	40919	Despacho	MC	04/09/1989		Multa	Jurídico
1727741982	405	Portaria	DMC	13/11/1992		Mudança de Local	Técnico
9999	47	Portaria	DMC	18/02/1993		Mudança de Local	Técnico
291001727741983	74	Portaria	DMC	04/05/1995		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	140	Portaria	DMC	10/07/1995		Mudança de Local	Técnico
9999	60	Exposição de Motivos	PR	06/10/1995	16/10/1995	Transferência Indireta	Jurídico
508300005571993	s/nº	Decreto	PR	12/12/1995	13/12/1995	Renovação	Jurídico
538300007601995	32	Portaria	MC	09/01/1996	30/01/1996	Multa	Jurídico
538300007441997	300197	Despacho	MC	30/01/1997	27/02/1997	Advertência	Jurídico
538300009141996	301097	Despacho	MC	30/10/1997	07/11/1997	Advertência	Jurídico
291001727741983	766	Portaria	DMC	10/11/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
538300014261997	46	Portaria	MC	18/07/2000	25/07/2000	Multa	Jurídico
538300000331997	420	Portaria	MC	29/05/2001	07/06/2001	Multa	Jurídico
538300015581998	620	Portaria	MC	26/12/2001	11/01/2002	Multa	Jurídico
535040130842004	47207	Ato	ER	14/10/2004	15/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
508300005571993	652	Decreto Legislativo	CN	22/06/2005	23/06/2005	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000113892006	251	Despacho	MC	14/12/2008		Advertência	Jurídico
530000561542007	771	Despacho	MC	14/10/2009		Advertência	Jurídico
9999	8	Portaria	MC	09/01/2013	11/01/2013	Multa	Jurídico

Horário de funcionamento

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 58.199.233/0001-45

RADIO ATLANTICA LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE MANOEL FERREIRA GONCALVES	842.295.868-68	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santos
RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA	271.792.868-50	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	44450	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos

Usuário: [Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: 06/06/2019

Hora: 09:35:35

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 271.792.868-50

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA	271.792.868-50	AMPLA RADIODIFUSAO LTDA	56.300.288/0001-74	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Amparo
		CAMPINAS RADIODIFUSAO LTDA	44.917.318/0001-07	Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Campinas
		RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Indaiatuba
		RADIO EMISSORA ABC LTDA	57.512.410/0001-39	Diretor (DIRETOR ARTÍSTICO)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santo André
		RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Sócio	38209	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Indaiatuba
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	44450	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos
		RADIO EMISSORA ABC LTDA	57.512.410/0001-39	Sócio	6000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santo André
		AMPLA RADIODIFUSAO LTDA	56.300.288/0001-74	Sócio	129000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Amparo
		CAMPINAS RADIODIFUSAO LTDA	44.917.318/0001-07	Sócio	498625	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Campinas

Usuário: [Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#) Data: 06/06/2019 Hora: 09:38:00

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 842.295.868-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE MANOEL FERREIRA GONCALVES	842.295.868-68	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santos
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	44450	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos

Usuário: [Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#) Data: **06/06/2019** Hora: **09:37:25**

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 58.199.233/0001-45
NOME EMPRESARIAL: RADIO ATLANTICA LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$ 88.900,00 (Oitenta e oito mil e novecentos reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	JOSE IVO GONCALVES ROCHA
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 06/06/2019 às 09:34 (data e hora de Brasília).

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

UF: SP

Município: Santos

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
CBS COMUNICACOES BRASIL SAT LTDA	Santos	30/07/1995	30/07/2005
RADIO ATLANTICA LTDA	Santos	01/11/1993	01/11/2003
RADIO DIFUSORA CACIQUE LTDA	Santos	01/05/1984	01/05/1994
SOCIEDADE RADIO UNIVERSAL LTDA	Santos	01/05/1984	01/05/1994

Usuário: **Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa**

Data: **06/06/2019**

Hora: **09:40:02**

Registro **1** até **4** de **4** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO ATLANTICA LTDA - ME**

CNPJ: **58.199.233/0001-45**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:36:46 do dia 06/06/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/07/2019.

Certidão expedida gratuitamente.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 58.199.233/0001-45 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/09/1966	
NOME EMPRESARIAL RADIO ATLANTICA LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO ATLANTICA				PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO AV PEDRO LESSA		NÚMERO 1640	COMPLEMENTO SALA 809		
CEP 11.025-971	BAIRRO/DISTRITO EMBARÉ	MUNICÍPIO SANTOS		UF SP	
ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCAL@GRUPPOAVANTI.COM.BR		TELEFONE (11) 4438-4000			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/06/2019** às **09:29:19** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 58.199.233/0001-45
Razão Social: RADIO ATLANTICA AM LTDA
Endereço: AV PEDRO LESSA / 1640 / PONTA DA PRAIA SANTOS - SP

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/05/2019 a 20/06/2019

Certificação Número: 2019052202061481318874

Informação obtida em 06/06/2019 09:28:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



A JUSTIÇA
DIREITO E COMÉRCIO
DISTRITO E COMÉRCIO - CNPJ
DEFESA DA CIDADANIA
ESTADO DE SÃO PAULO

SEQ DOC
1

PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
428157/95-6



STICULA

DETERMINAÇÃO
JUNTA COMERCIAL
SÃO PAULO
27 OUT 1995

DE LOUÇES DOS SANTOS
R.A. LOUÇES

ESTADO DE SÃO PAULO

Formulário de registro da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP). O formulário contém campos para:

- NUMERO DE REG (INDE):** 352.064.8859.8
- NUMERO DE CEC (INDE):** 58199233/0001-45
- ALTERAÇÃO:** Nome (X), Objeto (X), Capital (X), Endereço (X), Outros (X).
- FILIAL:** Abertura (X), Alteração (X), Encerramento (X), Outros (X).
- RAZÃO SOCIAL:** RADIO ATLANTICA S.A. LTDA
- TIPO DE EMPRESA:** Sociedade Anônima
- DATA DE FUNDACÃO:** 25/10/95
- DATA DO REGISTRO:** 25/10/95
- ASSINATURA:** JOSE MANOEL FERREIRA CUNHALVES
- DATA:** 25/10/95



FRANCISCO C. DE OLIVEIRA
ROGERIO RODRIGUES
SILVENE B. GUERREIRA
ERA S. L. DE OLIVEIRA
GODOLFO AURELIO INACIO LSC. PREPOSTO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
 JUIZ DE DIREITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Cópia do documento que este documento foi registrado
 AUTÊNTICA em número de registro mecanicamente.

CHRISTIANES F. CORRÊA - Secretário Geral

JAN 29 2007



4º TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
 TABELIONATO OLIVEIRA
 AUTENTICAÇÃO
 Autêntico a presente cópia
 extratada Nestas Notas, com
 féz com original. Dou fé,
 Santo André

07 FEB 2007

FRANCISCO C. DE OLIVEIRA TABELÃO
 RAYVIL DE OLIVEIRA TAB. SUBST.
 ROGERIO RODRIGUES ESC. PREPOSTO
 GISELENE C. B. GUERTA ESC. PREPOSTO
 LANA S. L. DE OLIVEIRA ESC. PREPOSTO
 RODOLFO AURELIO MACIO ESC. PREPOSTO
 VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

JUEP
31 10 95

Ministério das Comunicações
Fis. 69
Rubrica

Cartório

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA RÁDIO ATLÂNTICA AM LTDA.

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

- 1- **NOVOS HORIZONTES COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, estabelecida nesta Capital, à Rua Dr. Cesar nº 334 - Andar Superior, Santana, Município de São Paulo-SP, inscrita no CGC/MF sob nº 49.467.731/0001-30, com seu contrato social e respectivas alterações registradas sob os nºs 11199, 15220, 19500, 23394, 42742 e 54675 no 3º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Capital, e, registrada sob os nºs 352026369008 em 13/06/84; 232.059 em 17/06/86; 457.595 em 23/09/87; 571.036 em 06/06/88; 824.730 em 27/09/89; 972.640 em 16/07/90; 117.523 em 28/07/92; 66.783 em 30/04/93; 191.201 em 30/11/93; 117.024 em 17/08/94; 162.953 em 31/10/94 e 67.491 em 02/05/95 na Junta Comercial do Estado de São Paulo, neste ato representada por seu sócio-gerente **JOSÉ BAPTISTA GOMÇALVES**, brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 1.106.878 e CPF nº 011.061.398-87, com endereço comercial à Rua Dr. Cesar nº 334, Santana, Município de São Paulo, SP, daqui em diante designada simplesmente **PRIMEIRA CONTRATANTE**; e, de outro lado,
- 2- **JOSÉ BAPTISTA GOMÇALVES**, já qualificado, doravante designado simplesmente **SEGUNDO CONTRATANTE**; e, de outro lado,
- 3- **JOSÉ MANOEL FERREIRA GOMÇALVES**, brasileiro, separado judicialmente, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade de RG nº 5.886.924 e do CPF nº 842.295.868-68, com endereço comercial à Av. Adhemar de Barros nº 280 - cj.05, Guarujá, Estado de São Paulo, daqui em diante denominado **TERCEIRO CONTRATANTE**; e, de outro lado,

[Handwritten signatures and initials]

4.º TABELÃO DE NOTAS
TABELIONAT
AUTENT
Autentico o
extraído das Not
feito com o
quanto apore

07 FEV 2004

Colégio Notarial do Brasil
Arqun - SP
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0938AA788644

RODRIGUES ESC. PREPOSTO
B. GUERJA ESC. PREPOSTO
DE OLIVEIRA ESC. PREPOSTO
MURÉLIO INACIO ESC. PREPOSTO
JUMENTE COM O SELLO DE AUTENTICAÇÃO

ms. ob. 751.10.1.1.1

JAN 29 1967

ORIGINAL - 10/10/10

REPORT OF THE
COMMISSIONER OF THE
LAND OFFICE
FOR THE YEAR 1907

4.ª TABELA DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELADO OLYMPIA
AUTENTICADO
Autentico a presente copia
extraída do N.º 101, com
fide com original. D.º 101
Santo André

() FRANCISCO S. DE OLIVEIRA T. 12.000,00
 () HÁVIO R. DE OLIVEIRA T. 12.000,00
 () ROGERIO RODRIGUES T. 12.000,00
 () GISLENE C. B. GUERTA ESC. PREPOSTO
 () VERA S. DE OLIVEIRA ESC. PREPOSTO
 () RODOLFO AURÉLIO INACIO ESC. PREPOSTO
 LIDO SOMENTE COM O Selo DE AUTENTICIDADE

JOSÉ

11095

fls. 2

4- SYLVIA MAIRA SOLLITTO DE OLIVEIRA (que assinava anteriormente SYLVIA MAIRA SOLLITTO DE OLIVEIRA FERREIRA GONÇALVES, conforme averbação constante da certidão de casamento datada de 06/05/94, em cumprimento ao mandado judicial expedido pela 1ª Vara de Família e Sucessões do Guarujá, Proc. nº 85/94 - separação consensual), brasileira, separada judicialmente, comunicadora visual, portadora da cédula de identidade RG nº 8.895.349 e do CPF nº 048.083.088-60, com endereço comercial à Av. Mibemar de Barros nº 280 - cj.05, Guarujá, Estado de São Paulo, neste ato representada por JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES, conforme procuração de 12/12/94 do 2º Cartório de Notas do Guarujá, Estado de São Paulo, livro nº 80, fls.22, daqui em diante denominada QUARTA CONTRATANTE,

têm entre si justo e convencionado o seguinte:

I - Os acima qualificados nos itens "1" e "2" são os únicos sócios da RÁDIO ATLÂNTICA AM LTDA., estabelecida na cidade de Guarujá, no Km 81,5 da Rodovia Piaçaguera Guarujá, Estado de São Paulo, inscrita no CGC/MF sob nº 58.199.233/0001-45, antes denominada Rádio Atlântica de Santos Ltda., (Portaria nº 169 de 16/08/95 do Delegado Estadual do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo) concessionária do serviço público de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, constituída por contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 159824 em sessão de 23/10/53 e posteriores alterações contratuais sob os nºs 748704 em 28/11/74; 832351 em 11/03/76; 8791 de 31/01/84; 106572 em 22/10/84; 210710 em 30/04/86; 232697 em 18/06/86; 302669 em 21/10/86; 389438 em 25/05/87; 792287 em 14/08/89; 861415 em 10/12/89; 1063422 em 04/12/90; 165001 em 14/10/91 e 150786 em 15/09/95.

II - TRANSPARÊNCIA DE QUOTAS

a) JOSÉ BAPTISTA GONÇALVES cede e transfere a JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES a título inteiramente gratuito, 8.400 (oito mil e quatrocentas) quotas, sendo: b.1.) 5.880 (cinco mil oitocentas e oitenta) quotas que já possuía, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 5.880,00 (cinco mil oitocentas e oitenta reais); b.2.) 2.520 (duas mil quinhentas e vinte) quotas, que acabou de adquirir da NOVOS HORIZONTES COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA., no valor de R\$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais);

4º TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia
extraída destas Notas, con-
tendo com original. Dou fé.
Santo André

07 FEV 2007

Colégio Notarial
do Brasil
Arquivo de
Estatísticas
AUTENTICAÇÃO
0938AA788646
PREPOSTO
ESC. PREPOSTO
COM O SELO DE AUTENTICIDADE

CÓPIA
AUTÊNTICA

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO Certifico que este documento foi registrado

CRISTIANES.S.F. CORRÊA - Secretário Geral

JAN. 29 2007

[illegible]

4.ª TABELA DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELAÇÃO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentica a presente cópia
extraída das Notas, con-
fere com original. Deu fé,
Santo André

07 FEV 2007

TABELA
 TAD. SUBS
 ESC. PREPOSTO
 ESC. PREPOSTO
 ESC. PREPOSTO
 ESC. PREPOSTO
 ESC. PREPOSTO
 ESC. PREPOSTO

JOSÉ

31 10 95

fls. 3

b) JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES que passa a ser titular de 8.400 (oito mil e quatrocentas) quotas, neste ato, cede e transfere a SYLVIA MAURA SOLLITTO DE OLIVEIRA 1 (uma) quota no valor de R\$ 1,00 (hum real).

III-Em decorrência das cessões de quotas, acima aludidas, deixam a sociedade, o DR. JOSÉ BAPTISTA GONÇALVES e a empresa NOVOS HORIZONTES COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA., dando a mais plena geral e irrevogável quitação de todos os seus direitos e haveres, nela ingressando os Srs. JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES que, também de ampla, geral e irrestrita quitação, nada tendo a reclamar a nenhum título, e SYLVIA MAURA SOLLITTO DE OLIVEIRA.

IV- Aumentar o capital social de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) para R\$ 88.900,00 (oitenta e oito mil e novecentos reais) com o aproveitamento de R\$ 80.500,00 (oitenta mil e quinhentos reais), decorrente do saldo da correção monetária constante no Balanço Geral encerrado em 31.12.94, que passa a ter a seguinte composição:

NOME	QUOTAS	R\$
JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES	88.900	88.899,00
SYLVIA MAURA SOLLITTO DE OLIVEIRA	1	1,00

V - Resolvem, ainda, os signatários do presente, usando da faculdade que lhe concede a cláusula XI do contrato social, complementar a cláusula I, do referido contrato, no tocante a sede e filial da sociedade que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA I : A sociedade girará sob a denominação social de RÁDIO ATLÂNTICA AM LTDA., tendo sede e foro na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, onde estão localizados o Sistema Irradiante e Estúdio Principal, na Rodovia Piaçaguera, Km 81,5, no lado que dá mão de direção Guarujá - Cubatão, com acesso pela rua da Sabasp e por servidão existente, distando cerca de 640 metros da Rodovia (neste local encontra-se o sistema irradiante), e uma filial (Cen-

4. TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia
extraída desta Nota, con-
fere com original. Doc. 16.
Santo André, 07/FEV/2007
12.1 FRANCISCO C. DE OLIVEIRA TABELÃO
SILVIA M. DE OLIVEIRA T. de SUSSE

Colégio Notarial
do Brasil
1ª Região - SP
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0938AA788648
OSTO
IDADE

... e a ...
... e a ...
... e a ...

... e a ...
... e a ...
... e a ...

... e a ...
... e a ...
... e a ...

... e a ...
... e a ...
... e a ...

... e a ...
... e a ...
... e a ...

... e a ...
... e a ...
... e a ...

... e a ...
... e a ...
... e a ...

... e a ...
... e a ...
... e a ...

... e a ...
... e a ...
... e a ...



CRISTIANES, F. CORRÊA - Secretário Geral

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CÓPIA
CERTIDÃO - Certidão que este documento foi registrado
AUTÊNTICA sob número e data estampados mecanicamente.

JAN 29 2007

4- TABELA DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELA OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Avaliar a presente cópia
existente nestas Notas com
tela com Original. Doc. 44
Santo André.

07 FEV 2007



FRANCISCO DE QUEIROZ
FRANCISCO DE QUEIROZ
ROBERTO RODRIGUES
GISELE L. B. OLIVEIRA
VERA L. DE OLIVEIRA
RODOLFO AUGUSTO THACIO ESC. PAULISTA

00507
01 10 95

fls. 4

tro de Produção de Programas), localizada à Av. Adhemar de Barros nº 280 - conj.05, na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, conforme Portaria nº 169 de 16/08/95 do Delegado Estadual do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo".

VI -Pelo presente instrumento, em face das alterações ocorridas, faz-se necessário a consolidação do contrato social, que passa a vigorar com a nova redação abaixo, que, atendem a autorização do Sr. Presidente da República, de 13/10/95, em fls. 16234 - seção 1, do D.O.U nº 198, publicado em 16/10/95.

CLÁUSULA I

A sociedade girará sob a denominação social de RÁDIO ATLÂNTICA AM LTDA., tendo sede e foro na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, no Km 81,5 da Rodovia Piaçaguera, no lado que dá mão de direção Guarujá - Cubatão com acesso pela rua da Sabesp e por servidão existente, distando cerca de 640 metros da rodovia (neste local encontra-se o Sistema Irradiante e o Estúdio Principal), e uma filial (Centro de Produção de Programas), sito à Av. Adhemar de Barros nº 280 - conj.-5, na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA II

A sociedade tem como objetivo a execução dos serviços de radiodifusão na cidade de Guarujá e em outras localidades do território nacional, desde que para tanto, o Governo Federal lhe outorgue concessões ou permissões, podendo explorar paralelamente a propaganda comercial e outras atividades afins.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para a consecução de seus objetivos, a sociedade poderá instalar radiodifusoras, abrir escritórios, agências e sucursais em qualquer localidade do território nacional, cumprindo sempre o que estabelecer a legislação vigente ou a vigorar que rege a execução dos serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA III

A duração da sociedade é por prazo indeterminado.

4.º TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANJÓ
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia
extraída das Notas de
fere com original. Deixei
Santo Anjo



1907
1908
1909
1910
1911
1912
1913
1914
1915
1916
1917
1918
1919
1920
1921
1922
1923
1924
1925
1926
1927
1928
1929
1930
1931
1932
1933
1934
1935
1936
1937
1938
1939
1940
1941
1942
1943
1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025
2026
2027
2028
2029
2030
2031
2032
2033
2034
2035
2036
2037
2038
2039
2040
2041
2042
2043
2044
2045
2046
2047
2048
2049
2050
2051
2052
2053
2054
2055
2056
2057
2058
2059
2060
2061
2062
2063
2064
2065
2066
2067
2068
2069
2070
2071
2072
2073
2074
2075
2076
2077
2078
2079
2080
2081
2082
2083
2084
2085
2086
2087
2088
2089
2090
2091
2092
2093
2094
2095
2096
2097
2098
2099
2100
2101
2102
2103
2104
2105
2106
2107
2108
2109
2110
2111
2112
2113
2114
2115
2116
2117
2118
2119
2120
2121
2122
2123
2124
2125
2126
2127
2128
2129
2130
2131
2132
2133
2134
2135
2136
2137
2138
2139
2140
2141
2142
2143
2144
2145
2146
2147
2148
2149
2150
2151
2152
2153
2154
2155
2156
2157
2158
2159
2160
2161
2162
2163
2164
2165
2166
2167
2168
2169
2170
2171
2172
2173
2174
2175
2176
2177
2178
2179
2180
2181
2182
2183
2184
2185
2186
2187
2188
2189
2190
2191
2192
2193
2194
2195
2196
2197
2198
2199
2200
2201
2202
2203
2204
2205
2206
2207
2208
2209
2210
2211
2212
2213
2214
2215
2216
2217
2218
2219
2220
2221
2222
2223
2224
2225
2226
2227
2228
2229
2230
2231
2232
2233
2234
2235
2236
2237
2238
2239
2240
2241
2242
2243
2244
2245
2246
2247
2248
2249
2250
2251
2252
2253
2254
2255
2256
2257
2258
2259
2260
2261
2262
2263
2264
2265
2266
2267
2268
2269
2270
2271
2272
2273
2274
2275
2276
2277
2278
2279
2280
2281
2282
2283
2284
2285
2286
2287
2288
2289
2290
2291
2292
2293
2294
2295
2296
2297
2298
2299
2300
2301
2302
2303
2304
2305
2306
2307
2308
2309
2310
2311
2312
2313
2314
2315
2316
2317
2318
2319
2320
2321
2322
2323
2324
2325
2326
2327
2328
2329
2330
2331
2332
2333
2334
2335
2336
2337
2338
2339
2340
2341
2342
2343
2344
2345
2346
2347
2348
2349
2350
2351
2352
2353
2354
2355
2356
2357
2358
2359
2360
2361
2362
2363
2364
2365
2366
2367
2368
2369
2370
2371
2372
2373
2374
2375
2376
2377
2378
2379
2380
2381
2382
2383
2384
2385
2386
2387
2388
2389
2390
2391
2392
2393
2394
2395
2396
2397
2398
2399
2400
2401
2402
2403
2404
2405
2406
2407
2408
2409
2410
2411
2412
2413
2414
2415
2416
2417
2418
2419
2420
2421
2422
2423
2424
2425
2426
2427
2428
2429
2430
2431
2432
2433
2434
2435
2436
2437
2438
2439
2440
2441
2442
2443
2444
2445
2446
2447
2448
2449
2450
2451
2452
2453
2454
2455
2456
2457
2458
2459
2460
2461
2462
2463
2464
2465
2466
2467
2468
2469
2470
2471
2472
2473
2474
2475
2476
2477
2478
2479
2480
2481
2482
2483
2484
2485
2486
2487
2488
2489
2490
2491
2492
2493
2494
2495
2496
2497
2498
2499
2500
2501
2502
2503
2504
2505
2506
2507
2508
2509
2510
2511
2512
2513
2514
2515
2516
2517
2518
2519
2520
2521
2522
2523
2524
2525
2526
2527
2528
2529
2530
2531
2532
2533
2534
2535
2536
2537
2538
2539
2540
2541
2542
2543
2544
2545
2546
2547
2548
2549
2550
2551
2552
2553
2554
2555
2556
2557
2558
2559
2560
2561
2562
2563
2564
2565
2566
2567
2568
2569
2570
2571
2572
2573
2574
2575
2576
2577
2578
2579
2580
2581
2582
2583
2584
2585
2586
2587
2588
25

JAN. 29 2007

SR. DOUTOR J. F. LUKKEA - Secretário Geral

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CÓPIA
CERTIDÃO - Certifico que este documento foi registrado
AUTÊNTICA sob número e data escriptados mecanicamente.

4. TABELAS DE NOMES DE SANTO ANDRÉ
TABELA N.º 01 OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia
extra das Notas Notariais, con-
fere com original. Dou fé,
Santo André

07 FEB 2007



p. 5

CLÁUSULA IV

O capital social é de R\$ 88.900,00 (oitenta e oito mil e novecentos reais), totalmente integralizado, dividido em 88.900 (oitenta e oito mil e novecentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas aos sócios:

- ao sócio JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES competem 88.899 (oitenta e oito mil e oitocentas e noventa e nove) quotas, totalizando R\$ 88.899,00 (oitenta e oito mil e oitocentas e noventa e nove reais);
- à sócia SYLVIA MAURA SOLLITTO DE OLIVEIRA compete 1 (uma) quota, no valor de R\$ 1,00 (um real).

§ 1º:- Cada quota é indivisível e para cada uma a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

§ 2º:- A responsabilidade dos sócios é limitada até o valor do capital social.

CLÁUSULA V

É vedado o ingresso de pessoas estrangeiras na sociedade, nela só sendo admitidos brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

O capital das pessoas jurídicas admitidas terá que pertencer exclusivamente e nominalmente a brasileiros, limitadas suas participações a 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto em quaisquer deliberações sociais.

'CLÁUSULA VI

As quotas que constituem o capital social são inalienáveis a estrangeiros e incaucionáveis a pessoas jurídicas e estrangeiros. A alienação a pessoas jurídicas deverá sempre atender ao art. 222, da Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988. Qualquer alteração contratual ou estatutária, assim a transferência de quotas, dependerá de prévia autorização do Poder Con-

Autentico a presente cópia
extraída das Nossas Notas, com
feio com original. Dou fé.
Santo André

07 FEB 2007





JAN. 29. 2007

0059

31 10 95

fls. 6

CLÁUSULA VII

O sócio JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES poderá ceder suas quotas livremente a terceiros. A outra sócia se pretender ceder sua quota deverá oferecê-la ao sócio JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES, o qual terá preferência na respectiva aquisição.

A oferta deverá ser procedida por escrito e deverá estipular o preço e forma de pagamento, sendo que o sócio terá 30 (trinta) dias para responder se tem ou não interesse na aquisição. Terminado esse prazo, se a resposta for positiva, a cessão deverá efetivar-se nos quinze dias seguintes.

CLÁUSULA VIII

Em caso de morte ou impedimento legal do sócio JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES, a sociedade não será reputada dissolvida, continuando a existir com o sócio remanescente e os herdeiros do falecido e/ou representante legal do impedido, desde que, para ingresso destes, sejam preenchidas as condições exigidas pelo Governo Federal e seja obtida a necessária autorização.

CLÁUSULA IX

§ 1º:- Ao sócio JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES competirá o exercício da gerência e a representação legal da sociedade com os mais amplos poderes para a prática de todos os atos que se relacionam com a administração social, e ainda como redator-chefe responsável pelos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas.

§ 2º:- A sociedade poderá também ser representada perante terceiros por dois procuradores em conjunto, brasileiros, devendo, dos respectivos instrumentos de mandato, constar expressamente os poderes outorgados, bem como o prazo de duração do mandato, o qual extinguir-se-á sempre no dia 31 de janeiro, não podendo nunca exceder o prazo de 24 (vinte e quatro) meses com exceção das procurações outorgadas "ad judicium" as quais serão sempre para fins específicos e poderão ter prazo indeterminado. Quando for o caso, a nomeação de procuradores deverá ser precedida da anuência do Governo Federal.

§ 3º:- Serão nulos, de pleno direito, não obrigando de qualquer forma a Sociedade, os atos que sejam, em nome desta, praticados sem a observância das normas estipuladas nesta cláusula.

TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia
extraída destas Notas, com
fere com original. Dou fé.
Santo André

775
FRANCISCO DE OLIVEIRA
TABELÃO
FRANCISCO DE OLIVEIRA
TABELÃO



PREPOSTO
PREPOSTO
PREPOSTO

...e a ...
...e a ...
...e a ...

...e a ...
...e a ...
...e a ...



SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CÓPIA CERTIDÃO - Certifico que este documento foi registrado
AUTENTICA sob número e data estampados mecanicamente.
CRISTIANES F. CORRÊA - Secretário Geral

JAN 29 2007

...e a ...
...e a ...
...e a ...

...e a ...
...e a ...
...e a ...

...e a ...
...e a ...
...e a ...

...e a ...
...e a ...
...e a ...

4. TABELADO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELONATO OLIVIERA
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia
extraída nestas Notas, com
fita com original. Dou fé.
Santo André



07 FEV 2007

...e a ...
...e a ...
...e a ...

31105

fls. 7

CLÁUSULA X

Os administradores da Sociedade serão sempre brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e sua investidura no cargo, somente, poderá ocorrer após haver sido aprovado pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA XI

O presente contrato poderá ser alterado, em quaisquer de suas cláusulas, por mais especiais que sejam, por sócios que detenham a maioria das quotas sociais, os quais poderão assinar os instrumentos de alteração competentes. Poderá, também, a maioria decidir sobre eventual incorporação, fusão, cisão, e até mesmo, a dissolução da Sociedade, desde que previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA XII

Dentro dos limites e condições estatuidos em lei, poderão os sócios dispor, como melhor lhes aprouver, quanto as retiradas de "pro labore" a que terá direito o sócio gerente, preservada a integridade do capital social e assegurada a liquidez das obrigações assumidas pela Sociedade perante terceiros.

CLÁUSULA XIII

Será vedado o uso da denominação social para negócios estranhos ao objeto social, em especial a prestação de avais ou garantias de qualquer natureza.

CLÁUSULA XIV

O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião do balanço geral da sociedade, observadas as determinações legais. Dos resultados auferidos ou prejuízos verificados, participarão os sócios na proporção de suas respectivas quotas de capital. Ocorrendo lucro, em cada exercício, será aos sócios facultado optar entre a respectiva distribuição entre si dos resultados auferidos, a constituição de fundos e reservas a serem utilizadas pela própria sociedade no desenvolvimento de suas atividades, ou terem a destinação que for pelos mesmos deliberada.

4.ª TABELA DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ

TABELIGNATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópi-
extraídas Nestas Notas, den-
fere com original. Dou fé,
Santo André

07 FEB 2007

() FRANCISCO C. DE OLIVEIRA

7 FAYO R. DE OLIVEIRA

ROBERTO RODRIGUES

1) ~~DISLENE C.R. 7/10/77~~

**Colégio Notarial
do Brasil**
Associação SP

Argem - SP
Estado de São Paulo

IDENTIFICAÇÃO

3AA788656

中国地质大学

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CÓPIA CERTIDÃO - Certidão que este documento foi registrado
AUTÊNTICA sob número e data estampados mecanicamente.



CRISTIANE S. F. CORRÊA - Secretário Geral

JAN 29 2007



1ª TABELA DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELADO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentica o presente edpja
extensão de Notas, com
fere com o sinal Dou fa.
Santo André

07 FEV 2007

VALOR R\$
TABELADO
TAR. SUBST.
ESC. PREPOSTO
ESC. PREPOSTO
ESC. PREPOSTO
ESC. PREPOSTO
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

JUCESP
31 10 95

fls. 8

CLÁUSULA XV

Elegem e especificam as partes o foro da comarca de Guarujá, Estado de São Paulo, como o competente para conhecer e dirimir as dúvidas ou questões oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 4 (quatro) vias na presença das testemunhas.

Os novos sócios declaram não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividade mercantil.

Guarujá, 20 de outubro de 1995.

NOVOS HORIZONTES COM. E PART. LTDA.

JOSÉ BAPTISTA GONÇALVES

JOSÉ MANOEL PERREIRA GONÇALVES

SYLVIA MAURA SOLITTO DE OLIVEIRA

testemunhas

1.
nome: Ademar Medeiros
RG : 5.342.344
CPF : 682.169.952-54

2.
nome: Paulo Roberto de Menezes
RG : 10.192.365
CPF : 607.571.748-87



SECRETARIA DE JUSTIÇA E DEPENDÊNCIAS
DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICADO O REGISTRO
SOB O NÚMERO

178.486/95-4

SECRETÁRIO GERAL

JUCESP

4.º TABELÃO DE NOTAS DE SANTO
TABELONATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente
extraída destas notas
fazer com original. Dou fé
Santo André
5. SELO P/ GUAR
07 FEB 2007



FIGUEIRA ESC. PREPOSTO
GUERRA ESC. PREPOSTO
OLIVEIRA ESC. PREPOSTO
LEMO INACIO ESC. PREPOSTO
1.º SELO DE AUTENTICIDADE

fla. 8

... de Guarulhos, Nota
... e dirigida ao

... e com
(original)

... de crimes previstos no
artigo 193.



CRISTIANE S. F. CORRÊA - Secretário Geral

JAN 29 2007

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CÓPIA CERTIDÃO - Certifico que este documento foi registrado
AUTÊNTICA sob número e data estampados mecanicamente.

4.ª TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
AUTENTICAÇÃO
Autentica a presente cópia
original das Notas, com
fórmula original, Dou ré,
Santo André.



07 FEV 2007

DE OLIVEIRA TABELÃO
DE OLIVEIRA TAB. SUBS
RODRIGUES ESC. PREPOSTO
C. B. GUERRE ESC. PREPOSTO
VERA S. L. DE OLIVEIRA ESC. PREPOSTO
RODRIGUES ESC. PREPOSTO
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO

JUCESP
 SECRETARIA DE ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERNO
 DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE EMPRESAS
 113.204/03-6

INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERNO
 DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE EMPRESAS
 SECRETARIA DE ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERNO
 DEPARTAMENTO DE REGISTRO DE EMPRESAS

JUCESP PROTOCOLO
 291197/03-8
 04 JUN 2003

Ministério das Comunicações
 27

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
 DADOS CADASTRais

SINGULAR

DEFERIDO
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

04 JUN 2003
 HERMAN DE SOUZA LEMES
 Assessor Técnico
 N.º 3.2.081.458

REGIME		NÚMERO DE NIRE (SEDE)		NÚMERO DE CNPJ (SEDE)	
<input checked="" type="checkbox"/> SINGULAR	<input type="checkbox"/> COLEGIADO	01	35206488598	02	58.199.233/0001-45

ATOS		ALTERAÇÃO		FILIAL	
1	CONSTITUIÇÃO / CONTRATO	19	NOME	25	ABERTURA
2	TRANSFERÊNCIA DE SEDE	20	ENTRADA/SÁDIA DE INTEGRANTES	26	CONVALIDAÇÃO
3	ENQUADRAMENTO - ME/PP	21	CAPITAL	27	ALTERAÇÃO
4	DESENQUADRAMENTO - ME/PP	22	ATIVIDADE / OBJETO	28	ENCERRAMENTO
5	BANCA	23	DOMICÍLIO ENDEREÇO	29	FILIAL OUTRA UF
6	CONTRATO/ENCERRAMENTO	24	DOS DADOS DO INTEGRANTE	30	FILIAL OUTRO PAIS
7	INCORPORAÇÃO				
8	FUSÃO				
9	CISÃO TOTAL				
10	CISÃO PARCIAL				
11	CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL				
12	SUCESSÃO				
13	PROPOSTA DE LIQUIDAÇÃO				
14	ARQUIVAMENTO ATA				
15	ARQUIVAMENTO JORNAL				
16	ARG. DOCTOS. DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESÁRIO				
17	ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAUSULAS CONTRATUAIS				
18	OUTROS				

NOME EMPRESARIAL (DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL)
RÁDIO ATLÂNTICA AM LTDA

LOGRADOURO
KM 81,5 DA RODOVIA PIAÇAGUERA/GUARUJÁ

NÚMERO S/N
GUARUJÁ

MUNICÍPIO
GUARUJÁ

COMPLEMENTO
BARRO CENTRO

CEP
13100-020

UF
SP

DDD
11

TELEFONE
11 2333-1111

RAMAL
1111

MAIS DE 5 ATIVIDADES?
☐ SIM ☒ NÃO

PRAZO DURAÇÃO
☐ 1- DETERMINADO ☒ 2- INDETERMINADO ☐ 3- DETERMINADO

VALOR DO CAPITAL
☐ 1- DETERMINADO ☒ 2- INDETERMINADO ☐ 3- DETERMINADO

DATA INÍCIO ATIVIDADE
☐ 1- DETERMINADO ☒ 2- INDETERMINADO ☐ 3- DETERMINADO

DEPENDÊNCIA AUTORIZAÇÃO
☐ SIM ☒ NÃO

OUTRAS INFORMAÇÕES

QUANTIDADE DE FILIAIS ABERTAS NESTE DOCUMENTO: ☐ 13 0

QUANTIDADE DE FILIAIS ENCERRADAS NESTE DOCUMENTO: ☐ 19 0

USO DA JUCESP

DATA DO REGISTRO

ENQUADRAMENTO - ME

DESENQUADRAMENTO - ME

VALORES RECOLHIDOS

GARE R\$ 54,00

DARF R\$ 5,08

NOME JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES

ASSINATURA

DATA 28/03/2003

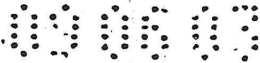
DECLARO QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO DISQUETE SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE, FICANDO O RESPONSÁVEL SUJEITO AS PENALIDADES DA LEI NO CASO DE FALSIDADE DAQUELAS

TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
 Autentico a presente cópia extraída das Mesas Notas, conferida com original. Dou fé.
 Santo André
 07 FEB 2003

Colégio Notarial do Brasil
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0938AA788660

VALIDO SOMENTE COM USO DE AUTENTICAÇÃO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO
CONTRATUAL DE SOCIEDADE POR COTAS DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA DENOMINADA RÁDIO
ATLÂNTICA AM LTDA**



MUDANÇA DO ENDEREÇO DA SEDE DA SOCIEDADE

OMERCIAL

05/03 *

TOCOLO

I - PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular, **JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES**, brasileiro, separado judicialmente, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, na Avenida Adhemar de Barros, 280 - Conj. 05, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.886.924-SSP/SP e CPF nº 842.295.868-68 e **SYLVIA MAURA SOLLITTO DE OLIVEIRA**, brasileira, separada judicialmente, comunicadora visual, residente e domiciliada na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, na Avenida Adhemar de Barros, 280 - conj. 05, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.895.349-SSP/SP e CPF/MF nº 048.083.088-60, únicos sócios componentes da **RÁDIO ATLÂNTICA AM LTDA**, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede e fôro na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, no Km 81,5 da Rodovia Piaçaguera/Guarujá, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.199.233/0001-45, com Instrumento de Contrato Social arquivado na JUCESP sob nº 159.824, em sessão de 23 de outubro de 1.953, resolvem, de comum e pleno acordo, alterar o contrato social, deliberando e convencionando o seguinte:

II - DELIBERAÇÕES

II.1 - MUDANÇA DO ENDEREÇO DA SEDE DA SOCIEDADE

II.1.1 - A sociedade que mantinha sua sede na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, no Km 81,5 da Rodovia Piaçaguera/Guarujá, passa a mantê-la na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Pedro Lessa, 1640 - Conjuntos 808/809, ficando, de conseguinte, alterada a Cláusula II do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:



Autentico e apresento a
extrafeita Notícia Notarial con-
fere com original. Dou fé.
Santo André

07 FEB 2003

C. DE OLIVEIRA TABELADO
E OLIVEIRA TRO. S. 002
ADRIQUES ESC. PREPOSTO
S. GUERZA ESC. PREPOSTO
DE OLIVEIRA ESC. PREPOSTO
JURELO INACIO ESC. PREPOSTO

VÁLIDA SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE

ALTERAÇÃO
DE
COTAS DE
RÁDIO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CÓPIA CERTIDÃO - Certifico que este documento foi registrado
AUTÊNTICA sob número e data estampados mecanicamente.



CRISTIANES F. CORRÊA - Secretário Geral

JUN 29 2007

JOSE MANOEL
Estado judicialmente
na cidade de
Vilhena de Barros,
Identidade RG nº
8-88 e SYLVIA
e-3, separada na
Vila Adhemar
de Identidade
8-88-80, únicos
TICA AM LIDA,
com sede e
no km 81,5 de
da Companhia Saneam
de Contato Social
de 23 de
em acordo, altera
seguinte:

ALTERAÇÃO DE COTAS DE RÁDIO

na cidade de
km 81,5 de Rodovia
da cidade de Santos,
1640 - Companhia
e Cláudio M
seguinte redação:

4.ª TABELA DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICADO
Autentico a presente cópia
extraída das fls. 153, 154, 155, com
fere com original, em 16 de
Santo André

7 FEB 2007

Colégio Notarial
do Brasil
Aracaju - SE
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0938AA788663

FRANCISCO C. DE OLIVEIRA	TABELA
RAVIO B. DE OLIVEIRA	TAB. SING.
OLIVEIRA	ESC. PREPOSTA
OLIVEIRA	ESC. PREPOSTA
OLIVEIRA	ESC. PREPOSTA
RÉLIO INACIO	ESC. PREPOSTA

SELO DE AUTENTICAÇÃO



CLÁUSULA I

A Sociedade girará sob a denominação social de **RÁDIO ATLÂNTICA AM LTDA**, tendo sede e fôro na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Pedro Lessa, 1640 - conjuntos 808/809".

II.2 - Permanecem em pleno vigor as demais cláusulas do contrato de constituição e suas alterações, que não tenham sido modificadas expressa ou implicitamente por este instrumento

E, por estarem de pleno acordo com a cláusula, ora alterada, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Guarujá, 09 de Janeiro de 2003



JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES

SYLVIA MAURA SOLLITTO DE OLIVEIRA

Testemunhas:

1 -

Fernando Antonio Perazzo
RG 7.190.597-SSP/SP

2 -

João Alexandre Parentes Moraes
RG 24.724.743-4-SSP/SP

23º TABELÃO DE NOTAS - SÃO PAULO - CAPITAL
Joel Araújo da Silva

Reconheço por semelhante as firmas de:
JOSE MANOEL FERREIRA GONÇALVES
Sylvia Maura Sollitto de Oliveira
João Alexandre Parentes Moraes
em 09 de Janeiro de 2003, em São Paulo, SP.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
SÃO PAULO
CERTIFICADO O REGISTRO
DO Nº 113.204/03-6
SECRETÁRIO GERAL

1045AA094160

Autentico a presente cópia
extraída das Notas, con-
forme o original, em
Santo André.

07 FEV 2007

Colégio Notarial
do Brasil
Aracaju - SP
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0938AA788664

01010
na cidade de Santos,
1840 - conjuntos

de bens pessoais de
que não tenham
significância por este

com a cláusula, ora
em 3 (três) vias de
das testemunhas abaixo



SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO - Certifico que este documento foi registrado
AUTENTICA sob número e data estampados mecanicamente.

CRISTIANE S. F. CORRÊA - Secretário Geral

JAN 29 2007
11:11 AM

ARQUIVO DE OLIVEIRA

TABELA DE NOTAS DE SANTO ANGELO
TABELIONATO OLIVEIRA

Autenticação a presente cópia
extrinseca destas notas, com
feita com original, Dou no
Santo Angelo

07 FEB 2007

Colégio Notarial
do Brasil
Aracaju - SP
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0938AA788665

FRANCISCO C. DA OLIVEIRA
FRANCISCO R. DE OLIVEIRA
ROGERIO RODRIGUES
JOSENE C. B. GUERTA
VERA S. L. DE OLIVEIRA
RODOLFO AURELIO INACIO
TABELA
TAB. SUBST.
ESC. PREPOSTO
ESC. PREPOSTO
ESC. PREPOSTO
SO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICAÇÃO

☒ Último doc. arquivado
☐ Existem doc. posteriores
☐ Único doc. arquivado



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RADIO ATLANTICA LTDA
CNPJ: 58.199.233/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 06:23:19 do dia 27/11/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/05/2020.

Código de controle da certidão: **A538.87EC.5F5A.5E73**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 58.199.233/0001-45

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 19120109140-23

Data e hora da emissão 19/12/2019 10:16:33

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

Certidão Negativa - ITBI

Certificamos que o CNPJ nº **58.199.233/0001-45** , encontra-se **QUITE** com o ITBI até a presente data*****

Esta certidão é válida por 6 (seis) meses a contar da data de expedição, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir, nos termos da lei, os tributos que porventura venham a ser apurados.

Certidão emitida no dia: **19/12/2019**

Número da certidão: **3834/2019**

Válida até: **19/06/2020**

Código de Controle da certidão: **X53C.Q32U.R22F.I89N**

Término das informações referentes a esta certidão.

Observações: A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site
<http://www.santos.sp.gov.br>.

Certidão Negativa - Imobiliário
(IPTU, Taxa de Remoção de Lixo e Contribuição de Melhoria)

Certificamos que a inscrição imobiliária nº **68.031.017.093** referente ao imóvel situado à **Avenida Doutor Pedro Lessa nº 1640** Apto/Sala **0809** , encontra-se **QUITE** com os tributos imobiliários até a presente data*****

Esta certidão é válida por 180 dias a contar da data de expedição, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir, nos termos da lei, os tributos que porventura venham a ser apurados.

Certidão emitida no dia: **19/12/2019**

Número da certidão: **37196/2019**

Válida até: **19/06/2020**

Código de Controle da certidão: **O49N.X91B.W73X.Y88A**

Término das informações referentes a esta certidão.

Observações: A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site
<http://www.santos.sp.gov.br>.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 58.199.233/0001-45
Razão Social: RADIO ATLANTICA AM LTDA
Endereço: AV PEDRO LESSA 1640 CONJ 808 E 809 / PONTA DA PRAIA / SANTOS / SP / 11025-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/12/2019 a 15/01/2020

Certificação Número: 2019121702444988547430

Informação obtida em 19/12/2019 10:17:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



19/12/2019

7252178

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8732832**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 18/12/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

RADIO ATLANTICA LTDA, CNPJ: 58.199.233/0001-45, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 19 de dezembro de 2019.

PEDIDO Nº:**7252178**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Validade: 15/06/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certidão emitida gratuitamente.

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53000.027200/2013-07			
Entidade: Rádio Atlântica Ltda.		CNPJ: 58.199.233/0001-45	
Executante do serviço de radiodifusão OM		Localidade: Santos	UF: SP
Validade da Outorga: Vencida		Período: 01/11/2013 A 01/11/2023	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	-
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	4 (4280703)

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	-
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	-
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	-
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	PENDENTE	-

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	10 (4280703)
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	PENDENTE	F
			E
			M
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	9 (4280703)
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	PENDENTE	- OK - 11 (4280703)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	PENDENTE	-
	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	22 (1219378)

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Ricardo da Costa CARGO: Engenheiro	06.06.2019

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora		<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de

1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 8858/2019/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.027200/2013-07

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio Atlântica Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias, na localidade de Santos, estado de São Paulo, referente ao seguinte período: 01/11/2013 A 01/11/2023.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido a que se refere o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por conduto do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que tratava dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação buscava uniformizar entendimento, no âmbito da Conjur, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

3. Ocorre que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Assim, considerando-se os termos das supracitadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada **apresente os seguintes documentos pendentes:**

4.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Ficha Limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4.2. ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão (**obs.: com exceção das alterações contratuais de 20/10/1995, de 09/01/2003 e de 31/03/2003**);

4.3. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), **atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;**

4.4. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02**), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 4º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 24/12/2019, às 10:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4280736** e o código CRC **7DDF08E3**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 19276/2019/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 19 de dezembro de 2019.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO ATLÂNTICA LTDA. (CNPJ Nº 58.199.233/0001-45)
Avenida Pedro Lessa, nº 1640, Cj. 809
11.025-002 - Santos/SP

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.027200/2013-07.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 8858/2019/SEI-MCTIC e o Requerimento Modelo (evento SEI nº 280765), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 24/12/2019, às 10:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4280772** e o código CRC **0B3CD86B**.

Data de Envio:

06/01/2020 14:36:04

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

clipvoz@uol.com.br
radioabcam@uol.com.br
roser_rocha@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga
Prezado(a),

Ref: 53000.027200/2013-07

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_4280772.html
Nota_Tecnica_4280736.html
Requerimento_4280765_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA.pdf

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº 53000.027200/2013-07

1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado às fls. 22-29 (evento SEI nº 1219378), pela Rádio Atlântica Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias, no município de Santos, estado de São Paulo, com vistas à renovação da referida concessão, encaminho os autos ao Serviço de Alteração de Características Técnicas - SEACT, para que verifique se a estação encontra-se em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, conforme o Decreto 52.795/1963, art. 113, inciso X.

2. Após a adoção das medidas de estilo, solicito seja a Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão-CORAC informada quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 24/12/2019, às 10:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **4280807** e o código CRC **BAADF6CF**.

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA

RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Medias

1 - Identificação

1.1 - Nome/Razão Social : Radio Atlantica AM LTDA

1.2 - Indicativo de chamada : Radio Atlantica 1-2 - Horário de funcionamento : 0 a 24h

2 - Localização da estação transmissora

2.1 - Endereço : Rodovia Conego Domenico Rangoni Km 81 nº1

Cidade : Guarujá

UF : SP

CEP : 11400-000

Telefone : (11) 4435-9013

2.2 - coordenadas Geograficas

Latitude : 23° 56' 56,8"

Longitude : 46° 16' 9,5"

2.3 - Transmissor Principal

2.3.1 - Fabricante : MTA Eletronica Industrial LTDA

2.3.2 - Modelo : AM 12000

2.3.3 - Homologação/Certificação : 1095-02-0518

2.3.4 - Potencia de Operação (KW) : 12 Potencia medida (KW) : 9,3

2.3.5 - Frequencia (PBOM/OT) (KHz) : 590 Frequencia medida (KHz) : 590

2.3.5 - Tolerancia de frequencia da portadora - OM (+-10hz) : 590.001

2.3.7 - Cristal e unidade osciladora blindada : Sim

2.3.8 - Recursos para conexão de monitor de modulação e frequencia : Sim

2.3.9 - Amperimetro de placa ou coletor (estagio final de RF) : Operante

2.3.10 - Voltmetro de placa ou coletor (estagio final de RF) : Operante

2.4 - Sistema de proteção e segurança

2.4.1 - Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 volts : Sim

2.4.2 - Dispositivo de descarga do banco de capacitores : Sim

2.4.3 - Dispositivo de proteção (desligamento) em portas e tampas
onde exista tensão maior que 350 volts : Sim

2.4.4 - Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas
metálicas aterradas : Sim

2.5 - Transmissor Auxiliar

2.5.1 - Fabricante : Digicast

2.5.2 - Modelo : AM 3000

2.5.3 - Homologação / Certificação : 0498-04-2299

2.5.4 - Potencia de Operação(KW) : 3 Potencia medida (KW) : 2,4

2.5.5 - Frequencia (PBOM) (KHz) : 590 Frequencia medida (KHz) : 590

2.5.5 - Tolerancia de frequencia da portadora - OM(+/- 10hz) : 2

2.5.7 - Cristal e unidade osciladora blindada : Sim

2.5.8 - Recursos para conexão de monitor de modulação e frequencia : Sim

2.5.9 - Amperimetro de placa ou coletor (estagio final de RF) : Operante

2.5.10 - Voltmetro de placa ou coletor (estagio final de RF) : Operante

2.6 - Sistema de Proteção e Segurança

2.6.1 - Ajuste externo dos circuitos com tensão maior que 350 volts : Sim

2.6.2 - Dispositivo de descarga do banco de capacitores : Sim

2.6.3 - Dispositivo de proteção (desligamento) em portas e tampas onde
exista tensão maior que 350 volts : Sim

2.6.4 - Transmissor encerrado em gabinete metálico e estruturas metálicas aterradas : Sim

2.7 - Equipamentos Compulsorios :

2.7.1 - Ampermetro na base da torre : Operante
2.7.2 - Ampermetro na entrada de RF no divisor de potencia (diretivo) : Operante
2.7.3 - Limitador : Operante
2.7.4 - Monitor de modulação : Operante
2.7.5 - Medidor de fase (em sistemas diretivos) : Não se aplica
2.7.6 - Monitor de audição : Operante
2.7.7 - Carga artificial de RF : Não

2.8 - Sistema Irradiante

2.8.2 - Antena Paran

2.8.2.1 - Altura de cada elemento (m) 30
2.8.2.2 - Separação entre elementos (m) 30
2.8.2.3 - Cerca de proteção em torno da antena : Bom estado
2.8.2.4 - Aviso pictórico (perigo de morte) afixado à base da antena : Sim

3. Estúdios

3.1 - Estúdio principal :

3.1.1 - Endereço : Av. Pedro Lessa , 1640 - 8º andar- Santos - SP

3.2 - Estudio Auxiliar :

3.2.1 : Não possui

4.Ocorrencia de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência

4.1 - Transmissor Principal	Atenuação medida em (dB)
2º Harmônico	-78
3º Harmônico	- 79 -79
Espúrios	Não observado
4.2 - Transmissor Auxiliar	
2º Harmônico	-77
3º Harmônico	- 79 -79
Espúrios	Não observado

5. Informações Adicionais

6. Identificação dos instrumentos e aparelhos utilizados

Medidor de intensidade de campo Potomac FIM41
Frequencímetro Sencore FC71
Trena Stanley BLOC 50m
GPS Garmin 12

DECLARAÇÃO

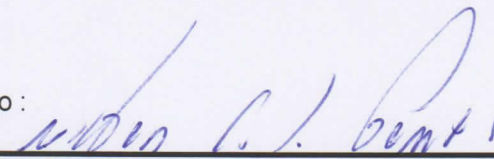
Declaramos ,para fins de prova ,junto ao Ministerio das Comunicações ,sob as penas da lei , que a Radio Atlantica LTDA , executante do serviço de Radiodifusão Sonora / Sons e Imagens , utilizando a frequencia 590 khz , na localidade de Santos , Estado de São Paulo , encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente , de acordo com os parametros técnicos previstos na regulamentação vigente , constante da respectiva licença de funcionamento da estação .

Outrossim , declaramos que a referida entidade está apta a ter a sua outorga renovada por novo (quindênio) , de acordo com o disposto no Decreto nº 88.066 , de 26 de janeiro de 1983 .

São Paulo , 6 de junho de 2016 .

Assinaturas :

Responsavel técnico :

Assinatura : 


Nilton Correia da Silva Gomes

CREA nº : 200551268-0 (Reg.nacional)

CPF nº : 612.238.757-68

Representante legal da emissora :

Nome : Rodrigo Celso Gonçalves Rocha

Assinatura : 

CPF nº : 271.792.868-50

7. Responsavel pela Vistoria Técnica

Nome : Nilton Correia da Silva Gomes

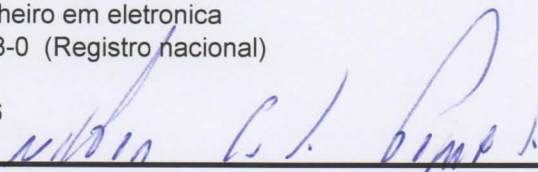
Formação : Engenheiro em eletrônica

CREA : 200551268-0 (Registro nacional)

Local : São Paulo

Data : 6 / 06 / 2016

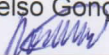
Assinatura : _____



Representante legal da Entidade :

Nome : Rodrigo Celso Gonçalves Rocha

Assinatura : _____



CPF : 271.792.868-50

**BANCO DO BRASIL****Recibo do Sacado****Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo**

Agência / Código do Cedente: 3336-7/00401783-8

Nosso Número: 92221220160622157

SACADO: NILTON CORREIA DA SILVA GOMES**CREASP: 5061790815**

Data de Emissão: 13/06/2016

Data Vencimento: 22/06/2016

Numero ART:92221220160622157**Valor R\$ 74,37***A quitação do título ocorrerá somente após a compensação bancária.**Depósito ou transferência não serão reconhecidos para quitação do título.**Não receber após o vencimento.*

Autenticação Mecânica

-----CORTE AQUI-----

**BANCO DO BRASIL | 001-9 |****00199.22210 29222.122011 60622.157216 3 68330000007437**

Local de pagamento					Vencimento	
PAGUE PREFERENCIALMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL					22/06/2016	
Cedente					Agência / Código do Cedente	
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo					3336-7/00401783-8	
Data da Emissão	Número do Documento	Espécie doc.	Aceite	Data do Processamento	Nosso número/Código Documento	
13/06/2016	92221220160622157	RC	N	13/06/2016	92221220160622157	
Uso do banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento	
	18-027	R\$			R\$ 74,37	
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. BOLETO REFERENTE A ART Nº92221220160622157 Unidade Cedente: 3336					(-) Desconto / Abatimentos	
					(-) Outras deduções	
					(+) Mora / Multa	
					(+) Outros acréscimos	
					(=) Valor cobrado	
Sacado NILTON CORREIA DA SILVA GOMES						
Sacador/Avalista					Código de baixa	

Ficha de Compensação/Autenticação mecânica



-----CORTE AQUI-----



**AVISO DE LANÇAMENTO
DO INTERNET BANKING
Pagamento de Títulos**
Emissão 13/06/2016 14:43:44

HSBC PREMIER

Nome NILTON CORREIA DA SILVA GOMES	Conta Corrente 0350-03136-90	Data de Vencimento 22/06/2016
Linha Digitável 00199.22210 29222.122011 60622.157216 3 68330000007437	Data do Pagamento 13/06/2016	Valor 74,37
Informações Complementares	Ficha de Compensação Título de Outro Banco	Número do Documento 967863

O HSBC não se responsabiliza por encargos e/ou multas que possam ocorrer pela devolução do título pelo banco destinatário ou pelo cedente, nos casos de insuficiência ou erro no número, data de vencimento, valor, data do pagamento ou em outro dado informado pelo cliente. A devolução deste título será estornada a crédito da conta corrente debitada.

Guardar este aviso de lançamento, juntamente com o título original, pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do pagamento.

Para mais informações, ou esclarecer qualquer dúvida com relação a este lançamento, entre em contato com o Meu HSBC Telefone **4004-HSBC ou 4004-4722** - Capitais, Regiões Metropolitanas e Grandes Cidades. Para demais localidades: 0800-703-4722.

Premier Phone - 0800 728 3966

SAC HSBC - 0800 729 5977

SAC HSBC Deficientes Auditivos - 0800 701 5934

OUIDORIA HSBC - 0800 701 3904





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço

92221220160622157

1. Responsável Técnico

NILTON CORREIA DA SILVA GOMES

Título Profissional: Engenheiro Eletricista - Eletrônica

Empresa Contratada:

RNP:

Registro: 5061790815-SP

Registro:

2. Dados do Contrato

Contratante: Radio Atlantica AM LTDA .

Endereço: Avenida DOUTOR PEDRO LESSA

Complemento:

Cidade: Santos

Contrato:

Valor: R\$ 500,00

Ação Institucional:

Celebrado em: 06/06/2016

Tipo de Contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Bairro: APARECIDA

UF: SP

Vinculada à Art nº:

CPF/CNPJ: 58.199.233/0001-45

Nº: 1640

CEP: 11025-002

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: Avenida DOUTOR PEDRO LESSA

Complemento: cj: 808-809

Cidade: Santos

Data de Início: 06/06/2016

Previsão de Término: 06/06/2016

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Nº: 1640

Bairro: APARECIDA

UF: SP

CEP: 11025-002

Código:

CPF/CNPJ:

4. Atividade Técnica

Execução

	Quantidade	Unidade
1 Vistoria Eletrônica Potência	10,00000	quilowatt

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de vistoria em parque de transmissão de emissora de ondas medias na frequencia de 590 khz e potencia de 10 kw

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

68 - SEESP - SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SEESP

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

São Paulo 6 de Junho de 2016
Local data

NILTON CORREIA DA SILVA GOMES - CPF: 612.238.757-68

Radio Atlantica AM LTDA . - CPF/CNPJ: 58.199.233/0001-45

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br
tel: 0800-17-18-11



Valor ART R\$ 74,37

Registrada em: 13/06/2016

Valor Pago R\$ 74,37

Nosso Numero: 92221220160622157 Versão do sistema

Impresso em: 14/06/2016 09:23:41



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO ATLANTICA LTDA - ME
CNPJ: 58.199.233/0001-45

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:34:59 do dia 26/12/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/01/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - RADIO ATLANTICA LTDA - ME

CNPJ: 58199233000145**Presidente:****Endereço:** Avenida Doutor Pedro Lessa - Ponta da Praia**E-mail:****Capital Social:** 88.900,00**Reserva de Capital:****Total:** 88.900,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
271.792.868-50	RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA	44.450	44.450,00
842.295.868-68	JOSE MANOEL FERREIRA GONCALVES	44.450	44.450,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
842.295.868-68	JOSE MANOEL FERREIRA GONCALVES	GERENTE	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

Imprimir

Exportar Excel

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO ATLANTICA LTDA - ME	
Nome Fantasia: RADIO ATLANTICA LTDA - ME	
Telefone: (11) 32736900	E-mail:
CNPJ: 58.199.233/0001-45	Número do Fistel: 02008006808
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/11/1993	Serviço: 205 - Radiodifusão Sonora em Onda Média
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: -
Observações: SG27/88,SNC72/90;RESOLUCAO ANATEL 117/99;ATO 39.548/2003.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Doutor Pedro Lessa	Complemento: CONJ 809	
Bairro: Ponta da Praia	Numero: 1640	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11025000

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA PEREIRA BARRETO	Complemento: VILA GILDA	
Bairro: PARAISO	Numero: 1.200	
Município: Santo André	UF: SP	CEP: 09190210

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RODOVIA PIASSAGUERA/GUARUJA- SITIO VARGEM GRANDE	Complemento:	
Bairro: VICENTE DE CARVALHO	Numero: .	
Município: Guarujá	UF: SP	CEP: 11400000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: AV PEDRO LESSA, 1640 - 8 ANDAR - CJ 808/809	Complemento:	
Bairro: APARECIDA	Numero: .	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11000000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Santos	UF: SP
Latitude: -23.94972 (23° 56' 59.0" S)	Longitude: -46.26972 (46° 16' 11.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal:	Frequência: 590 KHz	Classe: B	ERP: dia: 0.01 noite: 0.001kW
Altura: 105 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais							
Número da Estação: 7803621				Número Indicativo: ZYK534			
Data Último Licenciamento:				Número da Licença: 000979/2001			
Sistema de Terra							
Número de Torres: 4				Número de Radiais: 120			
Altura da Torre: 30.00				Comprimento de Radiais: 82.00			
Espaçamento entre radiais: 3.00				Condutividade: 0			
Carga Topo							
Figura geométrica:							
Dimensão:				Altura:			
Campo Característico							
Campo Característico: 289.00 mV/m							
Estação Principal							
Localização							
Latitude: -23.94972 (23° 56' 59.0" S)		Longitude: -46.26972 (46° 16' 11.0" W)			Cota da base: 0 m		
Transmissor Principal							
Código Equipamento: 056781XXX0391				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: 10.000 kW			
Linha de Transmissão Principal							
Modelo:		Fabricante:					
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms				
Estação Auxiliar							
Transmissor Auxiliar							
Código Equipamento: 006180XXX0388				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: 1.000 kW			
Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: .250 kW			
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	135	Decreto	PR	26/04/1935	08/05/1983	Outorga	Jurídico
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
62561936	814	Portaria	MC	03/12/1936	22/12/1936	Aprovação de Local	Técnico
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	2470	Decreto	PR	05/12/1947	15/12/1947	Renovação	Jurídico
9999	74590	Decreto	PR	23/11/1974	24/11/1974	Renovação	Jurídico
1727741983	89007	Decreto	PR	16/11/1983	18/11/1983	Renovação	Jurídico

1727741983	799	Portaria	DMC	03/11/1986		Autoriza Equipamento	Técnico
1727741983	354	Portaria	DMC	16/07/1987		Enquadramento Plano Básico	Técnico
1727741983	467	Portaria	DMC	20/09/1988		Enquadramento Plano Básico	Técnico
291000012271988	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291000026381988	40919	Despacho	MC	04/09/1989		Multa	Jurídico
1727741982	405	Portaria	DMC	13/11/1992		Mudança de Local	Técnico
9999	47	Portaria	DMC	18/02/1993		Mudança de Local	Técnico
291001727741983	74	Portaria	DMC	04/05/1995		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	140	Portaria	DMC	10/07/1995		Mudança de Local	Técnico
9999	60	Exposição de Motivos	PR	06/10/1995	16/10/1995	Transferência Indireta	Jurídico
508300005571993	s/nº	Decreto	PR	12/12/1995	13/12/1995	Renovação	Jurídico
538300007601995	32	Portaria	MC	09/01/1996	30/01/1996	Multa	Jurídico
538300007441997	300197	Despacho	MC	30/01/1997	27/02/1997	Advertência	Jurídico
538300009141996	301097	Despacho	MC	30/10/1997	07/11/1997	Advertência	Jurídico
291001727741983	766	Portaria	DMC	10/11/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
538300014261997	46	Portaria	MC	18/07/2000	25/07/2000	Multa	Jurídico
538300000331997	420	Portaria	MC	29/05/2001	07/06/2001	Multa	Jurídico
538300015581998	620	Portaria	MC	26/12/2001	11/01/2002	Multa	Jurídico
535040130842004	47207	Ato	ER	14/10/2004	15/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
508300005571993	652	Decreto Legislativo	CN	22/06/2005	23/06/2005	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000113892006	251	Despacho	MC	14/12/2008		Advertência	Jurídico
530000561542007	771	Despacho	MC	14/10/2009		Advertência	Jurídico
9999	8	Portaria	MC	09/01/2013	11/01/2013	Multa	Jurídico

Horário de funcionamento



DESCRIÇÃO DO SISTEMA

Nome/Razão Social: RADIO ATLANTICA LTDA	CNPJ: 58.199.233/0001-45	
Nome Fantasia:	Fistel: 02008006808	
Serviço: Radiodifusão Sonora em Onda Média	UF: SP	
Localidade: SANTOS	Classe: B	
Frequência: 590 kHz	Potência Diurna : 10 kW	Potência Noturna: 1 kW
Num. Estação: 7803621	Indicativo: ZYK534	Telefone (Sede): 32736900

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

1 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

Logradouro: RODOVIA PIASSAGUERA/GUARUJA- SITIO VARGEM GRANDE **Número:** . **Bairro:** VICENTE DE CARVALHO
Localidade: GUARUJÁ **UF:** SP
Latitude: 23° 56' 59" 00" S **Longitude:** 46° 16' 11" 00" W **Cota da Base da Torre:** metros

2 - EQUIPAMENTOS DA ESTAÇÃO

2.1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL

Fabricante: CONSTRUÇOES
ELETRONICAS INDUSTRIAIS LTDA

Modelo: TRB-OM 10000

Potência Operação: 10 kW

Código homologação: 056781XXX0039

2.2 - TRANSMISSOR AUXILIAR 1

Fabricante: STP - SOCIEDADE TECNICA
PAULISTA LTDA

Modelo: B1

Potência Operação: 1 kW

Código homologação: 006180XXX0038

2.3 - TRANSMISSOR AUXILIAR 2

Fabricante:

Modelo: ***

Potência Operação: 0,25 kW

Código homologação: ***

3 - SISTEMA IRRADIANTE

Tipo: Paran

Altura da Torre: 30 metros

Número de Torres: 4

Número de Radiais : 120

Comprimento dos Radiais (m): 82

Espaçamento entre Radiais (graus) : 3

4 - CARGA TOPO

Figura Geométrica: ****

Dimensões: ****

Altura(m): ****

5 - LINHA DE TRANSMISSÃO

Fabricante:

Modelo: ***

Comprimento: m

Impedância: Ohms

Atenuação: dB/100m

6 - OBSERVAÇÕES:

7- LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS

7.1 - ESTÚDIO PRINCIPAL

Logradouro: AV PEDRO LESSA, 1640 - 8 ANDAR - CJ 808/809

Número: .

Bairro: APARECIDA

Localidade/UF: Santos/SP

7.2 - ESTÚDIO AUXILIAR

Logradouro: ***

Número: ***

Bairro: ***

Localidade/UF: ***

8 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim
Domingo	Sábado	00:00	24:00

Consulta para uso exclusivo da ANATEL.

Local de Emissão:

/

Data da Emissão:

26/12/2019 14:51:20

Tela Inicial

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

CHECKLIST**Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média – OM**

Processo nº 53000.027200/2013-07

Frequência: 590 kHz

CNPJ: 58.199.233/0001-45

Localidade: SANTOS

UF: SP

Entidade: RÁDIO ATLÂNTICA LTDA.

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

Responder as questões abaixo, marcando com um "X" em uma das opções: "SIM" ou "NÃO", e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

INFORMAÇÕES SOBRE A OUTORGA	SIM	NÃO	DOCUMENTO/ PÁGINA
1) Houve migração do Serviço de OM para FM?		X	
1.1) Se a resposta do "Item 1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se: Há transmissão simultânea do sinal da entidade em OM e FM?			
1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se: A entidade apresentou, também, o Laudo de Vistoria para Renovação do Serviço de FM? <i>obs.: Para casos de funcionamento simultâneo em OM e FM, a entidade deve apresentar Laudos de Vistoria para os dois Serviços.</i>			
2) A estação de OM encontra-se licenciada nos sistemas SRD e/ou MOSAICO, e/ou existe a Licença de Funcionamento da estação nas Pastas Cadastrais e/ou a entidade apresentou a mesma nos autos do processo?	X		5006175-pg.12

Responder as afirmativas abaixo, marcando com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item, e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	DOCUMENTO/ PÁGINA
3) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC.	S	5006175-pg.9
4) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério.	S	5006175-pg.10
5) LAUDO/FORMULÁRIO PADRONIZADO DE VISTORIA Resolução Anatel n.º 116, de 25/03/1999 e Portaria SERAD n.º 4.775/2018).	S	1219378 5006175
5.1) Identificação: a) Identificação da entidade; b) Identificação da emissora; c) Identificação do profissional habilitado (vistoriador).	S	5006175-pg.1 e 4
5.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	N (End.)	5006175pg.1
5.3) Transmissores.		
5.3.1) Transmissor Principal: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida (+10% a -15%); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 10 Hz); g) Homologação/Certificação.	N (Fab.Pot)	5006175-pg.1
5.3.2) Transmissor Auxiliar (se houver): a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida (+10% a -15%); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 10 Hz); g) Homologação/Certificação.	N Fab.Pot)	5006175-pg.1
5.4) Antena.		
6.4.1) Onidirecional: a) Altura da torre; b) Número de radiais; c) Comprimento dos Radiais; d) Dispositivos de Proteção (indicar as medidas de proteção elétrica e do pessoal existente: cerca de proteção e aviso pictórico).	NA	
5.4.2) Diretivo: a) Número de torres; b) Altura de cada torre; c) Separação entre as torres; d) Azimute(s) de alinhamento das torres (torre nº 1 como origem); e) Dispositivos de Proteção (indicar as medidas de proteção elétrica e do pessoal existente: cerca de proteção e aviso pictórico).	S	5006175-pg.2

5.5) Linha de Transmissão: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	N	
5.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador).	S	5006175-pg.2
5.7) Declaração do profissional habilitado.		
5.7.1) "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	N	
5.7.2) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "As características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente."	NA	
5.7.3) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas."	NA	
5.7.4) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis."	NA	
5.8) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de onda média (tropical - 120 m)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração.	N	
5.9) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, e comprovante de quitação e também assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico pelo Laudo de Vistoria.	S	5006175-pg.5 a 8
6) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) Foi Apresentado Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018.	NA	
6.1) O Laudo de vistoria padronizado foi firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração , em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963).	S	5006175-pg.3

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

OBSERVAÇÕES: Diferem :Local TX; fab. dos TXs; Pot. dos TX; não consta TX aux 2;decl.diferem;falta Ato de FRF;Harm e esp.TX Princ. diferem.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 03/04/2020, às 09:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5006216** e o código CRC **73B1FB2C**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

NOTA TÉCNICA Nº 25947/2019/SEI-MCTIC

Processo n.º: **53000.027200/2013-07.**

Assunto: **Renovação de outorga.** Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria de estação de radiofrequência operando na frequência 590 kHz (quinhentos e noventa), classe B, pela **RÁDIO ATLÂNTICA LTDA** inscrita no CNPJ sob o n.º 58.199.233/0001-45, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média na localidade de Santos/SP apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD nº 4775, de 14 de setembro de 2018 e pelo inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017).

3. Da consulta ao Banco de Dados do Poder Concedente e da análise do laudo técnico apresentado foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
<p>– As seguintes características técnicas de operação da emissora informadas no laudo de vistoria técnica da estação encontram-se em desacordo com o autorizado pelo poder concedente:</p> <ul style="list-style-type: none">• as coordenadas geográficas da estação indicadas no laudo de vistoria estão diferentes das cadastradas no Mosaico;• endereço da estação transmissora;• fabricante do transmissor principal e auxiliar;• não constou o transmissor auxiliar de 250 W;• potência do transmissor principal e auxiliar.	<p>– Apresentar Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração, em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963), nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada.</p> <p>OU:</p> <p>– Apresentar Ato do poder concedente autorizando as características técnicas informadas no Laudo de Vistoria apresentado.</p> <p>Nota: o modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:</p> <p>Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD nº 4775-SEI de 14/09/2018</p> <p>OBS: De acordo com a Anatel as alterações técnicas atualmente, deverão ser feitas pelo interessado (auto-cadastramento). Deverá, primeiramente, obter o Ato de Uso de Radiofrequência, condição esta para acessar o Sistema Mosaico - Relatório de Canal, onde consta : AM-C7: Aguardando Ato de RF.</p>

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
<p>- No Laudo de Vistoria técnica da estação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, apresentado, foram verificadas as seguintes inconformidades em relação ao exigido pela legislação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Os valores apresentados das medições de harmônicos no transmissor principal da estação não atenderam aos limites exigidos. 	<p>– Apresentar as medidas de harmônicos, assinada por profissional habilitado que ateste que os parâmetros avaliados se encontram em conformidade com o disposto no item 3.2.5 da Resolução Anatel n.º 116, de 25/03/1999.</p>
<p>– Não apresentou a declaração do profissional habilitado. – Não apresentou o Parecer Conclusivo do profissional habilitado. – Não apresentou a declaração do representante legal da entidade.</p>	<p>– Apresentar Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação, nos termos dos subitens 8.4.17 da Resolução Anatel n.º 116, de 15/03/99. – Apresentar Parecer Conclusivo do profissional habilitado indicando que o Laudo atende à toda regulamentação técnica vigente a ele aplicável, nos termos do subitem 8.4.18 da Resolução Anatel n.º 116, de 15/03/99. – Apresentar Declaração do representante legal da entidade, nos termos do subitem 8.4.19 da Resolução Anatel n.º 116, de 15/03/99.</p>
<p>- O local do serviço na ART está diferente do endereço da estação transmissora.</p>	<p>- Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART correspondente ao local da vistoria da estação transmissora, devidamente quitada e assinada pelo profissional habilitado e por representante legal da entidade.</p>
<p>- Não existe ato expedido pela Anatel autorizando o uso de radiofrequência para o período de renovação de outorga sob análise.</p>	<p>- Providenciar autorização de uso de radiofrequência e solicitar licença de funcionamento.</p>

4. Desse modo, a entidade **não atende**, no momento, aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora Geral de Pós-Outorgas, para decisão.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 03/04/2020, às 09:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 03/04/2020, às 10:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5006380** e o código CRC **A97BD937**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão
Serviço de Alterações de Características Técnicas

OFÍCIO Nº 49646/2019/SEACT/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 26 de dezembro de 2019.

Ao Senhor
Representante Legal da
RÁDIO ATLÂNTICA LTDA. (CNPJ nº 58.199.233/0001-45)
Av. Pedro Lessa, 1640 - Cj. 809 - Ponta da Praia
11.025-002 - Santos/SP

Assunto: Renovação de outorga. Exigência. – Processo n.º 53000.027200/2013-07.

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 25947/2019/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 03/04/2020, às 10:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5006628** e o código CRC **E26E0774**.

Data de Envio:

03/04/2020 13:58:05

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

radioabcam@uol.com.br
roser_rocha@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 53000.027200/2013-07

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5006628.html
Nota_Tecnica_5006380.html

Ministério das Comunicações
Fls. 69
Rubrica 0

lado:

1- **NOVOS HORIZONTES COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, estabelecida nesta Capital, à Rua Dr. Cesar nº 334 - Andar Superior, Santana, Município de São Paulo-SP, inscrita no CGC/MF sob nº 49.467.731/0001-30, com seu contrato social e respectivas alterações registradas sob os nºs 11199, 15220, 19500, 23394, 42742 e 54675 no 3º Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Capital, e, registrada sob os nºs 352026369008 em 13/06/84; 232.059 em 17/06/86; 457.595 em 23/09/87; 571.036 em 06/06/88; 824.730 em 27/09/89; 972.640 em 16/07/90; 117.523 em 28/07/92; 66.783 em 30/04/93; 191.201 em 30/11/93; 117.024 em 17/08/94; 162.953 em 31/10/94 e 67.491 em 02/05/95 na Junta Comercial do Estado de São Paulo, neste ato representada por seu sócio-gerente **JOSÉ BAPTISTA GONÇALVES**, brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 1.106.878 e CPF nº 011.061.398-87, com endereço comercial à Rua Dr. Cesar nº 334, Santana, Município de São Paulo, SP, daqui em diante designada simplesmente **PRIMEIRA CONTRATANTE**; e, de outro lado,

2- JOSÉ BAPTISTA GONÇALVES, já qualificado, doravante designado simplesmente SEGUNDO CONTRATADA; e, de outro lado,

3- JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES, brasileiro, separado judicialmente, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade de RG nº 5.886.924 e do CPF nº 842.295.868-68, com endereço comercial à Av. Adhemar de Barros nº 280 - cj.05, Guarulhos, Estado de São Paulo, daqui em diante denominado TERCEIRO CONTRATANTE, e de outro lado

4.º TABELIÃO DE NOT
TABELIONAT
AUTENT
Autentico a
extraídas Nes
fere com orig
Santo André

07 FEB 2007



RODRIGUES	ESC. PREPOSTO
C. B. GUERIA	ESC. PREPOSTO
DE OLIVEIRA	ESC. PREPOSTO
AURELIO INACIO	ESC. PREPOSTO
COM O SELLO DE AUTENTICIDADE	

CÓPIA CERTIDÃO - Certificado que este documento foi registrado
AUTÊNTICA sob número e data estampados mecanicamente.

CRISTIANES.S.F. CORRÊA - Secretário Geral

JAN. 29. 2007

[illegible]

4.ª TABELA DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELA Nº 011 VINTA
AUTENTICADA
Autentico a presente copia
extraída das Notas N.ºs 1001
fere com original. Dito so, m
Santo André

07 FEB 2007

() FRANCISCO R. DE OLIVEIRA ESC. PREPOSTO
 () HÁVIO R. DE OLIVEIRA ESC. PREPOSTO
 () ROGERIO RODRIGUES ESC. PREPOSTO
 () GILZINE C. B. GUERTA ESC. PREPOSTO
 () VERA S. L. DE OLIVEIRA ESC. PREPOSTO
 () RODOLFO AURELIO INACIO ESC. PREPOSTO
 LIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICACAO

JUE 30

31 10 95

fls. 2

Ministério das Comunicações
Fig. 20
Rubrica

4- SYLVIA MAURA SOLITTO DE OLIVEIRA (que assinava anteriormente SYLVIA MAURA SOLITTO DE OLIVEIRA FERREIRA GONÇALVES, conforme averbação constante da certidão de casamento datada de 06/05/94, em cumprimento ao mandado judicial expedido pela 1ª Vara de Família e Sucessões do Guarujá, Proc. nº 85/94 - separação consensual), brasileira, separada judicialmente, comunicadora visual, portadora da cédula de identidade RG nº 8.895.349 e do CPF nº 048.083.088-60, com endereço comercial à Av. Adhemar de Barros nº 280 - cj.05, Guarujá, Estado de São Paulo, neste ato representada por JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES, conforme procuração de 12/12/94 do 2º Cartório de Notas do Guarujá, Estado de São Paulo, livro nº 80, fls.22, daqui em diante denominada QUARTA CONTRATANTE,

têm entre si justo e convencionado o seguinte:

I - Os acima qualificados nos itens "1ª" e "2ª" são os únicos sócios da RÁDIO ATLÂNTICA AM LTDA., estabelecida na cidade de Guarujá, no Km 81,5 da Rodovia Piaçaguera Guarujá, Estado de São Paulo, inscrita no CGCMF sob nº 58.199.233/0001-45, antes denominada Rádio Atlântica de Santos Ltda., (Portaria nº 169 de 16/10/95 do Delegado Estadual do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo) concessionária do serviço público de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, constituída por contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 159824 em sessão de 23/10/53 e posteriores alterações contratuais sob os nºs 748704 em 28/11/74; 832351 em 11/03/76; 8791 de 31/01/84; 106572 em 22/10/84; 210710 em 30/04/86; 232697 em 18/06/86; 302669 em 21/10/86; 389438 em 25/05/87; 792287 em 14/08/89; 861415 em 10/12/89; 1063422 em 04/12/90; 165001 em 14/10/91 e 150786 em 15/09/95.

II- TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

a) JOSÉ BAPTISTA GONÇALVES cede e transfere a JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES a título inteiramente gratuito, 8.400 (oito mil e quatrocentas) quotas, sendo: b.1.) 5.880 (cinco mil oitocentas e oitenta) quotas que já possuía, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 5.880,00 (cinco mil oitocentas e oitenta reais); b.2.) 2.520 (dois mil quinhentas e vinte) quotas, que acabou de adquirir da NOVOS HORIZONTES COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA., no valor de R\$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais);

4- TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia
extraída destas notas, con-
fero com original. Dou fé.
Santo André

07 FEV 2007

Colégio Notarial
da Grande
Arrecadação
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0938AA788646
PREPOSTO
ESC. PREPOSTO
DO TRABALHO ESC. PREPOSTO
COM O SELO DE AUTENTICIDADE

anteriormente
CONCALVES
de
expediente
n.º 2242 - 2004
identidade de
comercial
Estado de São
MARCOS FERREIRA
Cartório de Notas de
n.º 1122, datado de

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CÓPIA CERTIDÃO - Certifico que este documento foi registrado
AUTÊNTICA sob número e data estampados mecanicamente.



CRISTIANE S.F. CORRÊA - Secretário Geral

[Assinatura]

JAN 29 2007

[Assinatura]

[Assinatura]

4.º TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentica a presente cópia
extraída das Notas, com
fere com original. Dou fé.
Santo André

07 FEV 2007

Colégio Notarial
do Brasil
Arpor - SP
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0938AA788647

TABELÃO	
FRANCISCO DE OLIVEIRA	TABELIAO
DE OLIVEIRA	TAB. SUBST
DE OLIVEIRA	ESC. PREPOSTO
DE OLIVEIRA	ESC. PREPOSTO
DE OLIVEIRA	ESC. PREPOSTO
AURELIO NACIO	ESC. PREPOSTO

VALIDO COM O SELO DE AUTENTICIDADE

JUL 20 1995

31 10 95

fls. 3

b) JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES que passa a ser titular de 8.400 (oito mil e quatrocentas) quotas, neste ato, cede e transfere a SYLVIA MAURA SOLLITTO DE OLIVEIRA 1 (uma) quota no valor de R\$ 1,00 (hum real).

III-Em decorrência das cessões de quotas, acima aludidas, deixam a sociedade, o DR. JOSÉ BAPTISTA GONÇALVES e a empresa NOVOS HORIZONTES COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA., dando a mais plena geral e irrevogável quitação de todos os seus direitos e haveres, nela ingressando os Srs. JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES que, também de ampla, geral e irrestrita quitação, nada tendo a reclamar a nenhum título, e SYLVIA MAURA SOLLITTO DE OLIVEIRA.

IV- Aumentar o capital social de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) para R\$ 88.900,00 (oitenta e oito mil e novecentos reais) com o aproveitamento de R\$ 80.500,00 (oitenta mil e quinhentos reais), decorrente do saldo da correção monetária constante no Balanço Geral encerrado em 31.12.94, que passa a ter a seguinte composição:

QUOTA	QUOTAS	R\$
JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES	88.900	88.899,00
SYLVIA MAURA SOLLITTO DE OLIVEIRA	1	1,00

V - Resolve, ainda, os signatários do presente, usando da faculdade que lhe concede a cláusula XI do contrato social, complementar a cláusula I, do referido contrato, no tocante a sede e filial da sociedade que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA I : A sociedade girará sob a denominação social de RADIOLATINA AM LTDA., tendo sede e foro na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, onde estão localizados o Sistema Irradiante e Estúdio Principal, na Rodovia Piaçaguera, Km 81,5, no lado que dá mão de direção Guarujá - Cubatão, com acesso pela rua da Sabesp e por servidão existente, distando cerca de 640 metros da Rodovia (neste local encontra-se o sistema irradiante), e uma filial (Cen-

4.º TABELIÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIÃO DE OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autenticado a presente cópia
extraída de Notas e Rubricas, com
fere com original. Documento.
Santo André, 07/FEV/2007
FRANCISCO C. DE OLIVEIRA
TABELIÃO
TÍT. SUBST.

Colégio Notarial
do Brasil
Arquit. SP
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0938AA788648

OSTO
IDADE

1. O Sr. Dr. J. J. de Oliveira, Diretor do Departamento de Educação, é o responsável pela elaboração do projeto de lei que cria o Conselho Nacional de Educação, órgão que deverá ser criado no âmbito do Ministério da Educação.

CÓPIA
AUTÊNTICA

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CÓPIA CERTIDÃO - Certifico que este documento foi registrado sob número e data estampados mecanicamente.

CRISTIANES.S.F. CORRÊA - Secretário Geral

MAN, 6.5.2007

00,000.00
00.00

0
istrado

1. O Sr. Dr. J. J. de Almeida, advogado, residente em Rua da Liberdade, nº 10, apresentando a seguinte petição:

4- TABELA DE NOTAS DE SANTA ANDRÉ
TABELIGNATO OLIVEIRA
AUTENTICADO
Autentico a presente copia
existente nestas Notas com
fere com original. Oculado
Santo André

07 FEB 2001

00000

01 10 95

fls. 4

tro de Produção de Programas), localizada à Av. Adhemar de Barros nº 280 - conj.05, na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, conforme Portaria nº 169 de 16/08/95 do Delegado Estadual do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo".

VI -Pelo presente instrumento, em face das alterações ocorridas, faz-se necessário a consolidação do contrato social, que passa a vigorar com a nova redação abaixo, que, atendem a autorização do Sr. Presidente da República, de 13/10/95, em fls. 16234 - seção 1, do D.O.U nº 198, publicado em 16/10/95.

CLÁUSULA I

A sociedade girará sob a denominação social de RÁDIO ATLÂNTICA AM LTDA., tendo sede e foro na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, no Km 81,5 da Rodovia Piaçaguera, no lado que dá mão de direção Guarujá - Cubatão com acesso pela rua da Sabesp e por servidão existente, distando cerca de 640 metros da rodovia (neste local encontra-se o Sistema Irradiante e o Estúdio Principal), e uma filial (Centro de Produção de Programas), sito à Av. Adhemar de Barros nº 280 - conj.-5, na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA II

A sociedade tem como objetivo a execução dos serviços de radiodifusão na cidade de Guarujá e em outras localidades do território nacional, desde que para tanto, o Governo Federal lhe outorgue concessões ou permissões, podendo explorar paralelamente a propagação comercial e outras atividades afins.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para a consecução de seus objetivos, a sociedade poderá instalar radiodifusoras, abrir escritórios, agências e sucursais em qualquer localidade do território nacional, cumprindo sempre o que estabelecer a legislação vigente ou a vigorar que rege a execução dos serviços de radiodifusão.

CLÁUSULA III

A duração da sociedade é por prazo indeterminado.

4.º TABELIÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIÃO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentica a presente cópia
extraída das Notas de
fere com original. Data: 16/02/2007
Santo André

16/02/2007

Goldio-Notarial
do Brasil
Argem - SP
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0938AA788650
TAR. SUBST.
ESC. PREPOSTO
PREPOSTO
PREPOSTO
AUTENTICADÉ

Av. Adhemar de Barros
s/nº - São Paulo -
Estado de São Paulo

10/10/55



JAN. 29 2007

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CÓPIA
AUTÊNTICA - Certifico que este documento foi registrado
sob número e data estampados mecanicamente.

...do

[illegible]

4. TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia
extra das Notas e Notas con-
tere com original. Dou fé.
Santo André

07 FEV 2007

Colégio Notarial do Brasil - Estado de São Paulo

AUTENTICAÇÃO

0938AA788651

FRANCISCO C. DE OLIVEIRA TABULEIRO
 DE OLIVEIRA TAB. SUBST.
 B. GUATA ESC. PREPOSTA
 ARIELLO MACIO ESC. PREPOSTA

SEM O SELLO DE AUTENTICACAO

JUCESP

311095

CLÁUSULA IV

fls. 5

O capital social é de R\$ 88.900,00 (oitenta e oito mil e novecentos reais), totalmente integralizado, dividido em 88.900 (oitenta e oito mil e novecentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, assim distribuídas aos sócios:

- ao sócio JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES competem 88.899 (oitenta e oito mil e oitocentas e noventa e nove) quotas, totalizando R\$ 88.899,00 (oitenta e oito mil e oitocentos e noventa e nove reais);

- à sócia SYLVIA MAURA SOLITTO DE OLIVEIRA compete 1 (uma) quota, no valor de R\$ 1,00 (hum real).

§ 1º:- Cada quota é indivisível e para cada uma a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

§ 2º:- A responsabilidade dos sócios é limitada até o valor do capital social.

CLÁUSULA V

É vedado o ingresso de pessoas estrangeiras na sociedade, nela só sendo admitidos brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

O capital das pessoas jurídicas admitidas terá que pertencer exclusivamente e nominalmente a brasileiros, limitadas suas participações a 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto em quaisquer deliberações sociais.

CLÁUSULA VI

As quotas que constituem o capital social são inalienáveis a estrangeiros e incaucionáveis a pessoas jurídicas e estrangeiros. A alienação a pessoas jurídicas deverá sempre atender ao art. 222, da Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988. Qualquer alteração contratual ou estatutária, assim a transferência de quotas, dependerá de prévia autorização do Poder Concedente.

TABEIÃO DE COTAS DE SANTO ANDRÉ
ADELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia
extraída destas Notas, com
feio com original. Dou fé.
Santo André

07 FEV 2007



...e o valor nominal de R\$ 1,00 (uma
...em 22.100 (vinte e dois mil e
...e o valor nominal de R\$ 1,00 (uma

...e o valor nominal de R\$ 1,00 (uma
...em 22.100 (vinte e dois mil e
...e o valor nominal de R\$ 1,00 (uma

CÓPIA
CERTIDÃO - Certifico que este documento foi registrado
AUTÊNTICA sob número e data estampados mecanicamente.



CRISTIANE S. F. CORRÊA - Secretário Geral

JAN.29.2007

...e o valor nominal de R\$ 1,00 (uma
...em 22.100 (vinte e dois mil e
...e o valor nominal de R\$ 1,00 (uma

[Handwritten signature and scribbles]

4.ª TABELÃO DE NOTAS TABELÃO ANDRÉ
TABELÃO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentica a presente cópia
extraída das Notas, com
com original, Dou fé.
André

07 FEB 2007

0938AA788653

DE OLIVEIRA	TABELÃO
DE OLIVEIRA	TAB. SUBS.
RODRIGUES	ESC. PREPOSTO
CHESSE C. D. GUERTE	ESC. PREPOSTO
YERA S. C. DE OLIVEIRA	ESC. PREPOSTO
RODOLFO AURELIO INACIO	ESC. PREPOSTO

VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICAÇÃO

Ministério das Comunicações - 6CE

JUL 20 1995

fls. 6

CLÁUSULA VII

O sócio JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES poderá ceder suas quotas livremente a terceiros. A outra sócia se pretender ceder sua quota deverá oferecê-la ao sócio JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES, o qual terá preferência na respectiva aquisição.

A oferta deverá ser procedida por escrito e deverá estipular o preço e forma de pagamento, sendo que o sócio terá 30 (trinta) dias para responder se tem ou não interesse na aquisição. Terminado esse prazo, se a resposta for positiva, a cessão deverá efetivar-se nos quinze dias seguintes.

CLÁUSULA VIII

Em caso de morte ou impedimento legal do sócio JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES, a sociedade não será reputada dissolvida, continuando a existir com o sócio remanescente e os herdeiros do falecido e/ou representante legal do impedido, desde que, para ingresso destes, sejam preenchidas as condições exigidas pelo Governo Federal e seja obtida a necessária autorização.

CLÁUSULA IX

§ 1º:- Ao sócio JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES competirá o exercício da gerência e a representação legal da sociedade com os mais amplos poderes para a prática de todos os atos que se relacionam com a administração social, e ainda como redator-chefe responsável pelos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas.

§ 2º:- A sociedade poderá também ser representada perante terceiros por dois procuradores em conjunto, brasileiros, devendo, dos respectivos instrumentos de mandato, constar expressamente os poderes outorgados, bem como o prazo de duração do mandato, o qual extinguir-se-á sempre no dia 31 de janeiro, não podendo nunca exceder o prazo de 24 (vinte e quatro) meses com exceção das procurações outorgadas "ad judicium" as quais serão sempre para fins específicos e poderão ter prazo indeterminado. Quando for o caso, a nomeação de procuradores deverá ser precedida da anuência do Governo Federal.

§ 3º:- Serão nulos, de pleno direito, não obrigando de qualquer forma a Sociedade, os atos que sejam, em nome desta, praticados sem a observância das normas estipuladas nesta cláusula.

[Handwritten signature]

4.º TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia
extraída destas Notas, con-
fere com original. Dou fé.
Santo André
07 FEB 2007
() FRANCISCO C. DE OLIVEIRA TABELÃO
() FÁBIO R. DE OLIVEIRA TAD. SINT.

Colégio Notarial do Brasil
Alpen - SP
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0938AA788654

FILEPOSTO
FREPOSTO
TENCIDADE

...e, por isso, a presente certidão é necessária para a comprovação da autenticidade do documento.

...e, por isso, a presente certidão é necessária para a comprovação da autenticidade do documento.

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CÓPIA CERTIDÃO - Certifico que este documento foi registrado
AUTÊNTICA sob número e data estampados mecanicamente.



CRISTIANES F. CORREIA - Secretário Geral

JAN. 29. 2007

...e, por isso, a presente certidão é necessária para a comprovação da autenticidade do documento.

...e, por isso, a presente certidão é necessária para a comprovação da autenticidade do documento.

...e, por isso, a presente certidão é necessária para a comprovação da autenticidade do documento.

...e, por isso, a presente certidão é necessária para a comprovação da autenticidade do documento.

4.º TABELIÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELIÃO OLIVIERA
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia
extraída destas Notas, com
fidei com original. Dou fé.
Santo André



07 FEV 2007

FRANCISCO C. D. OLIVEIRA
DE OLIVEIRA
DE OLIVEIRA
AURÉLIO INACIO
COM O SELLO DE AUTENTICAÇÃO

fls. 7

Os administradores da Sociedade serão sempre brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e sua investidura no cargo, somente, poderá ocorrer após haver sido aprovado pelo Poder Concedente.

© presente contrato poderá ser alterado, em quaisquer de suas cláusulas, por mais especiais que sejam, por sócios que detenham a maioria das quotas sociais, os quais poderão assinar os instrumentos de alteração competentes. Poderá, também, a maioria decidir sobre eventual incorporação, fusão, cisão, e até mesmo, a dissolução da Sociedade, desde que previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações.

Dentro dos limites e condições estatuidos em lei, poderão os sócios dispor, como melhor lhes aprouver, quanto as retiradas de "pro labore" a que terá direito o sócio gerente, preservada a integridade do capital social e assegurada a liquidez das obrigações assumidas pela Sociedade perante terceiros.

Será vedado o uso da denominação social para negócios estranhos ao objeto social, em especial a prestação de avais ou garantias de qualquer natureza.

O exercício social encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião do balanço geral da sociedade, observadas as determinações legais. Dos resultados auferidos ou prejuízos verificados, participarão os sócios na proporção de suas respectivas quotas de capital. Ocorrendo lucro, em cada exercício, será aos sócios facultado optar entre a respectiva distribuição entre si dos resultados auferidos, a constituição de fundos e reservas a serem utilizados pela própria sociedade no desenvolvimento de suas atividades, ou terem a destinação que for pelos mesmos deliberada.

4.ª TABELA DE NOTAS DE SANTO ANTONIO
TABELA NATOLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia
extraída das Notas, e
fere com original. Dou fé,
Santo Antonio.

07 FEB 2007

() FRANCISCO C. DE OLIVEIRA	TABELA
() HAYDIO R. DE OLIVEIRA	TAB. SUBS
() ROGERIO RODRIGUES	ESC. PREPOST
() GISELENE C. R. OLIVEIRA	ESC. PREPOST



SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CÓPIA - CERTIDÃO - certidão que este documento foi registrado
AUTÊNTICA sob número e data estampados mecanicamente.



CRISTIANES F. CORRÊA - Secretário Geral

JAN. 20, 2007

4.ª TABELAÇÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELAÇÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
AUTENTICAÇÃO
Autenticado a presente cópia
extraída de Notas, com
fere com original. Dou fé.
Santo André, 07



07 FEV 2007

VALOR R\$ 1,00
TABELAÇÃO C. DE OLIVEIRA
TAR. SUBST.
ESC. PREPOSTO
ESC. PREPOSTO
ESC. PREPOSTO
ESC. PREPOSTO
VISA S. L. DE OLIVEIRA
RODRIGO AURELIO INACIO
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

JUCESP

31.10.95

fls. 8

CLÁUSULA XV

Elegem e especificam as partes o foro da comarca de Guarujá, Estado de São Paulo, como o competente para conhecer e dirimir as dúvidas ou questões oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 4 (quatro) vias na presença das testemunhas.

Obs: Os novos socios declaram não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os inibem de exercer atividade mercantil.

Guarujá, 20 de outubro de 1995.

NOVOS HORIZONTES COM. E PART. LTDA.

JOSÉ BAPTISTA GONÇALVES

JOSÉ MANOEL PERREIRA GONÇALVES

SYLVIA MAURA SOBRITTO DE OLIVEIRA

testemunhas

1.
nome: Ademar Medeiros
RG : 5.542.314
CPF : 602.160.958-54

2.
nome: Roberto Alves Pereira
RG : 10.192.365
CPF : 607.571.748-87

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEPS
da ESTATÍSTICA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
CERTIFICADO O REGISTRO
SOB O NÚMERO
178.486/95-4
JOÃO PEDRO L. BOM
SECRETÁRIO GERAL

4. TABELAÇÃO DE NOTAS DE SANTO
TABELIONATO OLIVEIRA
AUTENTICAÇÃO
Autentico e presente
extraídas Nestas Notas
fere com original. Dou fé
Santo André
SELO P/ GUARAJÁ
07 FEV 2007

Colégio Notarial
do Brasil
Arnon - SP
Estado de São Paulo
AUTENTICAÇÃO
0938AA788658

INGUES ESC. PREPOSTO
GUERIA ESC. PREPOSTO
OLIVEIRA ESC. PREPOSTO
CÉLIO INÁCIO ESC. PREPOSTO
O SELO DE AUTENTICIDADE

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

... de la ...
... de la ...
... de la ...



CRISTIANES.F. CORRÊA - Secretário Geral

JAN. 29. 2007

ATTENTION: OFFICE

[illegible]

SECRETARIA DA JUSTIÇA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO - Certificado que este documento foi registrado
CÓPIA sob numero e data escriptados mecanicamente.
AUTÊNTICA

4.4 TABELA DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
TABELA DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ
AUTENTICAÇÃO
Autenticar a presente cópia
extraída das Notas, com
fio com original. Dou fé,
Santo André

17 FEB 2007

6659

VALOR

1) C. DE OLIVEIRA
DE OLIVEIRA
RODRIGUES
C. B. GUERRA
S. L. DE OLIVEIRA
RODOLFO WUOLFO LINDO ES.

2) TADELARI
TAB. SUBS
ESC. PREPOSTO
ESC. PREPOSTO
ESC. PREPOSTO
ESC. PREPOSTO

VALIDO SOMENTE COMO SELLO DE AUTENTICIDADE

das Com
on
Pa:
Rubrica
CAO
280

uinte redação: _____
 Delegado a _____ ST
 Contador a _____ natural
 Assessorado _____
 São Paulo _____ 18.06.03
 Assinatura _____ clw



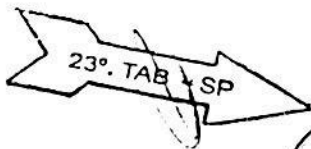
"CLÁUSULA I

A Sociedade girará sob a denominação social de **RÁDIO ATLÂNTICA AM LTDA**, tendo sede e fôro na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Pedro Lessa, 1640 – conjuntos 808/809".

II.2 – Permanecem em pleno vigor as demais cláusulas do contrato de constituição e suas alterações, que não tenham sido modificadas expressa ou implicitamente por este instrumento

E, por estarem de pleno acordo com a cláusula, ora alterada, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Guarujá, 09 de Janeiro de 2003



JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES

SYLVIA MAURA SOLLITTO DE OLIVERIA

Testemunhas:

1 -
Fernando Antonio Perazzo
RG 7.190.597-SSP/SP

2 -
Jane Alessandra Parentes Moraes
RG. 24.729.743-4-SSP/SP

23.º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO - CAPITAL
Joel Araújo da Silva
RUA HENRIQUE BERNARDINI, 181 - SANTANA - CEP 02013-010 - FONE: (0XX11) 8776.7001

Reconheço por semelhança as firmas de:
JOSE MANOEL FERREIRA GONÇALVES
Doutor, São Paulo, 11 de março de 2003.
Em Testemunho da verdade:
Eduardo Andre Garcia - Andre Luis B. Infante



CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO 113.204/03-6
ROBERTO MANERATTI FILHO
SECRETÁRIO GERAL



JUCESP

São Paulo 18 06 03
Assinatura

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53000.027200/2013-07			
Entidade: RÁDIO ATLÂNTICA LTDA.		CNPJ: 58.199.233/0001-45	
Executante do serviço de radiodifusão OM		Localidade: Santos	UF: SP
Validade da Outorga: Vencida		Período: 01/11/2013 A 01/11/2023	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	(5046494)
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	4 (4280703)

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	(5046491), (5154480), (5046496), (5046498)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	(5046500)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	(5046501), (5046502)
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	11 (1219378)

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	10 (4280703)
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	PENDENTE	OK - Fed. – 31 (0608178)
			Est.
			MUn.
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	9 (4280703)
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	29 (0608178)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	11 (4280703)
			34 (0608178)
			22 (1219378)
	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Ricardo da Costa CARGO: Engenheiro	13.02.2020

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 3211/2020/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.027200/2013-07

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO ATLÂNTICA LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias, na localidade de Santos, estado de São Paulo, referente ao seguinte período: 01/11/2013 A 01/11/2023.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 8858/2019/SEI-MCTIC (evento SEI n.º4280736), concluiu pela expedição do Ofício n.º 19276/2019/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC (evento SEI n.º4280772), à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.001959/2020-35, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. prova de regularidade perante as Fazendas **estadual, municipal** da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 28/02/2020, às 09:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5154510** e o código CRC **1ACAA725**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 6045/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 13 de fevereiro de 2020.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO ATLÂNTICA LTDA. (CNPJ Nº 58.199.233/0001-45)
Avenida Pedro Lessa, nº 1640, Cj. 809
11.025-002 - Santos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.027200/2013-07.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 3211/2020/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira**, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão, em 28/02/2020, às 09:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5154580** e o código CRC **380263C4**.

Data de Envio:

04/03/2020 09:44:25

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

radioabcam@uol.com.br
roser_rocha@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.027200/2013-07

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5154580.html
Nota_Tecnica_5154510.html
Requerimento_4280765_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA.pdf

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53000.027200/2013-07			
Entidade: RÁDIO ATLÂNTICA LTDA.		CNPJ: 58.199.233/0001-45	
Executante do serviço de radiodifusão OM		Localidade: Santos	UF: SP
Validade da Outorga: Vencida		Período: 01/11/2013 A 01/11/2023	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: - os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67; - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo; - a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública; - a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; - a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga; - nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	(5046494)
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	4 (4280703)

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	(5046491), (5154480), (5046496), (5046498)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	(5046500)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	(5046501), (5046502)
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	11 (1219378)

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	10 (4280703)
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Fed. 31 (0608178)
			Est. (5350112), (5350113)
			Mun. (5350114)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	9 (4280703)
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	29 (0608178) 11 (4280703)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	34 (0608178)
	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	22 (1219378)

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Ricardo da Costa CARGO: Engenheiro	15.04.2020

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

DESPACHO

Processo nº: 53000.027200/2013-07

Interessado(a): RÁDIO ATLÂNTICA LTDA

Assunto: Renovação de outorga

Senhor(a) Coordenador(a) de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial,

Considerando:

- a) O laudo de vistoria, para fins de renovação da outorga, apresentado pela Interessada no bojo destes autos, por conduto da exigência contida no art. 113, inciso X, do Decreto nº 52.795/1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR;
- b) O início da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que altera o RSR, o qual revoga expressamente o citado inciso X;
- c) Que a superveniência da norma revogadora prejudica a análise do laudo de vistoria em questão, inexistindo, assim, providência a ser adotada por engenheiros desta Pasta.

Restituo os presentes autos, para análise e providências decorrentes com vistas ao prosseguimento do pleito renovatório.

Brasília, 06 de outubro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Abud Filho, Coordenador de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares**, em 13/10/2020, às 16:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5949726** e o código CRC **50A2D3E3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 58.199.233/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/09/1966
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL RADIO ATLANTICA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO ATLANTICA	PORTE ME
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV PEDRO LESSA	NÚMERO 1640	COMPLEMENTO SALA 809
-------------------------------------	-----------------------	--------------------------------

CEP 11.025-971	BAIRRO/DISTRITO EMBARE	MUNICÍPIO SANTOS	UF SP
--------------------------	----------------------------------	----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCAL@GRUPPOAVANTI.COM.BR	TELEFONE (11) 4438-4000
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **28/03/2022** às **12:50:09** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 58.199.233/0001-45
Razão Social: RADIO ATLANTICA AM LTDA
Endereço: AV PEDRO LESSA 1640 CONJ 808 E 809 / PONTA DA PRAIA / SANTOS / SP / 11025-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/03/2022 a 20/04/2022

Certificação Número: 2022032201050154252430

Informação obtida em 28/03/2022 14:03:21

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO ATLANTICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 58.199.233/0001-45

Certidão nº: 9829227/2022

Expedição: 28/03/2022, às 12:04:18

Validade: 24/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO ATLANTICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **58.199.233/0001-45**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF:	SP	Distrito:	
Município:	Santos	Sub Distrito:	
Frequência:	590 kHz	Local Específico:	
Classe:	B	Fase:	3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade:	RADIO ATLANTICA LTDA	Fistel:	02008006808
Nome Fantasia:	JOVEM PAN NEWS	CNPJ:	58.199.233/0001-45
Nº Estação:	7803621	Situação:	Entidade não possui débitos
Primeiro Licenciamento:		Último Licenciamento:	

+ Dados do Plano Básico

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:	<input type="text"/>	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	RADIO ATLANTICA LTDA	
Nome Fantasia:	JOVEM PAN NEWS	Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País:	Brasil	Logradouro:	Avenida Doutor Pedro Lessa	Bairro:	Ponta da Praia	Estado:	SP
Número do CEP:	11025000	Complemento:	CONJ 809	SubDistrito:			
Número:	1640						
Município:	Santos						
Telefone:	11 32736900					Fax:	

Endereço de Correspondência

País:		Logradouro:		Bairro:		Estado:	
Número do CEP:		Complemento:		SubDistrito:			
Número:							
Município:							
Telefone:	<input type="text"/>	Fax:	<input type="text"/>	E-mail:	<input type="text"/>		

Nome Fantasia

Nome Fantasia
<input type="text"/>

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico:	<input type="text"/>	Data Publicação Contrato/Convênio:	<input type="text"/>
SCRAD Técnico:	<input type="text"/>		
Data Limite Instalação:	<input type="text"/>	Número do Processo:	<input type="text"/>
Fistel:	02008006808		

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	18/11/1983	Renovação	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Autoriza Equipamento	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Enquadramento Plano Básico	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Enquadramento Plano Básico	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Multa	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Multa	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Mudança de Local	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Mudança de Local	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Substituição de Equipamento	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	DMC	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Mudança de Local	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	16/10/1995	Transferência Indireta	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	13/12/1995	Renovação	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	30/01/1996	Multa	Jur. <input type="text"/>

		- Selecione -			27/02/1997	Advertência	Jur.
		- Selecione -			07/11/1997	Advertência	Jur.
		- Selecione -	DMC			Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
		- Selecione -			25/07/2000	Multa	Jur.
		- Selecione -			07/06/2001	Multa	Jur.
		- Selecione -			11/01/2002	Multa	Jur.
		- Selecione -	ER		15/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
		- Selecione -			23/06/2005	Deliber. do C. Nacional	Jur.
		- Selecione -				Advertência	Jur.
		- Selecione -				Advertência	Jur.
		- Selecione -			11/01/2013	Multa	Jur.

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Entidade:	RADIO ATLANTICA LTDA - CNPJ/CPF(58.199.233/0001-45)	Situação:	Entidade não possui débitos
Município/UF:	SANTOS/SP	Freq. PB:	590
Indicativo:	ZYK534	Classe PB:	B

Características de Operação

Frequência:

MHz

Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim	X
Domingo	Domingo			X

Tela Inicial

Imprimir

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		58.199.233/0001-45									
RADIO ATLANTICA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE IVO GONCALVES ROCHA	266.236.848-91	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	900	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos
RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA	271.792.868-50	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santos
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	88000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)Data: **28/03/2022**Hora: **12:07:52**

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		266.236.848-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE IVO GONCALVES ROCHA	266.236.848-91	RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Indaiatuba
		RADIO EMISSORA ABC LTDA	57.512.410/0001-39	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santo André
		SISTEMA MAIOR DE COMUNICACAO LTDA	04.368.599/0001-71	Sócio	140	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Elisiário
		RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Sócio	3683	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Indaiatuba
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	900	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos
		RADIO EMISSORA ABC LTDA	57.512.410/0001-39	Sócio	40000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santo André
		SISTEMA MAIOR DE COMUNICACAO LTDA	04.368.599/0001-71	Sócio	140	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Junqueirópolis

Usuário: [anatel\ricardoc.mc](#) - Ricardo da Costa

Data: 28/03/2022

Hora: 12:08:15

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		271.792.868-50									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA	271.792.868-50	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santos
		AMPLA RADIODIFUSAO LTDA	56.300.288/0001-74	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Amparo
		RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Indaiatuba
		AMPLA RADIODIFUSAO LTDA	56.300.288/0001-74	Sócio	129000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Amparo
		RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Sócio	63683	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Indaiatuba
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	88000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#) Data: 28/03/2022 Hora: 12:08:44

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

UF:	SP	Município:	Santos		
	Entidade	Município	Data Outorga	Validade	
	CBS COMUNICACOES BRASIL SAT LTDA	Santos	30/07/1995	30/07/2005	
	CBS COMUNICACOES BRASIL SAT LTDA	Santos			
	RADIO ATLANTICA LTDA	Santos			
	RADIO ATLANTICA LTDA	Santos			
	RADIO DIFUSORA CACIQUE LTDA	Santos	01/05/1984	01/05/1994	
	RADIO DIFUSORA CACIQUE LTDA	Santos			
	SOCIEDADE RADIO UNIVERSAL LTDA	Santos			

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#) Data: **28/03/2022** Hora: **12:12:31**

Registro 1 até 7 de 7 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO ATLANTICA LTDA - ME**

CNPJ: **58.199.233/0001-45**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:07:11 do dia 28/03/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/04/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO ATLANTICA LTDA - ME				CNPJ 58199233000145
Nº DA ESTAÇÃO 7803621	SERVIÇO 205 Radiodifusão Sonora em Onda Média	NAT. SERV.	LATITUDE 23° 56' 59.00" S	LONGITUDE 46° 16' 11.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RODOVIA PIASSAGUERA/GUARUJA- SITIO VARGEM GRANDE, nº ..	DISTRITO	
BAIRRO VICENTE DE CARVALHO	MUNICÍPIO Guarujá	UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Santos
LOCALIDADE:
FREQUÊNCIA: 590 KHz
CLASSE: B
INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYK534
NOME FANTASIA:
CIDADE DA OUTORGA: Santos
FREQUÊNCIA: 590 KHz
POTÊNCIA DIURNA:
CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal
TIPO: Omnidirecional
TRANSMISSOR PRINCIPAL
FABRICANTE:
CÓDIGO: 056781XXX0391
TRANSMISSOR AUXILIAR
FABRICANTE:
CÓDIGO: 006180XXX0388
TRANSMISSOR AUXILIAR 2
FABRICANTE:
CÓDIGO:
SISTEMA IRRADIANTE:
NÚMERO DE TORRES: 4
COMPRIMENTO DE RADIAIS: 82.00 m
COTA BASE DA TORRE: 0
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR
FABRICANTE:
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL
FABRICANTE:

UF: SP
CANAL: 33
COTA BASE DA TORRE: 5.9
NUMPROCESSO:
CLASSE: B
POTÊNCIA NOTURNA:
MODELO:
POTÊNCIA: 10.000 kW
MODELO:
POTÊNCIA: 1.000 kW
MODELO:
POTÊNCIA: .250 kW
NÚMERO DE RADIAIS: 120
ESPAÇAMENTO ENTRE RADIAIS: 3.00 graus
ALTURA DA TORRE: 30.00 m
MODELO:
MODELO:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'
XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 28/03/2022 12:10:05

APLICAÇÃO

Emitido Em

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWNIbmNhOjo1N2RiYjQ2NGNkODgz>



Data de Envio:

28/03/2022 14:05:52

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corr@com.gov.br>

Para:

cgfm@com.gov.br

Assunto:

Consulta de Pena de Cassação

Mensagem:

Processo nº: 53000.027200/2013-07

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA. (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), executante do serviço de radiodifusão sonora em Onda Média, no município de Santos/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta de Pena de Cassação

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Seg, 28/03/2022 16:06

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO ATLÂNTICA LTDA. (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), executante do serviço de radiodifusão sonora em Onda Média, no município de Santos/SP, responder aos processos nº 53000033008/2013, 53000030743/2013, 53000030473/2013, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 28 de março de 2022 14:05

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta de Pena de Cassação

Processo nº: 53000.027200/2013-07

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA. (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), executante do serviço de radiodifusão sonora em Onda Média, no município de Santos/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 4090/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.027200/2013-07

INTERESSADO: RÁDIO ATLÂNTICA LTDA.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO ATLÂNTICA LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Onda Média, no Município de Santos/SP, referente ao seguinte período: 01/11/2013 a 01/11/2023.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 3211/2020/SEI-MCTIC, concluiu pela expedição do Ofício n.º 6045/2020/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC à Entidade, com vistas apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI5154510 e 5154580). Em resposta, a Interessada protocolou requerimentos sob os n.ºs 01250.015376/2020-91 e 53115.005302/2022-67, acompanhados de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPNÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 5 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Santos/SP, encontra-se com a Licença Vencida (SEI9614666), não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 31/03/2022, às 17:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 31/03/2022, às 17:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9614702** e o código CRC **ECCB20B2**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 7044/2022/MCOM

Brasília, 31 de março de 2022.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO ATLÂNTICA LTDA. (CNPJ Nº 58.199.233/0001-45)
Avenida Doutor Pedro Lessa, nº 1640 / Cjs. 808 e 809 - Aparecida
11.025-002 - Santos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.027200/2013-07.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 4090/2022/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 31/03/2022, às 17:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9615030** e o código CRC **7CDBECA4**.

Anexos:

- Nota Técnica 4090 (SEI nº 9614702)

Data de Envio:

01/04/2022 09:09:41

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

Para:

FISCAL@GRUPPOAVANTI.COM.BR
radioabcam@uol.com.br
karina@radioabc.com.br
gomesesaviano3@gmail.com
ivorocha@uol.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53000.027200/2013-07

INTERESSADA: - RÁDIO ATLÂNTICA LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_9615030.html
Nota_Tecnica_9614702.html

Id solicitação: 60d47f5519ce5

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO ATLANTICA LTDA - ME	
Nome Fantasia: JOVEM PAN NEWS	
Telefone: (11) 32736900	E-mail: radioabcam@uol.com.br
CNPJ: 58.199.233/0001-45	Número do Fistel: 50443700028
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato:	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 08/05/2028	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Doutor Pedro Lessa	Complemento: CONJ 809	
Bairro: Ponta da Praia	Número: 1640	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11025000

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: São João	Complemento:	
Bairro: Morro São Bento	Número: 2500	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11082160

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Avenida Pedro Lessa	Complemento: Conjunto 809	
Bairro: Embaré	Número: 1640	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11025000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Santos	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 247	Frequência: 97.3 MHz	Classe: A2	ERP Máxima: 18.0451kW
HCI: 20 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 1014740123	Número Indicativo: ZYU338
Data Último Licenciamento: 03/03/2023	Número da Licença: 53500.011500/2023-05

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 56' 8.02" S	Longitude: 46° 20' 30.98" W	Cota da base: 158.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 10 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA158-50J	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 28 m	Atenuação: 0.63 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFFMC-4-97.3-C	Fabricante: IF Telecom				
Ganho: 3.24 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 50 °	Polarização: Circular	HCI: 20 m	ERP Máxima: 18.05 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.15	5°: 0.16	10°: 0.16	15°: 0.17	20°: 0.17	25°: 0.17	30°: 0.17	35°: 0.17	40°: 0.16	45°: 0.16	50°: 0.16	55°: 0.15
60°: 0.15	65°: 0.15	70°: 0.14	75°: 0.14	80°: 0.14	85°: 0.14	90°: 0.14	95°: 0.13	100°: 0.13	105°: 0.13	110°: 0.13	115°: 0.12
120°: 0.12	125°: 0.11	130°: 0.1	135°: 0.1	140°: 0.09	145°: 0.08	150°: 0.06	155°: 0.05	160°: 0.03	165°: 0.03	170°: 0.02	175°: 0.01
180°: 0.01	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0.01	210°: 0.02	215°: 0.03	220°: 0.04	225°: 0.04	230°: 0.05	235°: 0.06
240°: 0.07	245°: 0.08	250°: 0.09	255°: 0.09	260°: 0.1	265°: 0.1	270°: 0.1	275°: 0.1	280°: 0.1	285°: 0.1	290°: 0.1	295°: 0.1
300°: 0.1	305°: 0.1	310°: 0.1	315°: 0.1	320°: 0.1	325°: 0.1	330°: 0.11	335°: 0.11	340°: 0.12	345°: 0.13	350°: 0.14	355°: 0.14

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°5 0'57.38" S Lon 46°20' 30.98" W	5°: Lat 23°4 9'52.42" S Lon 46°19' 55.06" W	10°: Lat 23° 43'47.73" S Lon 46°18'8.4" W	15°: Lat 23° 45'24.36" S Lon 46°1 7'22.56" W	20°: Lat 23°51'16.1" S Lon 46° 18'34.82" W	25°: Lat 23° 51'26.47" S Lon 46°18'7.44" W	30°: Lat 23° 51'38.97" S Lon 46°1 7'41.15" W	35°: Lat 23° 51'53.52" S Lon 46°1 7'16.15" W	40°: Lat 23° 52'10.01" S Lon 46°1 6'52.64" W	45°: Lat 23° 52'28.31" S Lon 46°1 6'30.78" W	50°: Lat 23° 52'48.28" S Lon 46°1 6'10.75" W	55°: Lat 23° 50'42.72" S Lon 46°12'3.42" W
60°: Lat 23°48'49.9" S Lon 46°6'42.7" W	65°: Lat 23° 49'23.35" S Lon 46°4'44.23" W	70°: Lat 23° 50'17.48" S Lon 46°3'1.04" W	75°: Lat 23° 51'31.32" S Lon 46°1'46.47" W	80°: Lat 23°53'0.28" S Lon 46°1'14.06" W	85°: Lat 23° 54'36.55" S Lon 46°1'41.78" W	90°: Lat 23°56'6.84" S Lon 46°1'26.87" W	95°: Lat 23° 57'34.77" S Lon 46°2'12.37" W	100°: Lat 23° 58'57.07" S Lon 46°2'55.4" W	105°: Lat 24°0'33.92" S Lon 46°2'20.26" W	110°: Lat 24°1'59.8" S Lon 46°2'49.69" W	115°: Lat 24°3'28.99" S Lon 46°3'13.08" W
120°: Lat 24°4'42.9" S Lon 46°4'12.54" W	125°: Lat 24°6'17.88" S Lon 46°4'35.52" W	130°: Lat 24°7'28.63" S Lon 46°5'41.31" W	135°: Lat 24°8'40.26" S Lon 46°6'45.96" W	140°: Lat 24°9'50.37" S Lon 46°7'54.21" W	145°: Lat 24°10'35.88" S Lon 46°9'24.57" W	150°: Lat 24°10'48.72" S Lon 46°1'13.43" W	155°: Lat 24°12'4.15" S Lon 46°12'22.06" W	160°: Lat 24°11'50.44" S Lon 46°14'14.88" W	165°: Lat 24°12'44.29" S Lon 46°15'38.26" W	170°: Lat 24°14'4.52" S Lon 46°17'2.82" W	175°: Lat 24°14'17" S Lon 46°18'46.5" W
180°: Lat 24°14'21.17" S Lon 46°2 0'30.98" W	185°: Lat 24°14'17" S Lon 46°2 2'15.47" W	190°: Lat 24°14'4.52" S Lon 46°23'59.15" W	195°: Lat 24°13'43.83" S Lon 46°2 5'41.24" W	200°: Lat 24°13'1.73" S Lon 46°27'15.6" W	205°: Lat 24°12'17.04" S Lon 46°28'46.51" W	210°: Lat 24°10'36.4" S Lon 46°29'40.72" W	215°: Lat 24°9'29.89" S Lon 46°30'46.62" W	220°: Lat 24°8'59.57" S Lon 46°32'20.91" W	225°: Lat 24°8'30.21" S Lon 46°34'4.97" W	230°: Lat 24°7'31.67" S Lon 46°35'24.64" W	235°: Lat 24°6'23.3" S Lon 46°36'34.97" W
240°: Lat 24°5'4.17" S Lon 46°3 7'29.96" W	245°: Lat 24°3'38.97" S Lon 46°38'12.45" W	250°: Lat 24°2'12.7" S Lon 46°38'51.35" W	255°: Lat 24°0'44.87" S Lon 46°39'26.87" W	260°: Lat 23°59'13.34" S Lon 46°39'48.84" W	265°: Lat 23°57'38.79" S Lon 46°39'41.31" W	270°: Lat 23°56'6.87" S Lon 46°39'19.53" W	275°: Lat 23°54'55.58" S Lon 46°35'27.66" W	280°: Lat 23°53'11.96" S Lon 46°38'36.43" W	285°: Lat 23°51'39.98" S Lon 46°38'40.45" W	290°: Lat 23°50'41.94" S Lon 46°36'47.9" W	295°: Lat 23°50'15.66" S Lon 46°34'15.66" W
300°: Lat 23°48'59.41" S Lon 46°34'1.33" W	305°: Lat 23°48'51.01" S Lon 46°31'52.53" W	310°: Lat 23°47'55.32" S Lon 46°31'12.24" W	315°: Lat 23°48'36.76" S Lon 46°38'43.99" W	320°: Lat 23°46'35.58" S Lon 46°39'15.64" W	325°: Lat 23°46'23.17" S Lon 46°37'58.33" W	330°: Lat 23°49'6.97" S Lon 46°24'56.67" W	335°: Lat 23°44'12.25" S Lon 46°36'35.53" W	340°: Lat 23°44'34.96" S Lon 46°25'6.53" W	345°: Lat 23°44'29.39" S Lon 46°35'55.47" W	350°: Lat 23°43'45.11" S Lon 46°22'37.4" W	355°: Lat 23°50'58.56" S Lon 46°21'0.59" W

Distância por radial											
0°: 9.59	5°: 11.65	10°: 23.22	15°: 20.58	20°: 9.59	25°: 9.59	30°: 9.59	35°: 9.59	40°: 9.59	45°: 9.59	50°: 9.59	55°: 17.5

60°: 27.03	65°: 29.52	70°: 31.57	75°: 32.89	80°: 33.18	85°: 32.01	90°: 32.3	95°: 31.13	100°: 30.25	105°: 31.86	110°: 31.86	115°: 32.3
120°: 31.86	125°: 32.89	130°: 32.74	135°: 32.89	140°: 33.18	145°: 32.74	150°: 31.42	155°: 32.59	160°: 30.98	165°: 31.86	170°: 33.76	175°: 33.76
180°: 33.76	185°: 33.76	190°: 33.76	195°: 33.76	200°: 33.33	205°: 33.03	210°: 30.98	215°: 30.25	220°: 31.13	225°: 32.45	230°: 32.89	235°: 33.18
240°: 33.18	245°: 33.03	250°: 33.03	255°: 33.18	260°: 33.18	265°: 32.59	270°: 31.86	275°: 25.42	280°: 31.13	285°: 31.86	290°: 29.37	295°: 25.71
300°: 26.44	305°: 23.51	310°: 23.66	315°: 19.7	320°: 23.07	325°: 22.05	330°: 15.01	335°: 24.39	340°: 22.78	345°: 22.34	350°: 20.58	355°: 9.59

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 18.05 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	135	Decreto	PR	26/04/1935	08/05/1938	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		25/11/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	74590	Decreto	PR	23/11/1974	24/11/1974	Renovação	Jurídico
1727741983	89007	Decreto	PR	16/11/1983	18/11/1983	Renovação	Jurídico
1727741983	799	Portaria	DMC	03/11/1986		Autoriza Equipamento	Técnico
1727741983	354	Portaria	DMC	16/07/1987		Enquadramento Plano Básico	Técnico
1727741983	467	Portaria	DMC	20/09/1988		Enquadramento Plano Básico	Técnico
291000012271988	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291000012271988	40919	Despacho	MC	04/09/1989		Multa	Jurídico
1727741982	405	Portaria	DMC	13/11/1992		Mudança de Local	Técnico
9999	47	Portaria	DMC	18/02/1993		Mudança de Local	Técnico
291001727741983	74	Portaria	DMC	04/05/1995		Substituição de Equipamento	Técnico

9999	140	Portaria	DMC	10/07/1995		Mudança de Local	Técnico
9999	60	Exposição de Motivos	PR	06/10/1995	16/10/1995	Transferência Indireta	Jurídico
508300005571993	000	Decreto	PR	12/12/1995	13/12/1995	Renovação	Jurídico
538300007601995	32	Portaria	MC	09/01/1996	30/01/1996	Multa	Jurídico
538300007441997	300197	Despacho	MC	30/01/1997	27/02/1997	Advertência	Jurídico
538300009141996	301097	Despacho	MC	30/10/1997	07/11/1997	Advertência	Jurídico
291001727741983	766	Portaria	DMC	10/11/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
538300014261997	46	Portaria	MC	18/07/2000	25/07/2000	Multa	Jurídico
538300000331997	420	Portaria	MC	29/05/2001	07/06/2001	Multa	Jurídico
538300015581998	620	Portaria	MC	26/12/2001	11/01/2002	Multa	Jurídico
535040130842004	47207	Ato	ER	14/10/2004	15/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
508300005571993	652	Decreto Legislativo	CN	22/06/2005	23/06/2005	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000113892006	251	Despacho	MC	14/12/2008		Advertência	Jurídico
530000561542007	771	Despacho	MC	14/10/2009		Advertência	Jurídico
9999	8	Portaria	MC	09/01/2013	11/01/2013	Multa	Jurídico
53500016614202091	2141	Ato	ORLE	16/04/2020		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000018555201488	112	Termo Aditivo	MC	27/09/2022	01/11/2022	Adaptação de Outorga	Jurídico
53500.006172/2023-17	9742366	Ato	ORLE	26/01/2023	01/02/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO ATLANTICA LTDA - ME				CNPJ 58199233000145
Nº DA ESTAÇÃO 1014740123	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 23° 56' 8.02" S	LONGITUDE 46° 20' 30.98" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO São João, nº 2500.	DISTRITO		
BAIRRO Morro São Bento	MUNICÍPIO Santos	UF SP	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 08/05/2028

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Santos UF: SP

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 97.3 MHz CANAL: 246

CLASSE: A2 COTA BASE DA TORRE: 158.5

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYU338

NOME FANTASIA: JOVEM PAN NEWS NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Santos

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Avenida Pedro Lessa BAIRRO: Embaré

MUNICÍPIO: Santos UF: SP

NUMERO: 1640 COMPLEMENTO: Conjunto 809

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: MTA Eletrônica Industrial Ltda. MODELO: FM10000S

CÓDIGO: 005730500518 POTÊNCIA: 10 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: IF Telecom MODELO: IFFMC-4-97.3-C

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: Polarização Circular - 4 ele

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 20 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

BEAM TILT: 0 graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS MODELO: HCA158-50J

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 17/03/2023 11:17:09

APLICAÇÃO

Emitido Em
03/03/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDIzNjQxNDc2NjRkNDNA5Mw==>



SRD - Licenciamento

Version 1.0

Canais

Solicitações

Canais Excluídos

Todos



+ RTV/RTVD Secundário

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar | Salvar Filtro/Ordenação

Ação	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Canal ↕	Frequência ↕	Classe ↕	Serviço ↕	Serviço ↕	Local Específico ↕	Finalidade ↕	Caráter ↕	Fase ↕	Município ↕	UF ↕
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	504437000	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	(Todas) ▼	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Editar dados da Outorga ▼ ▶	(FM-C4) Canal Licenciado	58199233000145	RADIO ATLANTICA LTDA	50443700028	247	97.3	A2	230	FM		Comercial	P	1	Santos	SP



BOM DIA

Renata Vieira Machado

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		58.199.233/0001-45									
RADIO ATLANTICA LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE IVO GONCALVES ROCHA	266.236.848-91	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	900	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos
RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA	271.792.868-50	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Santos
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santos
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	88000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	88000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Data: 07/02/2023 Hora: 11:01:34



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

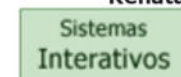
Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		266.236.848-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE IVO GONCALVES ROCHA	266.236.848-91	RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Indaiatuba
		RADIO EMISSORA ABC LTDA	57.512.410/0001-39	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Santo André
		RADIO EMISSORA ABC LTDA	57.512.410/0001-39	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santo André
		SISTEMA MAIOR DE COMUNICACAO LTDA	04.368.599/0001-71	Sócio	140	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Junqueirópolis
		SISTEMA MAIOR DE COMUNICACAO LTDA	04.368.599/0001-71	Sócio	140	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Elisiário
		RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Sócio	3683	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Indaiatuba
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	900	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos
		RADIO EMISSORA ABC LTDA	57.512.410/0001-39	Sócio	40000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santo André
		RADIO EMISSORA ABC LTDA	57.512.410/0001-39	Sócio	40000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santo André

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Data: 07/02/2023 Hora: 11:01:44



BOM DIA
Renata Vieira Machado



Menu Principal ▾



SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		271.792.868-50									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA	271.792.868-50	RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Santos
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	SP	Santos
		AMPLA RADIODIFUSAO LTDA	56.300.288/0001-74	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Amparo
		RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Diretor (SÓCIO ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Indaiatuba
		RADIO MODELO FM LTDA	60.480.498/0001-69	Sócio	63683	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Indaiatuba
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	88000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos
		RADIO ATLANTICA LTDA	58.199.233/0001-45	Sócio	88000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	Santos
		AMPLA RADIODIFUSAO LTDA	56.300.288/0001-74	Sócio	129000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Amparo

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado Data: 07/02/2023 Hora: 11:02:37



 **Menu Principal** ▾**BOM DIA**
Renata Vieira Machado**Sistemas**
InterativosSIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	58.199.233/0001-45

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado****Data:** **07/02/2023****Hora:** **11:03:29**



 **Menu Principal** ▼**BOM DIA**
Renata Vieira Machado**Sistemas**
InterativosSIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	RÁDIO ATLÂNTICA

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado****Data:** **07/02/2023****Hora:** **11:03:51**

 **Menu Principal** ▼**BOM DIA**
Renata Vieira Machado**Sistemas**
Interativos Dados da consulta ConsultaSIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	RADIO ATLANTICA

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado****Data:** **07/02/2023****Hora:** **11:04:15**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO ATLANTICA LTDA - ME**

CNPJ: **58.199.233/0001-45**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:05:20 do dia 07/02/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/03/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35206488598		23/10/1953	23/10/1953				
NOME COMERCIAL					TIPO JURÍDICO		
RADIO ATLANTICA LTDA.					SOCIEDADE LIMITADA		
C.N.P.J.		ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO		
58.199.233/0001-45		AVENIDA PEDRO LESSA		1640	CONJ.809		
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL	
	SANTOS		SP		R\$	88.900,00	

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO						
NOME						
JOSE IVO GONCALVES ROCHA						
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO		
RUA RUI BARBOSA			255	APT 92		
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	RG	
JARDIM BELA VISTA	SANTO ANDRE		SP	09190-370	364423444	
CPF	CARGO	QUANTIDADE COTAS				
266.236.848-91	SÓCIO	900,00				

SÓCIO E ADMINISTRADOR						
NOME						
RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA						
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO		
RUA GUARAU			30			
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	RG	
VILA GILDA	SANTO ANDRE		SP	09190-220	301585179	
CPF	CARGO	QUANTIDADE COTAS				
271.792.868-50	SÓCIO E ADMINISTRADOR	88.000,00				

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA	NÚMERO	
29/12/2022	1.005.526/22-9	
ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO DATADA DE: 22/12/2022, OUTORGADA POR: GUILHERME LEVY GARISIO SARTORI, DOC: 35206488598, PARA: GUILHERME LEVY GARISIO SARTORI EST.CIVIL CASADO(A), CPF:31775958876, RG: 32570008-4, UF: SP, DOMICILIADO (A) A: RUA LACEDEMONIA, 587, 104-A, JARDIM BRASIL (ZONA, SAO PAULO, SP, CEP 04634020, COM PODERES		

DE CITAÇÃO, PRAZO: DETERMINADO, COM VALIDADE ATE: 21/12/2026

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35206488598
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 07/02/2023



Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 193222496, terça-feira, 7 de fevereiro de 2023 às 11:09:03.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
58.199.233/0001-45
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
08/09/1966

NOME EMPRESARIAL
RADIO ATLANTICA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
RADIO ATLANTICA

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
AV PEDRO LESSA

NÚMERO
1640

COMPLEMENTO
SALA 809

CEP
11.025-971

BAIRRO/DISTRITO
EMBARE

MUNICÍPIO
SANTOS

UF
SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO
RADIOABCAM@UOL.COM.BR

TELEFONE
(11) 4435-9000

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/02/2023** às **11:11:15** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO ATLANTICA LTDA
CNPJ: 58.199.233/0001-45

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:11:56 do dia 07/02/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/08/2023.

Código de controle da certidão: **B905.E339.D5F5.5749**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado
de São Paulo**

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 58.199.233/0001-45

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23020286146-37

Data e hora da emissão 07/02/2023 11:14:23

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 58.199.233

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 43776470

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 07/02/2023 11:15:23

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 58.199.233/0001-45
Razão Social: RADIO ATLANTICA AM LTDA
Endereço: AV PEDRO LESSA 1640 CONJ 808 E 809 / PONTA DA PRAIA / SANTOS / SP / 11025-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/01/2023 a 18/02/2023

Certificação Número: 2023012001124976449676

Informação obtida em 07/02/2023 11:20:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO ATLANTICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 58.199.233/0001-45
Certidão nº: 5484955/2023
Expedição: 07/02/2023, às 11:22:08
Validade: 06/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO ATLANTICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **58.199.233/0001-45**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Menu Principal ▾

BOA TARDE
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | tela | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

UF: SP	Município: Santos			
Entidade	Município	Data Outorga	Validade	
CBS COMUNICACOES BRASIL SAT LTDA	Santos			
CBS COMUNICACOES BRASIL SAT LTDA	Santos			
CBS COMUNICACOES BRASIL SAT LTDA	Santos			
RADIO ATLANTICA LTDA	Santos			
RADIO ATLANTICA LTDA	Santos			
RADIO DIFUSORA CACIQUE LTDA	Santos	01/05/1984	01/05/1994	
RADIO DIFUSORA CACIQUE LTDA	Santos			
SOCIEDADE RADIO UNIVERSAL LTDA	Santos			

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado** Data: **08/02/2023** Hora: **15:41:56**

Registro **1** até **8** de **8** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 644, DE 2005**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE MAETINGA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maetinga, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 204, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural e Social de Maetinga a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maetinga, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 645, DE 2005**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO, AMIGOS DA CIDADE DE JACAREZINHO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 442, de 28 de agosto de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico, Amigos da Cidade de Jacarezinho a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 646, DE 2005**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EM DEFESA DO DESENVOLVIMENTO DE WANDERLEY - ADWAN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Wanderley, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 481, de 22 de setembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária em Defesa do Desenvolvimento de Wanderley - ADWAN a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Wanderley, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 647, DE 2005**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ITABAIANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Seca, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 418, de 14 de agosto de 2003, que outorga permissão à Rádio Itabaiana

FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Seca, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 648, DE 2005**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL SÃO JUDAS TADEU para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.791, de 6 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 649, DE 2005**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SAÚDE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saúde, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.159, de 16 de outubro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Saúde a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saúde, Estado da Bahia, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 650, DE 2005**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS AMIGOS DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ - ACANEP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança do Piriá, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.763, de 2 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá - ACANEP a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança do Piriá, Estado do Pará, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 651, DE 2005**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM RAINHA DE SENHOR DO BONFIM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 624, de 24 de outubro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de novembro de 1996, a permissão outorgada à Rádio FM Rainha de Senhor do Bonfim Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 652, DE 2005**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO ATLÂNTICA DE SANTOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 12 de dezembro de 1995, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Atlântica de Santos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 653, DE 2005**

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO PARANAPANEMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraju, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de maio de 1997, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de julho de 1992, a concessão da Rádio Paranapanema Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraju, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de junho de 2005
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 654, DE 2005**

Aprova o ato que renova a concessão da FUNDAÇÃO ROBERTO RABELLO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de julho de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 22 de setembro de 1992, a concessão da Fundação Roberto Rabello de

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.180, de 10 de novembro de 1995.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 1995; 174ª da Independência e 107ª da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
Pedro Pullen Parente

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1995

Renova a concessão da Rádio Atlântica de Santos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50830.000557/93,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão deferida à Rádio Atlântica de Santos Ltda. pelo Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, renovada pelo Decreto nº 89.007, de 16 de novembro de 1983, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão em onda média, na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 1995; 174ª da Independência e 107ª da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
Sérgio Motta

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1995

Autoriza o funcionamento do curso de Comunicação Social das Faculdades Integradas Santana, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, de acordo com o disposto nos arts. 47, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, 6º, da Lei nº 131, de 24 de novembro de 1995, e 15 do Decreto nº 1.303, de 8 de novembro de 1994, na redação dada pelo Decreto nº 1.334, de 8 de dezembro de 1994, e conforme consta do Processo nº 23001.000308/94-31, do Ministério da Educação e do Desporto,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, a ser ministrado pelas Faculdades Integradas Santana, mantidas pelo Instituto Santanense de Ensino Superior, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 1995; 174ª da Independência e 107ª da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
Paulo Renato Souza

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1995

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de serviço administrativo, em favor da Centrais Elétricas de Goiás S.A. - CELG, a área de terra que menciona.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe

conferir o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na alínea "c" do art. 151 do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, e no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de instituição de serviço administrativo, em favor da Centrais Elétricas de Goiás S.A. - CELG, a área de terra situada na faixa de quinze metros de largura, tendo como eixo a linha de transmissão denominada LT Planaltina (DF) - Planaltina (GO), em 138 kV, com origem na subestação Planaltina (DF) e término na subestação Planaltina (GO), localizada em Planaltina, Distrito Federal e Município de Planaltina, Estado de Goiás, necessária à passagem da linha de transmissão, conforme projeto e planta constantes do Processo nº 48000.004224/93-53.

Art. 2º Fica reconhecida a conveniência de instituição da servidão administrativa de que trata este Decreto, podendo a Concessionária praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção da linha de transmissão de energia elétrica e linhas telegráficas ou telefônicas auxiliares, bem como suas possíveis alterações ou reconstruções, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área da servidão constituída, desde que não haja outra via praticável.

Art. 3º Os proprietários da área de terra referida no art. 1º limitarão o seu uso e gozo ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, em consequência, de praticar, dentro dela, quaisquer atos que a embaracem ou lhe causem danos, incluídos entre eles os de fazer construções ou plantações de elevado porte.

Art. 4º Fica a Concessionária autorizada a promover, com recursos próprios, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista neste Decreto, amigável ou judicialmente, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 1995; 174ª da Independência e 107ª da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
Raimundo Brito

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1995

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de serviço administrativo, em favor da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, a área de terra que menciona.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na alínea "c" do art. 151 do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, regulamentado pelo Decreto nº 35.851, de 16 de julho de 1954, e no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de instituição de serviço administrativo, em favor da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, a área de terra situada na faixa variável de 4,70 m a 15,00 m de largura, tendo como eixo a linha de transmissão denominada Manaus I / Seringal Mirim, em 69 kV, com origem na subestação Manaus I e término na subestação Seringal Mirim, localizada no Município de Manaus, Estado do Amazonas, necessária à passagem da linha de transmissão, conforme projeto e planta constantes do Processo nº 48100.003124/95-25.

Art. 2º Fica reconhecida a conveniência de instituição da servidão administrativa de que trata este Decreto, podendo a Concessionária praticar todos os atos de construção, manutenção, conservação e inspeção da linha de transmissão de energia elétrica e linhas telegráficas ou telefônicas auxiliares, bem como suas possíveis alterações ou reconstruções, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área da servidão constituída, desde que não haja outra via praticável.

Art. 3º Os proprietários da área de terra referida no art. 1º limitarão o seu uso e gozo ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, em consequência, de praticar, dentro dela, quaisquer atos que a embaracem ou lhe causem danos, incluídos entre eles os de fazer construções ou plantações de elevado porte.

Art. 4º Fica a Concessionária autorizada a promover, com recursos próprios, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista neste Decreto, amigável ou judicialmente, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 1995; 174ª da Independência e 107ª da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
Raimundo Brito

D.O. 4. 18.11.83



189/2

Decreto n.º 89.007, de 16 de novembro de 19 83

Renova por 10 (dez) anos as concessões outorgadas às entidades relacionadas em anexo para explorarem serviços de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **Presidente da República**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 89, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 69, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos MC nºs 121.427/83, 121.781/83, 80.601/83, 172.699/83, 70.986/83, 80.608/83, 172.774/83 e 71.097/83, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, renovadas, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1983, as concessões outorgadas às entidades relacionadas nesse artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para explorarem, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

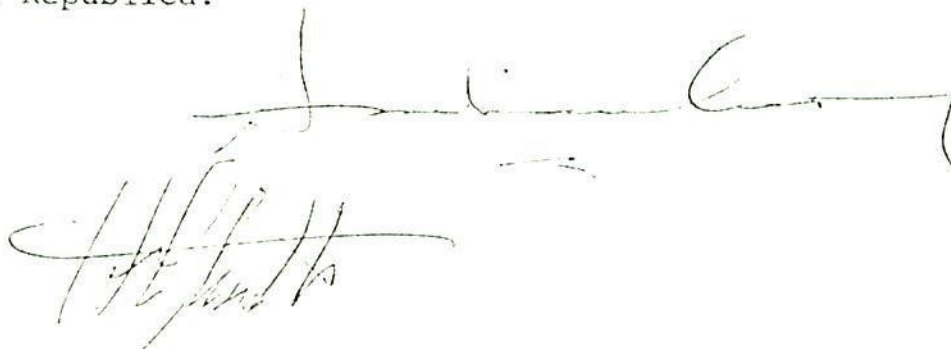
- Ato de Outorga: Decreto nº 45.525, de 3 de março de 1959.
- Entidade: Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda.
- Cidade: Erechim
- Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Decreto nº 47.229, de 13 de novembro de 1959.
- Entidade: Rádio Sociedade Difusora "A Voz de Bagé" Ltda.
- Cidade: Bagé
- Unidade da Federação: Rio Grande do Sul.
- Ato de Outorga: Decreto nº 37.336, de 12 de maio de 1955.
- Entidade: Rádio e Televisão Cultura S/A.
- Cidade: Florianópolis
- Unidade da Federação: Santa Catarina.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 674, de 16 de agosto de 1954.
- Entidade: Fundação Nossa Senhora Aparecida.
- Cidade: Cruzeiro
- Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Decreto nº 38.070, de 12 de outubro de 1955.
- Entidade: Rádio Cultura de Maringá Ltda.
- Cidade: Maringá
- Unidade da Federação: Paraná.

- Ato de Outorga: Decreto nº 443, de 22 de novembro de 1935.
- Entidade: Rádio Clube de Blumenau Ltda.
- Cidade: Blumenau
- Unidade da Federação: Santa Catarina.
- Ato de Outorga: Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935. ✓
- Entidade: Rádio Atlântica de Santos Ltda.
- Cidade: Santos
- Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Decreto nº 850, de 6 de abril de 1962.
- Entidade: Rádio Jaguariaíva Ltda.
- Cidade: Jaguariaíva
- Unidade da Federação: Paraná.

Parágrafo Único - A execução do serviço de radiodifusão sonora, cujas outorgas são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 83.066, de 23 de janeiro de 1983, às quais as entidades aderiram previamente.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF., 16 de novembro de 1983; 162º da Independência e 95º da República.



vereiro de 1973, às quais a emissora aderiu, mediante termo.

Art. 2º O Departamento Nacional de Telecomunicações fixará, através de portaria, as características técnicas segundo as quais deverá ser executado o serviço objeto desta renovação, bem como, se necessário, o prazo para adaptação às características estabelecidas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1974; 153ª da Independência e 36ª da República.

ERNESTO GEISEL

Euclydes Quandt de Oliveira

DECRETO Nº 74.586 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1974

Renova por 10 (dez) anos a concessão outorgada à Rádio Ribeirão Preto Ltda., atual Rádio Ribeirão Preto S. A., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 82, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 6º, da Lei nº 5.765, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 3.761/73, decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 71.136, de 23 de setembro de 1972, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1973, a concessão outorgada pelo Decreto nº 35.872, de 13 de abril de 1954, publicado no Diário Oficial da União de 28 subsequente, à Rádio Ribeirão Preto Ltda., atual Rádio Ribeirão Preto S. A., para executar, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical.

Art. 2º A execução do serviço público, cuja outorga é renovada pelo presente Decreto, reger-se-á de conformidade com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, com as cláusulas aprovadas pelo Decreto nº 71.825, de 8 de fevereiro de 1973, às quais a emissora aderiu, mediante termo.

Art. 2º O Departamento Nacional de Telecomunicações fixará, através de portaria, as características técnicas segundo as quais deverá ser executado o serviço objeto desta renovação, bem como, se necessário, o prazo para adaptação às características estabelecidas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1974; 153ª da Independência e 36ª da República.

ERNESTO GEISEL

Euclydes Quandt de Oliveira

DECRETO Nº 74.587 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1974

Renova por 10 (dez) anos a concessão outorgada à Rádio Emissora Condição de Ita S. A., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Ita, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 82, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 6º, da Lei nº 5.765, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o que

consta do Processo MC nº 11.739/73, decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 71.136, de 23 de setembro de 1972, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1973, a concessão outorgada pelo Decreto nº 27.367, de 31 de dezembro de 1946, publicado no Diário Oficial de 8 de janeiro de 1947, à Rádio Emissora Condição de Ita S. A., para executar, na cidade de Ita, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional.

Art. 2º A execução do serviço público, cuja outorga é renovada pelo presente Decreto, reger-se-á de conformidade com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, com as cláusulas aprovadas pelo Decreto nº 71.825, de 8 de fevereiro de 1973, às quais a emissora aderiu, mediante termo.

Art. 2º O Departamento Nacional de Telecomunicações fixará, através de portaria, as características técnicas segundo as quais deverá ser executado o serviço objeto desta renovação, bem como, se necessário, o prazo para adaptação às características estabelecidas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1974; 153ª da Independência e 36ª da República.

ERNESTO GEISEL

Euclydes Quandt de Oliveira

DECRETO Nº 74.588 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1974

Renova por 10 (dez) anos a concessão outorgada à Rádio Municipal de Araguaia Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Araguaia, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 82, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 6º, da Lei nº 5.765, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 9.866/73, decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 71.136, de 23 de setembro de 1972, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1973, a concessão outorgada pelo Decreto nº 27.366, de 3 de janeiro de 1950, publicado no Diário Oficial da União de 8 subsequente, à Rádio Municipal de Araguaia Ltda., para executar, na cidade de Araguaia, Estado de Minas Gerais, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional.

Art. 2º A execução do serviço público, cuja outorga é renovada pelo presente Decreto, reger-se-á de conformidade com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, com as cláusulas aprovadas pelo Decreto nº 71.825, de 8 de fevereiro de 1973, às quais a emissora aderiu, mediante termo.

Art. 2º O Departamento Nacional de Telecomunicações fixará, através de portaria, as características técnicas segundo as quais deverá ser executado o serviço objeto desta renovação, bem como, se necessário, o prazo para adaptação às características estabelecidas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1974; 153ª da Independência e 36ª da República.

ERNESTO GEISEL

Euclydes Quandt de Oliveira

DECRETO Nº 74.589 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1974

Renova por 10 (dez) anos a concessão outorgada ao Governo do Estado de Minas Gerais — Rádio Independência para que a Fundação Pádua Calogeras — Universidade Mineira de Rádio e TV Educadora passe a executar serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 82, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 6º, da Lei nº 5.765, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 20.473/73, decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 71.136, de 23 de setembro de 1972, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1973, a outorga deferida pela Portaria nº 544, de 16 de outubro de 1940, publicada no Diário Oficial da União de 17 subsequente, ao Governo do Estado de Minas Gerais — Rádio Independência para que a Fundação Pádua Calogeras — Universidade Mineira de Rádio e TV Educadora passe a executar, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda curta.

Art. 2º A execução do serviço público, cuja outorga é renovada pelo presente Decreto, reger-se-á de conformidade com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, com as cláusulas aprovadas pelo Decreto nº 71.825, de 8 de fevereiro de 1973, às quais a emissora aderiu, mediante termo.

Art. 2º O Departamento Nacional de Telecomunicações fixará, através de portaria, as características técnicas segundo as quais deverá ser executado o serviço objeto desta renovação, bem como, se necessário, o prazo para adaptação às características estabelecidas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1974; 153ª da Independência e 36ª da República.

ERNESTO GEISEL

Euclydes Quandt de Oliveira

DECRETO Nº 74.590 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1974

Renova por 10 (dez) anos a concessão outorgada à Rádio Atlântica de Santos Ltda., ex-Sociedade Rádio Atlântica, para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 82, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 6º, da Lei nº 5.765, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 1.262/73, decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 71.136, de 23 de setembro de 1972, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1973, a

concessão outorgada pelo Decreto nº 135, de 26 de abril de 1934, publicado no Diário Oficial da União de 1º de maio do mesmo ano, à Rádio Atlântica, posteriormente incorporada a denominar-se Rádio Atlântica de Santos Ltda., através da Portaria nº 136, de 30 de março de 1935, publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 1935, para executar, na cidade de Santos, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional.

Art. 2º A execução do serviço público, cuja outorga é renovada pelo presente Decreto, reger-se-á de conformidade com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, com as cláusulas aprovadas pelo Decreto nº 71.825, de 8 de fevereiro de 1973, às quais a emissora aderiu, mediante termo.

Art. 2º O Departamento Nacional de Telecomunicações fixará, através de portaria, as características técnicas segundo as quais deverá ser executado o serviço objeto desta renovação, bem como, se necessário, o prazo para adaptação às características estabelecidas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1974; 153ª da Independência e 36ª da República.

ERNESTO GEISEL

Euclydes Quandt de Oliveira

DECRETO Nº 74.591 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1974

Renova por 10 (dez) anos a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Variguiha Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Variguiha, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 82, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 6º, da Lei nº 5.765, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 719/73, decreta:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 71.136, de 23 de setembro de 1972, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1973, a concessão outorgada pelo Decreto nº 31.431, de 25 de agosto de 1957, publicado no Diário Oficial da União de 13 de setembro do mesmo ano, à Sociedade Rádio Clube de Variguiha Ltda., para executar, na cidade de Variguiha, Estado de Minas Gerais, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional.

Art. 2º A execução do serviço público, cuja outorga é renovada pelo presente Decreto, reger-se-á de conformidade com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, com as cláusulas aprovadas pelo Decreto nº 71.825, de 8 de fevereiro de 1973, às quais a emissora aderiu, mediante termo.

Art. 2º O Departamento Nacional de Telecomunicações fixará, através de portaria, as características técnicas segundo as quais deverá ser executado o serviço objeto desta renovação, bem como, se necessário, o prazo para adaptação às características estabelecidas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1974; 153ª da Independência e 36ª da República.

ERNESTO GEISEL

Euclydes Quandt de Oliveira

Art. 212. Ficam mantidos no Districto Federal os cartórios privativos actualmente existentes.

Art. 213. Regular-se-ão por lei especial as eleições dos representantes de classes.

Art. 214. A apuração das eleições municipais reger-se-á pelas disposições deste Código em tudo que que lhe seja applicavel.

Art. 215. As eleições para cargos de justiça de paz electiva, onde esta existir, serão apuradas pelas juntas de que trata o art. 43.

Art. 216. Este Código entrará em vigor trinta dias depois de publicado.

Art. 217. Ficam revogadas todas as disposições concernentes á materia eleitoral, mantidos, entretanto, os cargos e respectivos vencimentos até hoje legalmente creados, desde que não prejudicados por dispositivos deste Código.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 1.º Os eleitores já alistados continuarão a exercer o direito de voto, em quaesquer eleições, nos seus actuaes domicilios eleitoraes, ressalvado o direito de requererem transferencia do titulo para o logar onde tiverem domicilio civil.

Art. 2.º Este Código não se applica ao processo e aos actos eleitoraes, decorrentes do pleito de 14 de outubro ultimo.

Camara dos Deputados, de abril de 1935.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS

Vicente Rão.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 100 — DE 25 DE MARÇO DE 1935

Concede inspecção preliminar á Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Campinas, Estado de São Paulo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Resolve, na conformidade do disposto no art. 11 do decreto n. 20.479, de 6 de julho de 1931, com a redacção que lhe deu o art. 1.º do decreto n. 23.548, de 5 de dezembro de 1933, conceder inspecção preliminar á Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Campinas, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

(C — 2.871 — 7-5-935 — 188100)

DECRETO N. 135 — DE 26 DE ABRIL DE 1935

Concede autorização á Sociedade Radio Atlantica, para estabelecer uma estação radiodifusora

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Radio Atlantica, com sede na cidade de Santos (Estado de São Paulo), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 4 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934.

Decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Sociedade Radio Atlantica, com sede na cidade de Santos (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diário Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1935, 114.º da Independencia e 47.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

Clausulas a que se refere o decreto n. 135, desta data

I

Fica assegurado á Sociedade Radio Atlantica o direito de estabelecer, na cidade de Santos (Estado de São Paulo), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovável, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabilisa por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no mínimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funcções effectivas da administração;

b) admitir, exclusivamente, operadores e speakers brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no mínimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radio-communicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço, em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regime de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe em qualquer tempo todas as informações que permittam ao Governo apresentar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipais applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmitir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do Governo o local escolhido para a montagem da estação;

l) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo as plantas, orçamentos e todas as especificações chincas das installações, inclusive a relação minuciosa material a empregar;

m) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

n) submeter-se á resalva de direito da União e todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação qualquer debito para com ella;

01

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Por decreto de 29 de abril findo foi nomeado o bacharel Oswaldo Bulcão Vianna para o lugar de substituto do juiz federal na Secção de Santa Catharina, por tempo de seis annos, na forma da lei.

— Por decretos de 29 de abril ultimo:

Foram reformados na Policia Militar do Districto Federal:

No posto e com o soldo de cabo de esquadra, os soldados Manoel Claudio Dias e Manoel Maria de Mello Sobrinho.

Foram concedidas na Policia Militar do Districto Federal as seguintes medalhas e passadores:

Ao tenente-coronel Alfredo Candido Castello Branco, a medalha de ouro, com passadores de ouro e prata, em substituição á de prata, com passador de ouro, que já possui;

Ao 2º tenente Maximiano de Araujo Lins, a medalha de ouro e prata, em substituição á de prata com passador de ouro, que já possui;

Aos terceiros sargentos João Corrêa da Silva e Arlindo Gomes de Almeida e Silva e ao anseçada graduado Arthur da Costa Guimarães, a medalha de prata com passador do mesmo metal;

Ao 3º sargento Antonio Fernandes Gurgel e ao soldado Joaquim Waldevino de Carvalho, a medalha de bronze, sem passador;

Ao anseçada graduado Paulino Barbosa Guimarães, a medalha de bronze, com passador do mesmo metal;

Ao soldado Pedro Soares de Lima, a medalha de prata com passador de ouro.

Foram nomeados na Policia Civil do Districto Federal: O official de justiça interino Antonio Domingues da Silva para exercer em caracter effectivo o mesmo cargo.

Para a Inspectoria do Trafego:

Foi promovido, por merecimento, a guarda de 1ª classe, o de 2ª classe, Pedro Jacintho da Silva Junior;

Foram nomeados guardas de 2ª classe, o guarda de 2ª classe da Inspectoria da Guarda Civil, Arnaldo Jardim Kobylinski e Joel da Luz.

Na Inspectoria de Policia Maritima e Aerea:

Foi promovido, por antiguidade, a agente de 2ª classe, o de 3ª classe Antonio Padua da Costa Pereira;

Foram nomeados o agente de 3ª classe interino Theophilo da Silva Graça, para exercer, em caracter effectivo, o mesmo cargo; o servente Heitor Penna, para exercer interinamente, o cargo de marinheiro da mesma Inspectoria, durante o impedimento do effectivo José Fróes; o marinheiro José Fróes, para exercer, interinamente, o cargo de agente de 3ª classe da mesma Inspectoria, durante o impedimento do effectivo Pedro Leon Bessil, licenciado.

Na Inspectoria da Guarda Civil:

Foram promovidos, por antiguidade, a guardas de 1ª classe, os de 2ª classe, Antonio da Costa Magalhães, Bernardino José de Souza, Boaventura de Siqueira Costa, Ernesto Tavares de Oliveira, José Camaz, José João Gonçalves, Pericles de Oliveira Serva, Theodomiro Guedes e Waldemar Manoel de Castro;

Foram promovidos, por merecimentos, a primeiros fiscaes, os segundos fiscaes Carlos da Silva Verissimo, Aristoteles Alves de Macedo; a guardas de 1ª classe, os de 2ª classe, Armando José da Rocha, Antonio Abel, Antonio José de Miranda Cunha, Edgard da Conceição, Francisco Alves dos Santos, Manoel Florentino de Siqueira, Oldemar da Silva Chuva e Raphael do Nascimento;

Foram nomeados guardas de 2ª classe, em virtude de concurso, Alfredo Reis Ribeiro, Alzemiro Nunes, Alberto de Oliveira, Altaor Fernandes da Silva, Aly da Silva Esperança, Celestino Paulo de Oliveira, Ernesto da Cunha Salgado, Guilherme Gomes de Oliveira, José Pereira de Azevedo, José Couto Domingues, José Petrucci, Julio Silva, Josemar da Silva Brasil, Moacyr de Castro, Manoel Fernandez Sanchez, Maury dos Santos, Nelson Costa Amaral, Oswaldo da Cruz Senna, Pedro de Mendonça e Walter Martins de Sá.

— Por decreto de 29 de abril de 1935, foi exonerado, na conformidade da letra B do art. 6 do decreto n. 20.348, de 29 de agosto de 1931, Eurico Salgado Duarte do cargo de membro do Conselho Consultivo do Estado do Ceará.

— Por outros da mesma data, e nos termos dos arts. 1º e 4º do decreto n. 20.348, de 29 de agosto de 1931, foram nomeados membros do Conselho Consultivo do Estado do Ceará: Bento Lousada Gonçalves, Dr. Estevão Moêsa e Luiz Pontes Vieira.

n) submeter-se á reserva de que a frequência distribuida a sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará feita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre a frequência o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções regulamentos internacionais, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que tenham ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, os estatutos sem prévia approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, e a eficiencia necessaria e de accordo com as prescripções técnicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de cinco (5) kilometros do centro da cidade.

VI

No regime de fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, estripturação e tudo que se tornar necessario á essa fiscalização.

VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapheo unico. A importancia de qualquer multa recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade publica e requisições militares.

IX

A concessão será caduca, para todos os effectos, sem direito a qualquer indemnização:

1) el, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas a, b, c, d, i, in-fine, j, k, e da clausula III;

2) el não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, as contribuições a que se refere a alínea e da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

3) el, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e prohibidos pela legislação que reger a materia.

4) 1º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) el, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, por motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) el a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

5) 2º A concessão será considerada perempta si o Governo julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1935. — *Marques dos Reis*.

RECTIFICAÇÃO

A letra b da clausula IX do decreto n. 113, de 5 de abril de 1935 publicado a fls. 8.754 do *Diario Official* de 3 do corrente tem a seguinte redacção, de accordo com o original:

3) el não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, as contribuições a que se refere a alínea e da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII."

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE
SOCIEDADE LIMITADA, DENOMINADA RÁDIO ATLÂNTICA AM
LTDA**

NIRE Nº 35.206.488.598

- **MUDANÇA DA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE**
- **ALTERAÇÃO NO ENDEREÇO DA SEDE DA SOCIEDADE E
EXTINÇÃO DE FILIAIS**
- **CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS**
- **ADAPTAÇÃO À LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 –
PARTE ESPECIAL – LIVRO II – DO DIREITO DE EMPRESA –
TÍTULO II – DA SOCIEDADE – CAPÍTULO IV – DA
SOCIEDADE LIMITADA, BEM COMO À LEI Nº 10.610, DE 20
DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL
DA UNIÃO, EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, SEÇÃO 1,
COM CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO
SOCIAL**

I - PREÂMBULO

Pelo presente instrumento particular, **JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES**, brasileiro, separado judicialmente, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, na Avenida Adhemar de Barros, 280 – Conj. 05, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.886.924-SSP/SP e CPF nº 842.295.868-68 e **SYLVIA MAURA SOLLITTO DE OLIVEIRA**, brasileira, separada judicialmente, comunicadora visual, residente e domiciliada na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, na Avenida Adhemar de Barros, 280 – conj. 05, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.895.349-SSP/SP e CPF/MF nº 048.083.088-60, únicos sócios componentes da **RÁDIO ATLÂNTICA AM LTDA**, sociedade limitada, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Pedro Lessa, 1640 – conjuntos 808/809, inscrita no CNPJ/MF sob nº 58.199.233/0001-45, com Instrumento de Contrato Social arquivado na JUCESP sob nº 159.824, em sessão de 23 de outubro de 1953 e última alteração contratual registrada sob nº 113.204/03-6, em sessão de 09 de junho de 2003, e ainda na qualidade de novo sócio, **RODRIGO CELSO**

GONÇALVES ROCHA, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Guaraú, 30 – Vila Gilda, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.158.517-9-SSP/SP e CPF/MF nº 271.792.868-50, resolvem, de comum e pleno acordo, alterar o contrato social, deliberando e convencionando o seguinte:

II - DELIBERAÇÕES

II.1 – MUDANÇA DA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA SOCIEDADE

II.1.1 – A sociedade que se denominava **RÁDIO ATLÂNTICA AM LTDA**, passa a denominar-se **RÁDIO ATLÂNTICA LTDA**.

II.2 – ALTERAÇÃO NO ENDEREÇO DA SEDE DA SOCIEDADE E EXTINÇÃO DE FILIAIS

II.2.1 – A Sociedade que mantém sua sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Pedro Lessa, 1640 – conjuntos 808/809 e filiais na Avenida Adhemar de Barros, 280 – conjunto 5, na cidade de Guarujá – SP e Avenida Braz Leme, 2317 – São Paulo - SP, continua a manter sua sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Pedro Lessa, 1640, extinguindo o conjunto 808, permanecendo apenas o conjunto 809.

Procede-se neste ato a EXTINÇÃO das filiais na Av Dr. Adhemar de Barros, 280-cj5-VI Sto Antonio CEP: 11430-000, Guarujá, SP, com NIRE nº 35.901.383.014 de 30/09/1991, e Av Braz Leme, 2317, Santana, CEP 02022-010, Município de São Paulo-SP, com o NIRE nº 35.901.368.741 de 30/09/1991.

II.2.2 – Em decorrência da mudança da denominação social, da alteração do endereço da sede e da extinção das filiais, fica modificada a Cláusula I do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA I

A Sociedade girará sob a denominação social de **RÁDIO ATLÂNTICA LTDA**, tendo sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Pedro Lessa, 1640 – sala 809”.

II.3 - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

II.3.1 – O cotista **JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES**, possuidor de 88.899 (oitenta e oito mil, oitocentas e noventa e nove) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando a importância de R\$

88.899,00 (oitenta e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais), cede e transfere a **RODRIGO CELSO GONÇALVES ROCHA**, que ora ingressa na sociedade, 44.449 (quarenta e quatro mil, quatrocentas e quarenta e nove) cotas, totalizando a importância de R\$ 44.449,00 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove reais), dando o cotista cedente, plena, raza e total quitação;

II.3.2 – A cotista **SYLVIA MAURA SOLLITTO DE OLIVEIRA**, possuidora de 1 (uma) cota, no valor de R\$ 1,00 (hum real), retira-se da sociedade, cedendo e transferindo sua cota a **RODRIGO CELSO GONÇALVES ROCHA**, que ora ingressa na sociedade, dando a cotista cedente, plena, raza e total quitação;

II.3.3 – Em decorrência da presente cessão e transferência de cotas, fica modificada a Cláusula IV do Contrato Social, que passa a obedecer à seguinte redação:

“CLÁUSULA IV

O Capital Social é de R\$ 88.900,00 (oitenta e oito mil e novecentos reais), representado por 88.900 (oitenta e oito mil e novecentas) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, subscrito e totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR – R\$
JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES	44.450	R\$ 44.450,00
RODRIGO CELSO GONÇALVES ROCHA	44.450	R\$ 44.450,00
TOTAIS	88.900	R\$ 88.900,00

PARÁGRAFO ÚNICO

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

II.4 – ADAPTAÇÃO À LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 – PARTE ESPECIAL – LIVRO II – DO DIREITO DE EMPRESA – TÍTULO II – DA SOCIEDADE – CAPÍTULO IV – DA SOCIEDADE LIMITADA, BEM COMO À LEI Nº 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, SEÇÃO 1, COM CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO SOCIAL

II.4.1 – Face aos novos comandos dimanantes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Parte Especial – Livro II – Do Direito de Empresa – Título II – Da Sociedade – Capítulo IV – Da Sociedade Limitada, e tendo em vista a promulgação da Lei nº 10.610 de 20 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União, edição de 23 de dezembro de 2002 – Seção 1 – página 2, cujo teor dá nova redação ao parágrafo 4º do artigo 222 da Constituição Federal, bem como altera os artigos 38 e 64 da Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962, o parágrafo 3º do artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e dá outras providências, resolvem os atuais sócios da **RÁDIO ATLÂNTICA LTDA**, consolidar e unificar, num só instrumento, as cláusulas de seu contrato social, ficando o compromisso assim redigido:

CONTRATO SOCIAL

RÁDIO ATLÂNTICA LTDA

JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES

Brasileiro, separado judicialmente, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de Guarujá, Estado de São Paulo, na Avenida Adhemar de Barros, 280 – Conj. 05, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.886.924-SSP/SP e CPF nº 842.295.868-68 e

RODRIGO CELSO GONÇALVES ROCHA

Brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Guaraú, 30 – Vila Gilda, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.158.517-9-SSP/SP e CPF/MF nº 271.792.868-50.

CONSOLIDAM entre si, e na melhor forma de direito, sociedade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade denominar-se-á **RÁDIO ATLÂNTICA LTDA**, e terá como finalidade a execução do serviço de televisão a cabo, serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), serviço de radiochamada de interesses público e privado, serviço troncalizado de radiocomunicação, serviço de telefonia celular, serviços de radiodifusão, vale dizer, onda média, frequência modulada, onda curta, onda tropical, sons e imagens (televisão), retransmissão e repetição de sinais de televisão, mediante autorização prévia do Poder Concedente, na forma da lei e da legislação vigentes e serviços de produção em estúdio para rádio e televisão.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1.963, que instituiu o regulamento dos serviços de radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo, ao mesmo tempo, a publicidade comercial para suportação dos encargos da empresa e sua necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e fôro da sociedade têm como endereço a cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Pedro Lessa, 1640 – sala 809.

CLÁUSULA QUARTA

A Sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e se necessário for a sua dissolução, tal deliberação deverá ser tomada pela maioria absoluta dos sócios, conforme determina o artigo 1033, inciso III da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA QUINTA

Toda e qualquer modificação do contrato social, depende, para sua validade, de votos correspondentes, no mínimo, a 3/4 (três quartos) do capital social, nos termos do artigo 1.076, inciso I, combinado com o artigo 1.071, inciso V da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002.

PARÁGRAFO ÚNICO

A Sociedade, por seus sócios, dispensa a instituição de Conselho Fiscal, previsto no artigo 1066 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA SEXTA

A Sociedade se compromete por seus Diretores e Sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual, sem a prévia autorização do Poder Concedente, desde que tais alterações impliquem na modificação dos objetivos sociais, mudança do quadro diretivo, cessão de cotas ou aumento de capital social que resultem em alteração do controle societário, bem como transferência da concessão, permissão e ou autorização.

CLÁUSULA SÉTIMA

As cotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ressalvado o disposto na Cláusula Oitava do presente pacto contratual.

CLÁUSULA OITAVA

Poderão fazer parte da sociedade de forma indireta, vale dizer, através de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País, estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 (dez) anos, desde que tal participação não exceda a 30% (trinta por cento) do capital total, sem direito a voto.

CLÁUSULA NONA

A Sociedade se obriga a observar com o rigor que se impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a viger e referentes a legislação de radiodifusão em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA

A Sociedade se compromete a manter em seu Quadro de Funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores serão brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do órgão competente do Poder Executivo, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A sociedade não poderá executar serviços, nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O Capital Social é de R\$ 88.900,00 (oitenta e oito mil e novecentos reais), representado por 88.900 (oitenta e oito mil e novecentas) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, subscrito e totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR – R\$
JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES	44.450	R\$ 44.450,00
RODRIGO CELSO GONÇALVES ROCHA	44.450	R\$ 44.450,00
TOTAIS	88.900	R\$ 88.900,00

PARÁGRAFO ÚNICO

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O Capital Social da empresa encontra-se totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

As cotas são indivisíveis em relação à Sociedade que, para cada uma delas só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A Sociedade será administrada, unicamente, pelo sócio **JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES**, nas funções de **SÓCIO ADMINISTRADOR**, cabendo-lhe todos os poderes de administração legal e a sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda, a assinatura de todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os administradores terão como remuneração mensal, a quantia fixada em comum até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do Imposto de Renda, que será levada à conta de despesas gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O uso da denominação social, nos termos da Cláusula Décima Quinta deste Instrumento, é vedado em fianças, avais e outros atos de favor, estranhos aos interesses da Sociedade, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e desde que resultem na alteração do controle societário da empresa, de autorização prévia do Poder Concedente, nos termos do estipulado na Cláusula Sexta deste Contrato Social e para esse fim, o sócio-retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Em qualquer eventualidade os sócios remanescentes terão, sempre, a preferência na aquisição das cotas do sócio-retirante.

PARÁGRAFO ÚNICO

O sócio cedente, responde solidariamente com o adquirente, pelo prazo de 2 (dois) anos, pelas obrigações por ele assumidas perante a sociedade e terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito, a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, o Capital e os lucros apurados no último Balanço Geral Anual, ou em novo Balanço especialmente levantado, se ocorrido o falecimento ou interdição depois de seis meses da data da aprovação do Balanço Geral Anual. Os haveres, assim apurados, serão pagos em 20 (vinte) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga 06 (seis) meses após a data da aprovação dos citados haveres. O Capital Social poderá ser aumentado por deliberação dos sócios, desde que esteja totalmente integralizado. O Capital Social poderá ser reduzido depois de integralizado, se houver perdas irreparáveis ou se for excessivo em relação ao objeto da sociedade. Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, continuarem na Sociedade, deverão designar quem os representará na Sociedade no lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado à apreciação do Poder Concedente e, tendo dele a sua aprovação prévia, poderá integrar o quadro social, do que advirá, necessariamente, a alteração do presente contrato social e o seu registro na MM. Junta Comercial em São Paulo.

CLAÚSULA VIGÉSIMA

Os lucros apurados em Balanço Geral Anual serão distribuídos entre os sócios, proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores, depois de deduzida, preliminarmente, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) dos lucros líquidos para a constituição de um Fundo de Reserva, até que atinja a 20% (vinte por cento) do Capital Social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

A 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, conforme determinação do artigo 1065 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o fôro da sede da Sociedade para dirimir quaisquer dissídios que, eventualmente venham a surgir entre as partes contratantes.

CLAÚSULA VIGÉSIMA QUARTA

Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Parte Especial – Livro II – Do Direito De Empresa – Título II – Da Sociedade – Capítulo IV - Da Sociedade Limitada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime

falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, pecuiato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

73
Ass

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social Consolidado, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da Lei.

Santos, 31 de Março de 2003.


JOSÉ MANOEL FERREIRA GONÇALVES


SYLVIA MAURA SOLLITTO DE OLIVEIRA


RODRIGO CELSO GONÇALVES ROCHA

Testemunhas:

1- 

Fernando Antonio Bezerra
CPF: 000.000.000-00

2- 



JUCESP



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO ATLÂNTICA LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE SANTOS, ESTADO DE SÃO PAULO.

A **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, **FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA**, e a **RÁDIO ATLÂNTICA LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, CNPJ n.º **58.199.233/0001-45**, representada por seu Sócio administrador, **Rodrigo Celso Gonçalves Rocha**, inscrito no RG n.º 30.158.517-9 - SSP/SP, CPF n.º 271.792.868-50, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santos, estado de São Paulo, decorrente da concessão outorgada à Rádio Atlântica Ltda., por meio do Decreto n.º 135, de 26 de abril de 1935, publicado no Diário Oficial da União de 8 de maio de 1983, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Santos/SP. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, e suas atualizações, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à **Rádio Atlântica Ltda.**, o canal **141** (cento e quarenta e um), **Classe E3**, correspondente à **frequência 76,1 MHz**, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação n.º 53000.027200/2013-07, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a se concretizar.

§ 3º. O Ministério das Comunicações providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União, em obediência ao princípio administrativo da publicidade dos atos, preceituado no artigo 37 *caput* da CF/1988.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

a) obter a autorização de uso de radiofrequência e solicitar o

Licenciamento da Estação, no prazo de 12 (doze) meses, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo; e

b) iniciar a execução do serviço no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da emissão da Licença de Funcionamento da Estação.

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º. O Ministério das Comunicações, por meio da Agência de Telecomunicações (Anatel), poderá, a qualquer tempo, proceder com a revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º. A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “a” e “b” da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSONÁRIA na adaptação da outorga, implicando na revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Caso a concessão seja cancelada antes de vencido o prazo de outorga, o presente Termo Aditivo será considerado automaticamente rescindido, sem que a PERMISSONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Parágrafo único. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, sem que haja a renovação, a outorga será declarada perempta e o Termo Aditivo considerado expirado juntamente com seu contrato.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora, agora em Frequência Modulada, no município de **Santos**, estado de **São Paulo**.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

(assinado eletronicamente)

Ministro de Estado das Comunicações

(assinado eletronicamente)
Secretário de Radiodifusão

(assinado eletronicamente)
Diretor de Outorga e Pós-Outorga

(assinado eletronicamente)
Rodrigo Celso Gonçalves Rocha
Rádio Atlântico Ltda.
Permissionária

(assinado eletronicamente)
Testemunha

(assinado eletronicamente)
Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 14/09/2022, às 17:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 16/09/2022, às 17:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 19/09/2022, às 10:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Cristina Faria Gomes Monteiro, Coordenadora de Adaptação de Outorga de Radiodifusão e Serviços Ancilares**, em 20/09/2022, às 09:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO CELSO GONÇALVES ROCHA (E), Usuário Externo**, em 26/09/2022, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 27/09/2022, às 14:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador



10396703 e o código CRC **FE6F3D5B**.

Referência: Processo nº 53000.018555/2014-88

SEI nº 10396703

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**RESULTADO DE JULGAMENTO
CHAMADA PÚBLICA**

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada Pública Universal 01/2016 - Faixa C - até R\$ 120.000,00. As propostas encontram-se no Link: <http://resultado.cnpq.br/2171709268850433>

Em 31 de outubro de 2022
EVALDO FERREIRA VILELA
Presidente do Conselho

**RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CHAMADA PÚBLICA**

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada Pública MCTIC/CNPq Nº 28/2018 - Universal/Faixa C - De R\$ 0,00 a R\$ 120.000,00. As propostas encontram-se no Link: <http://resultado.cnpq.br/7605908360177982>

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada Pública PCE_2019_Pq - Linha 2 - Ações de intervenção em escolas de educação básica com foco em ensino de ciências. As propostas encontram-se no Link: <http://resultado.cnpq.br/5236806055161486>

Em 31 de outubro de 2022
EVALDO FERREIRA VILELA
Presidente do Conselho

**DIRETORIA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA**

O CNPq torna público que se encontra disponível na Página do CNPq na Internet endereço <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/o-Resultado-Preliminar-da-Chamada-MCTI/CNPq/CT-AGRO-nº-32/2022>, para apoio a projetos de P,D&I para a área de bioinsumos, nutrição de plantas e defensivos agrícolas sustentáveis. É imprescindível esclarecer que: 1) Este é um resultado preliminar, passível de alteração após período recursal; 2) O período recursal poderá alterar substancialmente a lista preliminar gerando uma lista definitiva de projetos aprovados. Por isso é possível ocorrer casos em que um projeto preliminarmente aprovado seja eliminado na lista definitiva; 3) Assim, o fato de um projeto estar citado na lista preliminar de projetos aprovados não implica em compromisso do CNPq em efetivamente outorgar o recurso previsto nesta aprovação.

Brasília, 26 de outubro de 2022
OG FRANCISCO FONSECA DE SOUZA
Diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde

AVISO

CONCEDENTE: O CNPq torna público que se encontra disponível na Página do CNPq na Internet endereço <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/o-Resultado-Preliminar-do-julgamento-da-Chamada-CNPq/Decit-SCIE-MS/COCAM-CGCIVI-DAPES-SAPS/MS-nº-46/2022> - Saúde da Criança.

Brasília, 27 de outubro de 2022
CARLOS ALBERTO PEREIRA DOS SANTOS
Diretor Científico

AVISO

CONCEDENTE: O CNPq torna público que se encontra disponível na Página do CNPq na Internet endereço <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/o-Resultado-Preliminar-do-julgamento-da-Chamada-CNPq/MCTI/CT-Biotec-nº-30/2022> - Apoio a projetos de P,D & I que visem o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias e ferramentas de Bioinformática em Biotecnologia.

Brasília, 31 de outubro de 2022
RAQUEL DE ANDRADE LIMA COELHO
Diretora Científica
Adjunta

DIRETORIA DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL, INTERNACIONAL E INOVAÇÃO**AVISO**

CONCEDENTE: O CNPq torna público que se encontra disponível na Página do CNPq na Internet endereço <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/o-Resultado-Preliminar-do-julgamento-da-Chamada-CNPq/MCTI-nº-42/2022> - Apoio a Projetos Cooperativos em Nanotecnologia no Âmbito do Centro Brasileiro Argentino de Nanotecnologia - CBAN.

Brasília, 31 de outubro de 2022
MARIA ZAIRA TURCHI
Diretora Cooperação Institucional, Internacional Inovação

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Na publicação do DOU de 06/07/2022, Seção 3, páginas nº 14. Aviso de Chamada Pública CNPq/MCTI/nº 42/2022 - Apoio a Projetos Cooperativos em Nanotecnologia no Âmbito do Centro Brasileiro Argentino de Nanotecnologia - CBAN. Onde se lê: Cronograma: Divulgação do resultado preliminar do julgamento no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do CNPq na internet: 10/10/2022; Prazo final para interposição de recurso administrativo: 20/10/2022; Divulgação da decisão no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do CNPq na Internet: 07/11/2022. Leia-se: Divulgação do resultado preliminar do julgamento no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do CNPq na internet: 01/11/2022; Prazo final para interposição de recurso administrativo: 11/11/2022; Divulgação da decisão no Diário Oficial da União, por extrato, e na página do CNPq na Internet: 18/11/2022.

Brasília, 31 de outubro de 2022
MARIA ZAIRA TURCHI
Diretora de Cooperação Institucional, Internacional e Inovação

Ministério das Comunicações**GABINETE DO MINISTRO****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e FUNDAÇÃO PADRE PELÁGIO.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Fundação Padre Pelágio.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Goiânia/GO (Processo nº 53000.017949/2014-19).
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 23 de setembro de 2022. FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA, Ministro de Estado das Comunicações. Auro Marques de Oliveira, Diretor Presidente da Fundação Padre Pelágio.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e RÁDIO MUNDIAL DE SÃO PAULO LTDA.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Mundial de São Paulo Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santa Isabel/SP (Processo nº 53000.018705/2014-53).
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 27 de setembro de 2022. FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA, Ministro de Estado das Comunicações. Édio Henrique de Almeida José e Azevedo, Procurador da Rádio Mundial de São Paulo Ltda.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e RÁDIO DIFUSORA DE MOGI GUAÇU LTDA.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora de Mogi Guaçu Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Mogi Guaçu/SP (Processo nº 53000.018533/2014-18).
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 23 de setembro de 2022. FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA, Ministro de Estado das Comunicações. Enio Oliveira de Abreu Sampaio, Sócio Administrador da Rádio Difusora de Mogi Guaçu Ltda.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, MANTIDA PELA SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mantida pela Sociedade Mineira de Cultura.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Contagem/MG (Processo nº 53000.017661/2014-44).
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de outubro de 2022. FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA, Ministro de Estado das Comunicações. Édio Henrique de Almeida José e Azevedo, Procurador da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mantida pela Sociedade Mineira de Cultura.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e RÁDIO ATLÂNTICA LTDA.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Atlântica Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santos/SP (Processo nº 53000.018555/2014-88).
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 27 de setembro de 2022. FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA, Ministro de Estado das Comunicações. Rodrigo Celso Gonçalves Rocha, Sócio Administrador da Rádio Atlântica Ltda.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e SISTEMA EXCELSIOR DE COMUNICAÇÃO LTDA.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sistema Excelsior de Comunicação Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Rio Claro/SP (Processo nº 53000.018583/2014-03).
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 23 de setembro de 2022. FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA, Ministro de Estado das Comunicações. Rita de Cássia Farias Cappia, Procuradora da Sistema Excelsior de Comunicação Ltda.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e RÁDIO DIFUSORA CACIQUE LTDA.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora Cacique Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santos/SP (Processo nº 53000.071218/2013-38).
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de outubro de 2022. FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA, Ministro de Estado das Comunicações. Pauliane da Cruz Corrêa de Marco, Sócia administradora da Rádio Difusora Cacique Ltda.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e SOCIEDADE RÁDIO UNIVERSAL LTDA.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Rádio Universal Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santos/SP (Processo nº 53000.018748/2014-39).
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 10 de outubro de 2022. FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA, Ministro de Estado das Comunicações. Fernando Di Genio Barbosa, Administrador da Sociedade Rádio Universal Ltda.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53000.027200/2013-07**Entidade:** RÁDIO ATLÂNTICA LTDA.**CNPJ nº:** 58.199.233/0001-45**FISTEL nº:** 02008006808**Localidade:** Santos/SP**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 29/05/2013**Período:** 01/11/2013 a 01/11/2023**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial (Adaptada).☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	0608178, Págs. 2-3 9522931, Págs. 2-3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9522931, Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9522931, Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9522931, Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9522931, Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	

e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9522931, Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9522931, Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9522931, Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9522931, Págs. 2-3	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9522931, Págs. 2-3	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	10682428, Págs. 7-12	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10682447	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	9522931, Pág. 7	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10682514, Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	Fed. 10682514, Pág. 3	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		Est. 10682514, Págs. 4-5		
		Mun. 9522931, Pág. 13		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10682428, Pág. 13	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 10682514, Pág. 3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS 10682514, Pág. 6		

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10682514, Pág. 8	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	9657901 JOSÉ IVO GONÇALVES ROCHA 9657902 RODRIGO CELSO GONÇALVES ROCHA	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10682428, Págs. 5-6	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	() Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	9618752	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
14. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais

- n/a

Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de **Rádiodifusão Privada**, em 17/03/2023, às 16:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **9614189** e o código CRC **2F3712B7**.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.027200/2013-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2027/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), nos termos do Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado em 8 de maio de 1935, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 17/03/2023, às 16:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 17/03/2023, às 16:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 17/03/2023, às 16:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10790658** e o código CRC **AF914A64**.

**MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.027200/2013-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2027/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº __, de __ de ____ de ____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), nos termos do Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado em 8 de maio de 1935, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santos, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 17/03/2023, às 16:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 17/03/2023, às 16:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 17/03/2023, às 16:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10790668** e o código CRC **CBE855A1**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 2027/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.027200/2013-07

INTERESSADA: RÁDIO ATLÂNTICA LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Atlântica Ltda**, inscrita no CNPJ nº **58.199.233/0001-45**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santos/SP, vinculado ao **FISTEL nº 50443700028**, referente ao período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que as outorgas dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovadas pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Sociedade Rádio Atlântica Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio de 1935 (SUPER10684653 - Págs. 6-7). Ressalta-se que, por ocasião da Alteração Contratual de 31 de março de 2003, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 215.977/10-5, a pessoa jurídica passou a denominar-se **Rádio Atlântica Ltda** (SUPER 10684872).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1993-2003**. De acordo com o Decreto s/nº, de 12 de dezembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de dezembro de 1995, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 652, de 2005, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 2005 (SUPER 10684653 - Págs. 1-2).

8. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER 10709249).

9. Em relação ao período de **2003-2013**, a pessoa jurídica apresentou o correspondente requerimento de renovação da outorga no dia 30 de julho de 2003, gerando o protocolo nº 53000.024443/2003-11. O pedido de renovação foi protocolado juntamente com parte da documentação exigida até então. Observa-se, portanto, que o pleito foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de maio de 2003 e 1º de agosto de 2003. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em agosto de 2009. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em **29 de maio de 2013**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0608178 - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época, previsto na redação original do supramencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 1º de maio de 2013 a 1º de agosto de 2013.

14. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER9614189). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento

comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 9614189).

17. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 7 de fevereiro de 2023 (SUPER 10682428 - Págs. 6-11).

18. Vê-se que, segundo o referido SIACCO, a pessoa jurídica explora apenas o serviço objeto desta análise e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Rodrigo Celso Gonçalves Rocha participa, ainda, do quadro de outras pessoas jurídicas, que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Amparo/SP e Indaiatuba/SP. Já o sócio José Ivo Gonçalves Rocha compõe o quadro de outras pessoas jurídicas, que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Indaiatuba/SP, Santo André/SP, Junqueirópolis/SP e Elisiário/SP, bem como o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em Santo André/SP.

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER10682428 - Págs. 1-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 9618752).

20. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 9614189).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

22. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

a) a razão social;

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 3 de março de 2023, com validade até 8 de maio de 2028 (SUPER 10682428 - Págs. 5-6).

26. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santos/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

28. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER10790658) e de Exposição de Motivos (SUPER 10790668), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

29. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

30. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 17/03/2023, às 16:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 17/03/2023, às 16:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 17/03/2023, às 16:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10684681** e o código CRC **3F32CE4B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Ofício Interno nº 32923/2023/MCOM

Brasília, 20 de março de 2023

A Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 2027/2023/SEI-MCOM (10684681)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica 2027 (10684681), a qual trata do requerimento da **Rádio Atlântica Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 58.199.233/0001-45** objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santos/SP, vinculado ao **FISTEL nº 50443700028** referente ao período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023.

Dessa forma, de ordem, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Caroline Menicucci Salgado
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 20/03/2023, às 16:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10792648** e o código CRC **12795953**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.027200/2013-07

INTERESSADAS: RÁDIO ATLÂNTICA LTDA. e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE

EMENTA:

I - Pleito formulado pela **RÁDIO ATLÂNTICA LTDA.**, com o objetivo de renovar a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para **radiodifusão sonora em frequência modulada**, na localidade de **Santos/SP**, referente ao período de **1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023**.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 2027/2023/SEI-MCOM**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, **sem embargo de ser observada a exigência constante dos parágrafos 49 e 50 deste parecer**.

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII - Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento formulado pela **RÁDIO ATLÂNTICA LTDA.**, objetivando à renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para radiodifusão sonora em **frequência modulada**, na localidade de **Santos/SP**, referente ao período de **1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023**.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 2027/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10684681)**, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

"6. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Sociedade Rádio Atlântica Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio de 1935 (SUPER 10684653 - Págs. 6-7). Ressalta-se que, por ocasião da Alteração Contratual de 31 de março de 2003, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 215.977/10-5, a pessoa jurídica passou a denominar-se Rádio Atlântica Ltda (SUPER 10684872).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1993-2003**. De acordo com o Decreto s/nº, de 12 de dezembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de dezembro de 1995, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 652, de 2005, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 2005 (SUPER 10684653 - Págs. 1-2).

8. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada os autos (SUPER 10709249).

9. Em relação ao período de **2003-2013**, a pessoa jurídica apresentou o correspondente requerimento de renovação da outorga no dia 30 de julho de 2003, gerando o protocolo nº 53000.024443/2003-11. O pedido de renovação foi

protocolado juntamente com parte da documentação exigida até então. Observa-se, portanto, que o pleito foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de maio de 2003 e 1º de agosto de 2003. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em agosto de 2009. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

(...)

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em **29 de maio de 2013**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0608178 - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época, previsto na redação original do supramencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 1º de maio de 2013 a 1º de agosto de 2013. (sublinhamos)

3. No requerimento protocolado em **29 de maio de 2013**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade do serviço de radiodifusão sonora para novo decênio, **2013-2023** (SUPER 0608178 - Pág. 2), solicitando, assim, a renovação da outorga que detinha, deflagrando o presente processo administrativo.

4. Analisado o pleito, manifestou-se a Secretaria de Radiodifusão por meio da citada NOTA TÉCNICA, opinando, ao fim da instrução processual, pelo seu **deferimento** e submissão dos autos à análise jurídica desta CONJUR/MCOM, nos seguintes termos: " Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta-se o entendimento pela viabilidade do **deferimento** do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Santos/SP**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963." (negritamos).

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. - Considerações iniciais

6. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

9. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

II.2. - Legislação aplicável

10. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

11. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] **explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens**".

12. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da **Radiodifusão**, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e

densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

13. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível **renovação**. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

14. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

15. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

16. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

17. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

18. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

19. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao **Ministério das Comunicações**, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

20. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

21. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - Do Pedido de Renovação

22. Conforme já explicitado alhures, a Secretaria Comunicação Social Eletrônica opinou pelo **deferimento** do pedido de interesse da **RÁDIO ATLÂNTICA LTDA**, que busca ver aprovada a renovação da outorga do **serviço de radiodifusão** sonora, em onda média, posteriormente adaptado para radiodifusão sonora **em frequência modulada**, que detém na localidade de **Santos/SP**, referente ao período de **1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023**.

23. Segundo apurado pela Secretaria Comunicação Social Eletrônica, que atestou a adequação da documentação apresentada, nos termos da sua **NOTA TÉCNICA Nº 2027/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10684681)**, a outorga de que se trata foi conferida originalmente à **Rádio Atlântica Ltda.**, com a edição **Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935**, publicado no DOU do dia 8 de maio de 1935 (SUPER 10684653 - Págs. 6-7).

24. Referida outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em **frequência modulada**, com a publicação do **Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013**, materializando-se tal adaptação com a celebração de **Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (SUPER 10709249)**, e, por meio da Alteração Contratual de 31 de março de 2003, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 215.977/10-5, a interessada passou a denominar-se **Rádio Atlântica Ltda (SUPER 10684872)**.

25. O último pedido de renovação de outorga de interesse da entidade supracitada, relativo ao decênio

de **1993-2003**, foi deferido com a publicação do **Decreto s/nº, de 12 de dezembro de 1995**, no DOU de 13 de dezembro de 1995 (SEI nº 10490437 - Pág. 9), sendo o ato cancelado pelo **Decreto Legislativo nº 652, de 2005**, publicado no DOU do dia 23 de junho de 2005 (SUPER 10684653 - Págs. 1-2), resultando na renovação da concessão por mais **10 (dez) anos**, a partir de **1º de novembro de 1993**.

26. O pedido de renovação relativo ao decênio subsequente - **2003-2013** - foi apresentado pela entidade no dia **30 de julho de 2003**, gerando o protocolo nº 53000.024443/2003-11, observando ter ocorrido no prazo legal vigente à época, pois a antiga redação do **art. 4º da Lei nº 5.785/1972** estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga que detinham deveriam apresentar seu requerimento entre os **6 (seis) e 3 (três) meses anteriores** ao término do prazo da outorga, ou seja, *in casu*, entre **1º de maio de 2003 e 1º de agosto de 2003**.

27. Em que pese tenha sido alvo de diversas análises, sendo a última realizada em **agosto de 2009**, o processo seguiu sem qualquer andamento a partir de então, vencendo o decênio sem decisão conclusiva quanto ao pleito.

28. De qualquer sorte, mesmo após várias verificações realizadas no bojo do processo, novo decênio venceu sem que tivesse ocorrido decisão administrativa sobre o pleito.

29. Aduziu a SERAD desconhecer as orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo a precisar os motivos pelos quais não houve conclusão dos referidos processos, assegurando, de todo modo, salvo melhor juízo, inexistir indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução dos citados autos.

30. Argumentou, ainda, ser importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos, conduzindo, inevitavelmente, à hierarquização de prioridades, sem caracterizar, todavia, descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

31. Aduziu, ademais, ter aquela Secretaria grande dificuldade em efetuar, com a celeridade almejada, a análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, em face da quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto, em que pese, apesar de todas as dificuldades, o constante aperfeiçoamento que emprega na análise dos processos ao longo dos anos.

32. E, no que pertine à tempestividade do presente pleito, que abarca o decênio de **2013 a 2023**, observou a SERAD ter a entidade apresentado **tempestivamente** manifestação de interesse na continuidade da sua outorga em **29 de maio de 2013** (SUPER 0608178 - Pág. 2), considerando que seu protocolo ocorreu **no prazo legal vigente**, previsto na redação atual do **art. 4º da Lei nº 5.785/1972**, qual seja, de **1º de maio de 2013 a 1º de agosto de 2013**.

33. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (SUPER 9614189).

34. Os documentos exigidos foram estabelecidos no **art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão**, recentemente alterado pelo **Decreto nº 10.775/2021**, que entrou em vigor no dia **1º de setembro de 2021**, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

"Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

35. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:

"SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual."

36. Aduzindo, ademais, que:

"14. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 9614189). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

'Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder; ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.'

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963."

37. Com efeito, foi juntado **requerimento de renovação de outorga**, acompanhado das declarações previstas no **art. 113, inciso XI**, do supramencionado **Decreto nº 52.795/1963**, alterado pelos **Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021**, como também a **certidão simplificada**, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (**SUPER 9614189**).

38. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no **art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967**, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – **SIACCO** em 7 de fevereiro de 2023 (**SUPER 10682428 - Págs. 6-11**).

39. Ainda segundo o SIACCO, constatou-se que a entidade explora apenas o serviço objeto desta análise e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o **sócio administrador Rodrigo Celso Gonçalves Rocha** participa, ainda, do quadro de outras pessoas jurídicas, que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de **Amparo/SP e Indaiatuba/SP**. Já o **sócio José Ivo Gonçalves Rocha** compõe o quadro de outras pessoas jurídicas, que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de **Indaiatuba/SP, Santo André/SP, Junqueirópolis/SP e Elisiário/SP**, bem como o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em **Santo André/SP**.

40. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (**SUPER 10682428 - Págs. 1-4**), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (**SUPER 9618752**).

41. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou, conforme documento **SUPER 9614189**:

- certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor;

- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias;

- certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e

- certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor,

42. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

43. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do **Decreto nº 10.405/2020**, que alterou o **Decreto nº 52.795/1963**, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do **art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020**, alterada pela **Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021**, a saber:

"Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

a) a razão social;

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação."

44. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

45. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (**art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962**). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins

de renovação de outorga, conforme **art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962**, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

46. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve licença para funcionamento da estação em **3 de março de 2023**, com validade até **8 de maio de 2028 (SUPER 10682428 - Págs. 5-6)**.

47. **Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.**

48. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na **Lei Complementar nº 95/98**, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

49. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o **art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão**, segundo o qual **"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"**.

50. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o **inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93**, em decorrência do qual remanesce **"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"**.

III - CONCLUSÃO

51. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 30 de março de 2023.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000027200201307 e da chave de acesso e8feae52



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1134229082 e chave de acesso e8feae52 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 30-03-2023 14:44. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00637/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.027200/2013-07

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo a conclusão do PARECER n. 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à Rádio Atlântica Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Santos/SP, no período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023.
3. Conforme os termos do PARECER N. 175/2023/CGJR/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SCES, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 2027/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Santos/SP, concedida à Rádio Atlântica Ltda
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Rádio Atlântica Ltda.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 30 de março de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000027200201307 e da chave de acesso e8feae52



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código

1134318790 e chave de acesso e8feae52 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 30-03-2023 17:51. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00656/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.027200/2013-07

INTERESSADOS: RÁDIO ATLÂNTICA LTDA

ASSUNTOS: Rádio comercial. Renovação de outorga.

Aprovo o **PARECER n. 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** nos termos do **DESPACHO n. 00637/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**.

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 31 de março de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000027200201307 e da chave de acesso e8feae52



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1135489698 e chave de acesso e8feae52 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 31-03-2023 15:45. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA MCOM Nº 8942, DE 03 DE Abril DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.027200/2013-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2027/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), nos termos do Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado em 8 de maio de 1935, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/05/2023, às 18:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10842151** e o código CRC **36360E2B**.

Brasília, 03 de abril de 2023.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.027200/2013-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2027/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 8942, de 03 de Abril de 2023, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), nos termos do Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado em 8 de maio de 1935, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santos, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/05/2023, às 18:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10842154** e o código CRC **5CD43D30**.

Ofício Interno nº 34066/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 8942/2023/MCOM (10842151) e Exposição de Motivos (10842154)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 2027/2023/MCOM (10684681), encaminho a Portaria nº 8942/2023/MCOM (10842151) e Exposição de Motivos (10842154), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 26/04/2023, às 17:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10842157** e o código CRC **DE35C86D**.

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 10/05/2023 17:24:58
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 9587191
Data prevista de publicação: 11/05/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20587783	ATO PORTARIA MCOM NA 8936.rtf	41422775937980d8b3b8acb98962e79a	9,00	R\$ 350,28
20587784	ATO PORTARIA MCOM NA 8942.rtf	e1c7176b31638b8f8f7f64a66f7b815f	9,00	R\$ 350,28
20587785	ATO PORTARIA MCOM NA 9330.rtf	8a4ae60ac8bdef2432043c976827b503	9,00	R\$ 350,28
20587786	ATO PORTARIA MCOM NA 9008.rtf	0226e564eeb3a92c8264aec3ff17f63c	8,00	R\$ 311,36
20587787	ATO PORTARIA MCOM NA 9119.rtf	d305b59b445850b795dafedf2fab542c	8,00	R\$ 311,36
20587788	ATO PORTARIA MCOM NA 9094.rtf	22098cf42aff1ece9e2f9f07fad1ca98	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFÍCIO			51,42	R\$ 1.984,92

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/05/2023 | Edição: 89 | Seção: 1 | Página: 146

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 8.942, DE 3 DE ABRIL DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.027200/2013-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2027/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), nos termos do Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado em 8 de maio de 1935, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Id solicitação: 60d47f5519ce5

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO ATLANTICA LTDA - ME	
Nome Fantasia: JOVEM PAN NEWS	
Telefone: (11) 32736900	E-mail: radioabcam@uol.com.br
CNPJ: 58.199.233/0001-45	Número do Fistel: 50443700028
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato:	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 08/05/2028	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Doutor Pedro Lessa	Complemento: CONJ 809	
Bairro: Ponta da Praia	Numero: 1640	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11025000

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: São João	Complemento:	
Bairro: Morro São Bento	Numero: 2500	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11082160

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Avenida Pedro Lessa	Complemento: Conjunto 809	
Bairro: Embaré	Numero: 1640	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11025000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Santos	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 247	Frequência: 97.3 MHz	Classe: A2	ERP Máxima: 18.0451kW
HCI: 20 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 1014740123	Número Indicativo: ZYU338
Data Último Licenciamento: 03/03/2023	Número da Licença: 53500.011500/2023-05

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 56' 8.02" S	Longitude: 46° 20' 30.98" W	Cota da base: 158.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005730500518	Modelo: FM10000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 10 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA158-50J	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 28 m	Atenuação: 0.63 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFFMC-4-97.3-C	Fabricante: IF Telecom				
Ganho: 3.24 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 50 °	Polarização: Circular	HCI: 20 m	ERP Máxima: 18.05 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.15	5°: 0.16	10°: 0.16	15°: 0.17	20°: 0.17	25°: 0.17	30°: 0.17	35°: 0.17	40°: 0.16	45°: 0.16	50°: 0.16	55°: 0.15
60°: 0.15	65°: 0.15	70°: 0.14	75°: 0.14	80°: 0.14	85°: 0.14	90°: 0.14	95°: 0.13	100°: 0.13	105°: 0.13	110°: 0.13	115°: 0.12
120°: 0.12	125°: 0.11	130°: 0.1	135°: 0.1	140°: 0.09	145°: 0.08	150°: 0.06	155°: 0.05	160°: 0.03	165°: 0.03	170°: 0.02	175°: 0.01
180°: 0.01	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0.01	210°: 0.02	215°: 0.03	220°: 0.04	225°: 0.04	230°: 0.05	235°: 0.06
240°: 0.07	245°: 0.08	250°: 0.09	255°: 0.09	260°: 0.1	265°: 0.1	270°: 0.1	275°: 0.1	280°: 0.1	285°: 0.1	290°: 0.1	295°: 0.1
300°: 0.1	305°: 0.1	310°: 0.1	315°: 0.1	320°: 0.1	325°: 0.1	330°: 0.11	335°: 0.11	340°: 0.12	345°: 0.13	350°: 0.14	355°: 0.14

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°5 0'57.38" S Lon 46°20' 30.98" W	5°: Lat 23°4 9'52.42" S Lon 46°19' 55.06" W	10°: Lat 23° 43'47.73" S Lon 46°18'8.4" W	15°: Lat 23° 45'24.36" S Lon 46°1 7'22.56" W	20°: Lat 23°51'16.1" S Lon 46° 18'34.82" W	25°: Lat 23° 51'26.47" S Lon 46°18'7.44" W	30°: Lat 23° 51'38.97" S Lon 46°1 7'41.15" W	35°: Lat 23° 51'53.52" S Lon 46°1 7'16.15" W	40°: Lat 23° 52'10.01" S Lon 46°1 6'52.64" W	45°: Lat 23° 52'28.31" S Lon 46°1 6'30.78" W	50°: Lat 23° 52'48.28" S Lon 46°1 6'10.75" W	55°: Lat 23° 50'42.72" S Lon 46°12'3.42" W
60°: Lat 23°48'49.9" S Lon 46°6'42.7" W	65°: Lat 23° 49'23.35" S Lon 46°4'44.23" W	70°: Lat 23° 50'17.48" S Lon 46°3'1.04" W	75°: Lat 23° 51'31.32" S Lon 46°1'46.47" W	80°: Lat 23°53'0.28" S Lon 46°1'14.06" W	85°: Lat 23° 54'36.55" S Lon 46°1'41.78" W	90°: Lat 23°56'6.84" S Lon 46°1'26.87" W	95°: Lat 23° 57'34.77" S Lon 46°2'12.37" W	100°: Lat 23 °58'57.07" S Lon 46°2'55.4" W	105°: Lat 24°0'33.92" S Lon 46°2'20.26" W	110°: Lat 24°1'59.8" S Lon 46°2'49.69" W	115°: Lat 24°3'28.99" S Lon 46°3'13.08" W
120°: Lat 24°4'42.9" S Lon 46°4'12.54" W	125°: Lat 24°6'17.88" S Lon 46°4'35.52" W	130°: Lat 24°7'28.63" S Lon 46°5'41.31" W	135°: Lat 24°8'40.26" S Lon 46°6'45.96" W	140°: Lat 24°9'50.37" S Lon 46°7'54.21" W	145°: Lat 24 °10'35.88" S Lon 46°9'24.57" W	150°: Lat 24 °10'48.72" S Lon 46°1'13.43" W	155°: Lat 24°12'4.15" S Lon 46°12'22.06" W	160°: Lat 24 °11'50.44" S Lon 46°14'14.88" W	165°: Lat 24 °12'44.29" S Lon 46°15'38.26" W	170°: Lat 24°14'4.52" S Lon 46°17'2.82" W	175°: Lat 24°14'17" S Lon 46°18'46.5" W
180°: Lat 24 °14'21.17" S Lon 46°2 0'30.98" W	185°: Lat 24°14'17" S Lon 46°2 2'15.47" W	190°: Lat 24°14'4.52" S Lon 46°23'59.15" W	195°: Lat 24 °13'43.83" S Lon 46°2 5'41.24" W	200°: Lat 24°13'1.73" S Lon 46°27'15.6" W	205°: Lat 24 °12'17.04" S Lon 46°28'46.51" W	210°: Lat 24°10'36.4" S Lon 46°29'40.72" W	215°: Lat 24°9'29.89" S Lon 46°30'46.62" W	220°: Lat 24°8'59.57" S Lon 46°32'20.91" W	225°: Lat 24°8'30.21" S Lon 46°34'4.97" W	230°: Lat 24°7'31.67" S Lon 46°35'24.64" W	235°: Lat 24°6'23.3" S Lon 46°36'34.97" W
240°: Lat 24°5'4.17" S Lon 46°3 7'29.96" W	245°: Lat 24°3'38.97" S Lon 46°38'12.45" W	250°: Lat 24°2'12.7" S Lon 46°38'51.35" W	255°: Lat 24°0'44.87" S Lon 46°39'26.87" W	260°: Lat 23 °59'13.34" S Lon 46°39'48.84" W	265°: Lat 23 °57'38.79" S Lon 46°39'41.31" W	270°: Lat 23°56'6.87" S Lon 46°39'19.53" W	275°: Lat 23 °54'55.58" S Lon 46°35'27.66" W	280°: Lat 23 °53'11.96" S Lon 46°38'36.43" W	285°: Lat 23 °51'39.98" S Lon 46°38'40.45" W	290°: Lat 23 °50'41.94" S Lon 46°36'47.9" W	295°: Lat 23 °50'15.66" S Lon 46°34'15.66" W
300°: Lat 23 °48'59.41" S Lon 46°34'1.33" W	305°: Lat 23 °48'51.01" S Lon 46°31'52.53" W	310°: Lat 23 °47'55.32" S Lon 46°31'12.24" W	315°: Lat 23 °48'36.76" S Lon 46°38'43.99" W	320°: Lat 23 °46'35.58" S Lon 46°39'15.64" W	325°: Lat 23 °46'23.17" S Lon 46°37'58.33" W	330°: Lat 23°49'6.97" S Lon 46°24'56.67" W	335°: Lat 23 °44'12.25" S Lon 46°26'35.53" W	340°: Lat 23 °44'34.96" S Lon 46°25'6.53" W	345°: Lat 23 °44'29.39" S Lon 46°3'55.47" W	350°: Lat 23°45'11.8" S Lon 46°22'37.4" W	355°: Lat 23 °50'58.56" S Lon 46°21'0.59" W

Distância por radial											
0°: 9.59	5°: 11.65	10°: 23.22	15°: 20.58	20°: 9.59	25°: 9.59	30°: 9.59	35°: 9.59	40°: 9.59	45°: 9.59	50°: 9.59	55°: 17.5

60°: 27.03	65°: 29.52	70°: 31.57	75°: 32.89	80°: 33.18	85°: 32.01	90°: 32.3	95°: 31.13	100°: 30.25	105°: 31.86	110°: 31.86	115°: 32.3
120°: 31.86	125°: 32.89	130°: 32.74	135°: 32.89	140°: 33.18	145°: 32.74	150°: 31.42	155°: 32.59	160°: 30.98	165°: 31.86	170°: 33.76	175°: 33.76
180°: 33.76	185°: 33.76	190°: 33.76	195°: 33.76	200°: 33.33	205°: 33.03	210°: 30.98	215°: 30.25	220°: 31.13	225°: 32.45	230°: 32.89	235°: 33.18
240°: 33.18	245°: 33.03	250°: 33.03	255°: 33.18	260°: 33.18	265°: 32.59	270°: 31.86	275°: 25.42	280°: 31.13	285°: 31.86	290°: 29.37	295°: 25.71
300°: 26.44	305°: 23.51	310°: 23.66	315°: 19.7	320°: 23.07	325°: 22.05	330°: 15.01	335°: 24.39	340°: 22.78	345°: 22.34	350°: 20.58	355°: 9.59

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 18.05 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	135	Decreto	PR	26/04/1935	08/05/1938	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		25/11/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	74590	Decreto	PR	23/11/1974	24/11/1974	Renovação	Jurídico
1727741983	89007	Decreto	PR	16/11/1983	18/11/1983	Renovação	Jurídico
1727741983	799	Portaria	DMC	03/11/1986		Autoriza Equipamento	Técnico
1727741983	354	Portaria	DMC	16/07/1987		Enquadramento Plano Básico	Técnico
1727741983	467	Portaria	DMC	20/09/1988		Enquadramento Plano Básico	Técnico
291000012271988	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291000012271988	40919	Despacho	MC	04/09/1989		Multa	Jurídico
1727741982	405	Portaria	DMC	13/11/1992		Mudança de Local	Técnico
9999	47	Portaria	DMC	18/02/1993		Mudança de Local	Técnico
291001727741983	74	Portaria	DMC	04/05/1995		Substituição de Equipamento	Técnico

9999	140	Portaria	DMC	10/07/1995		Mudança de Local	Técnico
9999	60	Exposição de Motivos	PR	06/10/1995	16/10/1995	Transferência Indireta	Jurídico
508300005571993	000	Decreto	PR	12/12/1995	13/12/1995	Renovação	Jurídico
538300007601995	32	Portaria	MC	09/01/1996	30/01/1996	Multa	Jurídico
538300007441997	300197	Despacho	MC	30/01/1997	27/02/1997	Advertência	Jurídico
538300009141996	301097	Despacho	MC	30/10/1997	07/11/1997	Advertência	Jurídico
291001727741983	766	Portaria	DMC	10/11/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
538300014261997	46	Portaria	MC	18/07/2000	25/07/2000	Multa	Jurídico
538300000331997	420	Portaria	MC	29/05/2001	07/06/2001	Multa	Jurídico
538300015581998	620	Portaria	MC	26/12/2001	11/01/2002	Multa	Jurídico
535040130842004	47207	Ato	ER	14/10/2004	15/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
508300005571993	652	Decreto Legislativo	CN	22/06/2005	23/06/2005	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
530000113892006	251	Despacho	MC	14/12/2008		Advertência	Jurídico
530000561542007	771	Despacho	MC	14/10/2009		Advertência	Jurídico
9999	8	Portaria	MC	09/01/2013	11/01/2013	Multa	Jurídico
53500016614202091	2141	Ato	ORLE	16/04/2020		Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000018555201488	112	Termo Aditivo	MC	27/09/2022	01/11/2022	Adaptação de Outorga	Jurídico
53500.006172/2023-17	9742366	Ato	ORLE	26/01/2023	01/02/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000027200201307	8942	Portaria	MC	03/04/2023	11/05/2023	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento

Ofício Interno nº 35601/2023/MCOM

Brasília, 11 de maio de 2023

Ao Senhor
Enio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10842154)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 8942/2022/SEI-MCOM (10842151), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10842154), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 11/05/2023, às 12:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10899631** e o código CRC **4612C233**.

Brasília, 16 de maio de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.027200/2013-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2027/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 8.942, de 3 de abril de 2023, publicada em 11 de maio de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), nos termos do Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado em 8 de maio de 1935, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santos, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 13596/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.027200/2013-07.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/05/2023, às 15:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10919473** e o código CRC **0B92457D**.

EM nº 00108/2023 MCOM

Brasília, 23 de Maio de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.027200/2013-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2027/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 8.942, de 3 de abril de 2023, publicada em 11 de maio de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), nos termos do Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado em 8 de maio de 1935, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santos, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/05/2023 | Edição: 89 | Seção: 1 | Página: 146

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 8.942, DE 3 DE ABRIL DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.027200/2013-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2027/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), nos termos do Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado em 8 de maio de 1935, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.027200/2013-07

INTERESSADAS: RÁDIO ATLÂNTICA LTDA. e SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE

EMENTA:

I - Pleito formulado pela RÁDIO ATLÂNTICA LTDA. , com o objetivo de renovar a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santos/SP, referente ao período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 2027/2023/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, sem embargo de ser observada a exigência constante dos parágrafos 49 e 50 deste parecer.

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII - Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento formulado pela RÁDIO ATLÂNTICA LTDA., objetivando à renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santos/SP, referente ao período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 2027/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10684681), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

"6. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Sociedade Rádio Atlântica Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio de 1935 (SUPER 10684653 - Págs. 6-7). Ressalta-se que, por ocasião da Alteração Contratual de 31 de março de 2003, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 215.977/10-5, a pessoa jurídica passou a denominar-se Rádio Atlântica Ltda (SUPER 10684872).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de 1993-2003. De acordo com o Decreto s/nº, de 12 de dezembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de dezembro de 1995, a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 652, de 2005, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 2005 (SUPER 10684653 - Págs. 1-2).

8. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER 10709249).

9. Em relação ao período de 2003-2013, a pessoa jurídica apresentou o correspondente requerimento de renovação da outorga no dia 30 de julho de 2003, gerando o protocolo nº 53000.024443/2003-11. O pedido de renovação foi

protocolado juntamente com parte da documentação exigida até então. Observa-se, portanto, que o pleito foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de maio de 2003 e 1º de agosto de 2003. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em agosto de 2009. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

(...)

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em 29 de maio de 2013, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0608178 - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época, previsto na redação original do supramencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 1º de maio de 2013 a 1º de agosto de 2013." (sublinhamos)

3. No requerimento protocolado em 29 de maio de 2013, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade do serviço de radiodifusão sonora para novo decênio, 2013-2023 (SUPER 0608178 - Pág. 2), solicitando, assim, a renovação da outorga que detinha, deflagrando o presente processo administrativo.

4. Analisado o pleito, manifestou-se a Secretaria de Radiodifusão por meio da citada NOTA TÉCNICA, opinando, ao fim da instrução processual, pelo seu deferimento e submissão dos autos à análise jurídica desta CONJUR/MCOM, nos seguintes termos: "*Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santos/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.*" (negritamos).

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. - Considerações iniciais

6. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

9. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

II.2. - Legislação aplicável

10. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

11. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

12. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e

densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

13. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

14. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

15. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

16. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

17. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

18. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

19. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

20. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

21. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3. - Do Pedido de Renovação

22. Conforme já explicitado alhures, a Secretaria Comunicação Social Eletrônica opinou pelo deferimento do pedido de interesse da RÁDIO ATLÂNTICA LTDA, que busca ver aprovada a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para radiodifusão sonora em frequência modulada, que detém na localidade de Santos/SP, referente ao período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023.

23. Segundo apurado pela Secretaria Comunicação Social Eletrônica, que atestou a adequação da documentação apresentada, nos termos da sua NOTA TÉCNICA Nº 2027/2023/SEI-MCOM (SEI nº 10684681), a outorga de que se trata foi conferida originalmente à Rádio Atlântica Ltda., com a edição Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado no DOU do dia 8 de maio de 1935 (SUPER 10684653 - Págs. 6-7).

24. Referida outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com a publicação do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, materializando-se tal adaptação com a celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (SUPER 10709249), e, por meio da Alteração Contratual de 31 de março de 2003, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 215.977/10-5, a interessada passou a denominar-se Rádio Atlântica Ltda (SUPER 10684872).

25. O último pedido de renovação de outorga de interesse da entidade supracitada, relativo ao decênio

de 1993-2003, foi deferido com a publicação do Decreto s/nº, de 12 de dezembro de 1995, no DOU de 13 de dezembro de 1995 (SEI nº 10490437 - Pág. 9), sendo o ato cancelado pelo Decreto Legislativo nº 652, de 2005, publicado no DOU do dia 23 de junho de 2005 (SUPER 10684653 - Págs. 1-2), resultando na renovação da concessão por mais 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993.

26. O pedido de renovação relativo ao decênio subsequente - 2003-2013 - foi apresentado pela entidade no dia 30 de julho de 2003, gerando o protocolo nº 53000.024443/2003-11, observando ter ocorrido no prazo legal vigente à época, pois a antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga que detinham deveriam apresentar seu requerimento entre os 6 (seis) e 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, in casu, entre 1º de maio de 2003 e 1º de agosto de 2003.

27. Em que pese tenha sido alvo de diversas análises, sendo a última realizada em agosto de 2009, o processo seguiu sem qualquer andamento a partir de então, vencendo o decênio sem decisão conclusiva quanto ao pleito.

28. De qualquer sorte, mesmo após várias verificações realizadas no bojo do processo, novo decênio venceu sem que tivesse ocorrido decisão administrativa sobre o pleito.

29. Aduziu a SERAD desconhecer as orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo a precisar os motivos pelos quais não houve conclusão dos referidos processos, assegurando, de todo modo, salvo melhor juízo, inexistir indícios de eventuais irregularidades cometidas no curso da instrução dos citados autos.

30. Argumentou, ainda, ser importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos, conduzindo, inevitavelmente, à hierarquização de prioridades, sem caracterizar, todavia, descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

31. Aduziu, ademais, ter aquela Secretaria grande dificuldade em efetuar, com a celeridade almejada, a análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, em face da quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto, em que pese, apesar de todas as dificuldades, o constante aperfeiçoamento que emprega na análise dos processos ao longo dos anos.

32. E, no que pertine à tempestividade do presente pleito, que abarca o decênio de 2013 a 2023, observou a SERAD ter a entidade apresentado tempestivamente manifestação de interesse na continuidade da sua outorga em 29 de maio de 2013 (SUPER 0608178 - Pág. 2), considerando que seu protocolo ocorreu no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 1º de maio de 2013 a 1º de agosto de 2013.

33. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (SUPER 9614189).

34. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

"Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

35. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:

"SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual."

36. Aduzindo, ademais, que:

"14. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 9614189). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

‘Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.’

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrerá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963."

37. Com efeito, foi juntado requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, como também a certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 9614189).

38. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 7 de fevereiro de 2023 (SUPER 10682428 - Págs. 6-11).

39. Ainda segundo o SIACCO, constatou-se que a entidade explora apenas o serviço objeto desta análise e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Rodrigo Celso Gonçalves Rocha participa, ainda, do quadro de outras pessoas jurídicas, que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Amparo/SP e Indaiatuba/SP. Já o sócio José Ivo Gonçalves Rocha compõe o quadro de outras pessoas jurídicas, que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Indaiatuba/SP, Santo André/SP, Junqueirópolis/SP e Elisiário/SP, bem como o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em Santo André/SP.

40. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 10682428 - Págs. 1-4), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 9618752).

41. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou, conforme documento SUPER 9614189:

- certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor;

- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias;

- certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e

- certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor,

42. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

43. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:

"Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: I - a identificação da entidade, com:

a) a razão social;

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de

operação; III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação."

44. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

45. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins

de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

46. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve licença para funcionamento da estação em 3 de março de 2023, com validade até 8 de maio de 2028 (SUPER 10682428 - Págs. 5-6).

47. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.

48. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

49. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*.

50. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

51. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 30 de março de 2023.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000027200201307 e da chave de acesso e8feae52



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1134229082 e chave de acesso e8feae52 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 30-03-2023 14:44. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00637/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.027200/2013-07

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo a conclusão do PARECER n. 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à Rádio Atlântica Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Santos/SP, no período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023 .
3. Conforme os termos do PARECER N. 175/2023/CGJR/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
4. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SCES, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 2027/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Santos/SP, concedida à Rádio Atlântica Ltda
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à Rádio Atlântica Ltda.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 30 de março de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000027200201307 e da chave de acesso e8feae52



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código

1134318790 e chave de acesso e8feae52 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 30-03-2023 17:51. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00656/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.027200/2013-07

INTERESSADOS: RÁDIO ATLÂNTICA LTDA

ASSUNTOS: Rádio comercial. Renovação de outorga.

Aprovo o **PARECER** n. 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do **DESPACHO** n. 00637/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 31 de março de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000027200201307 e da chave de acesso e8feae52



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1135489698 e chave de acesso e8feae52 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 31-03-2023 15:45. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 2027/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.027200/2013-07

INTERESSADA: RÁDIO ATLÂNTICA LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Atlântica Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 58.199.233/0001-45**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santos/SP, vinculado ao **FISTEL nº 50443700028**, referente ao período de 1º de novembro de 2013 a 1º de novembro de 2023.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que as outorgas dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovadas pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se originalmente à Sociedade Rádio Atlântica Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio de 1935 (SUPER 10684653 - Págs. 6-7). Ressalta-se que, por ocasião da Alteração Contratual de 31 de março de 2003, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 215.977/10-5, a pessoa jurídica passou a denominar-se **Rádio Atlântica Ltda** (SUPER 10684872).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1993-2003**. De acordo com o Decreto s/nº, de 12 de dezembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de dezembro de 1995, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1993**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 652, de 2005, publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de junho de 2005 (SUPER 10684653 - Págs. 1-2).

8. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada os autos (SUPER 10709249).

9. Em relação ao período de **2003-2013**, a pessoa jurídica apresentou o correspondente requerimento de renovação da outorga no dia 30 de julho de 2003, gerando o protocolo nº 53000.024443/2003-11. O pedido de renovação foi protocolado juntamente com parte da documentação exigida até então. Observa-se, portanto, que o pleito foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na

renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de maio de 2003 e 1º de agosto de 2003. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em agosto de 2009. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em **29 de maio de 2013**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0608178 - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época, previsto na redação original do supramencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 1º de maio de 2013 a 1º de agosto de 2013.

14. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 9614189). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.
16. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 9614189).
17. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 7 de fevereiro de 2023 (SUPER 10682428 - Págs. 6-11).
18. Vê-se que, segundo o referido SIACCO, a pessoa jurídica explora apenas o serviço objeto desta análise e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Rodrigo Celso Gonçalves Rocha participa, ainda, do quadro de outras pessoas jurídicas, que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Amparo/SP e Indaiatuba/SP. Já o sócio José Ivo Gonçalves Rocha compõe o quadro de outras pessoas jurídicas, que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Indaiatuba/SP, Santo André/SP, Junqueirópolis/SP e Elisiário/SP, bem como o serviço de radiodifusão sonora em onda média, de âmbito regional, em Santo André/SP.
19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 10682428 - Págs. 1-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 9618752).
20. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 9614189).
21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.
22. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

- a) a razão social;
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- c) o nome fantasia; e
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da

estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 3 de março de 2023, com validade até 8 de maio de 2028 (SUPER 10682428 - Págs. 5-6).

26. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Santos/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

28. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 10790658) e de Exposição de Motivos (SUPER 10790668), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

29. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

30. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 17/03/2023, às 16:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 17/03/2023, às 16:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10684681** e o código CRC **3F32CE4B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 31 de maio de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, SALEG e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, da concessão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santos, estado de São Paulo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 108 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 31/05/2023, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4299676** e o código CRC **E7515768** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 1737/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 108/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 108/2023 (4299661), do Ministério das Comunicações, referente à renovação "pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), nos termos do Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado em 8 de maio de 1935, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santos, estado de São Paulo".

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 31/05/2023, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4299991** e o código CRC **8CDB4AB4** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.027200/2013-07

SUPER nº 4299991

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: EM nº 108/2023 MCOM (4299661) e anexos, remetidos pelo Ministério das Comunicações.

Assunto: Processo Administrativo nº 53000.027200/2013-07, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2027/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 8.942, de 3 de abril de 2023, publicada em 11 de maio de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, a concessão outorgada à RÁDIO ATLÂNTICA LTDA (CNPJ nº 58.199.233/0001-45), nos termos do Decreto nº 135, de 26 de abril de 1935, publicado em 8 de maio de 1935, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Santos/SP.

Trâmites: Despacho DIPUBL/CODOC/DILOG/SA/SE/CC/PR (4299676) para os protocolos da SAJ/CC/PR, SAG/CC/PR e CC/PR. Ofício nº 1737/2023/GM/CC/PR (4299991) para a SE/CC/PR.

Concluir o registro na SE/CC/PR, tendo em vista que o processo encontra-se em análise na SAJ/CC/PR e SAG/CC/PR, unidades com competência para o assunto.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 01/06/2023, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4304817** e o código CRC **8129F79B** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53000.027200/2013-07

Nota SAJ - Radiodifusão nº 378 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO ATLÂNTICA LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53000.027200/2013-07

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53000.027200/2013-07, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [\[1\]](#), pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO ATLÂNTICA LTDA** CNPJ nº 58.199.233/0001-45, na localidade de **Santos/SP**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Para fins de instrução processual, foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, em concordância com a **NOTA TÉCNICA** Nº 2027/2023/SEI-MCOM (4299672), tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências,

tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 8.942, de 3 de abril de 2023**, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [\[2\]](#) a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"* [\[3\]](#). O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [\[4\]](#).

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53000.027200/2013-07, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

AMANDA MARQUES RIBEIRO

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

HELOÍSA LINS MUNIZ DUBEUX

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[\[1\]](#) A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[\[2\]](#) Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 07/06/2024, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Lins Muniz Dubeux, Assessora**, em 15/07/2024, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 15/07/2024, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 15/07/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5780221** e o código CRC **F057CEB4** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 435/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53000.027200/2013-07.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00108/2023 MCOM, de 16 de maio de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada) no município de Santos (SP).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00108/2023 MCOM (4299661), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53000.027200/2013-07, acompanhado da [Portaria nº 8.942, de 3 de abril de 2023](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada), pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de novembro de 2023, no município de Santos, estado de São Paulo, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO ATLÂNTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 58.199.233/0001-45, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 00175/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 30/03/2023 (4299668), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
 - Nota Técnica nº 2027/2023/SEI-MCOM, de 17/03/2023 (4299672), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 17/03/2023 (4290131), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[3]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[4], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	58.199.233/0001-45
NOME EMPRESARIAL:	RADIO ATLANTICA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$88.900,00 (Oitenta e oito mil e novecentos reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	RODRIGO CELSO GONCALVES ROCHA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	JOSE IVO GONCALVES ROCHA
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 17/06/2024 às 10:00 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 5º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 2024.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O **SIACCO** é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[4] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 12/07/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 12/07/2024, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 12/07/2024, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5823681** e o código CRC **93910DAD** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.027200/2013-07

SUPER nº 5823681

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>